



ASPECTOS DA VIOLÊNCIA

Escritos sobre
subjetividade e gênero

Naiara Krachenski
Kelly Cristina Benjamim Viana
Alexandre Rodrigues de Souza
[organizadores]



ASPECTOS DA VIOLÊNCIA
Escritos sobre
subjetividade e gênero



Universidade Estadual do Paraná

REITORA

Salete Paulina Machado Sirino

VICE-REITOR

Edmar Bonfim de Oliveira

Pró-Reitor de Pós-Graduação

Carlos Alexandre Molena Fernandes



ASPECTOS DA VIOLÊNCIA

Escritos sobre
subjetividade e gênero

Naiara Krachenski
Kelly Cristina Benjamim Viana
Alexandre Rodrigues de Souza
[organizadores]



Copyright ©2024 Universidade Estadual do Paraná
É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.



Diretora da MC&G Editorial

Maria Clara Costa

Secretaria do Conselho Editorial

Helena dos Santos

Seção de Edição e Revisão de Textos

Thais Souza | Carlos Otávio Flexa | Roberto Azul
Joyce Guimarães | Kdu Sena

Seção de Design

Glauco Coelho | Moises Collares

Conselho Editorial

Alexandra Santos Pinheiro | UFGD | Brasil
Angélica Ferrarez de Almeida | UERJ | Brasil
Antonio Liberac C. Simões Pires | UFRB | Brasil
Arlindo Nkadibuala | UniRovuma | Moçambique
Juan Miguel González Velasco | UMSA | Bolívia
Luciano Brito | UFRB | Brasil
Maria Alice Resende | UFRB | Brasil
Núria Lorenzo Ramírez | UB-GREC | Barcelona
Rosy de Oliveira | UFRB | Brasil
Thayse Figueira Guimaraes | UFGD | Brasil

Preparação de texto

Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Projeto gráfico

Glauco Coelho | MC&G Editorial

Diagramação

Glauco Coelho | MC&G Editorial

Revisão de texto

Carlos Otávio Flexa | MC&G Editorial

Capa elaborada sobre
imagem banco Shutterstock

Esta obra foi composta com a família
tipográfica Alegreya Sans e Alegreya.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A839 Aspectos da violência : escritos sobre subjetividade e gênero [recurso eletrônico] / organizadores Naiara Krachenski, Kelly Cristina Benjamim Viana e Alexandre Rodrigues de Souza. – Palranavaí : MC&G, 2024.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-89369-92-9

1. Identidade de gênero - Aspectos sociais. 2. Identidade de gênero – Crimes contra. 3. Violência contra as mulheres. 4. Subjetividades e violência. I. Krachenski, Naiara. II. Viana, Kelly Cristina Benjamim. III. Souza, Alexandre Rodrigues de. IV. Título.

CDD23 : 305 .3

Biblioteca: Priscila Pena Machado - CRB-7/6971

Direitos desta edição cedidos à
Universidade Estadual do Paraná
Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-Paraná - PR
CEP 87.701-020 - Brasil
Tel.: +55 44 3482-3200

SUMÁRIO

Apresentação	7
--------------	---

PARTE I – GÊNERO E VIOLÊNCIA

More Uxorio: formas de violência e controle social da mulher na legislação visigótica (séc. V – VII)	13
<i>Everton Grein</i>	
As donas do sertão: mulheres e propriedade na Capitania de Minas Gerais, séc. XVIII	29
<i>Alexandre Rodrigues de Souza</i>	
Malvina e a “Quadrilha da Morte”: imprensa, literatura e gênero no romance “Estranguladores do Rio”	49
<i>Kelly Cristina Benjamim Viana</i>	
Crimes sexuais e gênero: uma análise dos processos-crime em União da Vitória na década de 1970	73
<i>Priscila Cozer</i>	

PARTE II – SUBJETIVIDADES E VIOLÊNCIA

Colonialismo, Fotografia e Verdade: a imagem como testemunha fragmentária	93
<i>Naiara Krachenski</i>	
“Deutschen Mütter in der Kriegsarbeit”: a mãe alemã no trabalho de guerra através da revista nazista <i>Frauen Warte</i>	113
<i>Zuleide Maria Matulle</i>	
Uma escritora no exílio: Anna Seghers e o círculo intelectual antinazista nas américas	133
<i>Wanilton Dudek</i>	
“Amor, esse é o sangue da nossa gente”: vidas interrompidas e violência no cotidiano em Djonga	151
<i>Jefferson Gohl Bruna Andrade</i>	
História Pública e Ativismo Feminino: exposições inclusivas e colaborativas	181
<i>Liêge Fonseca Barros Michel Kobelinsk</i>	
Sobre os autores	203



APRESENTAÇÃO

A obra *Aspectos da violência: escritos sobre subjetividade e gênero* é resultado de um trabalho do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná/UNESPAR, *campus* União da Vitória. A coletânea reúne nove textos, sendo todos escritos por docentes do curso, e convidados. Trata-se de um esforço conjunto de articular variados campos de pesquisa com a temática do gênero e da violência, tanto como categorias de análise como campos de investigação. Os textos também são resultado do trabalho dos educadores com o programa de Pós-graduação em Gênero, Diversidade e Violência, oferecido pela UNESPAR, em União da Vitória e refletem o interesse dos pesquisadores em consolidar um campo de pesquisa dentro do departamento, fazendo do trabalho em conjunto uma forma de diálogo com os variados campos de atuação da pesquisa e ensino do departamento.

A coletânea está dividida em duas partes. Na primeira, *Gênero e Violência*, os capítulos articulam discussões acerca destes dois conceitos centrais nas análises historiográficas atuais, buscando compreender como as questões de gênero, notadamente a posição da mulher na sociedade, estão intimamente relacionadas com práticas de violência em diversos períodos históricos. Já na segunda parte da coletânea, *Subjetividades e Violência*, os capítulos enfatizam experiências coletivas e individuais moldadas por discursos que subjagam e silenciam diferentes sujeitos históricos a partir de marcadores sociais como gênero, raça e classe.

Abrindo a primeira parte desta coletânea, o texto intitulado *More Uxorio: formas de violência e controle social da mulher na legislação visigótica (séculos V-VII)* do professor Everton Grein propõe a análise da tipificação das formas de violência e seus respectivos usos no controle social da mulher atestado desde os códigos legislativos visigóti-

cos – como o Código de Eurico no século V e no *Liber Iudiciorum* – do século VII. Tendo em vista que a estruturação interna das sociedades medievais repousa, em grande parte, nos usos da violência, o capítulo tem como norte a abordagem de como a violência tornou-se um dispositivo legítimo de controle a partir do chamado *more uxorio* (costume de casados).

No capítulo *As donas do sertão: mulheres e propriedade na Capitania de Minas Gerais, séc. XVIII*, o professor Alexandre Rodrigues de Souza analisa casos de mulheres que estiveram envolvidas na colonização e povoamento do sertão da capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII. O pesquisador investigou fontes primárias, sobretudo cartas de sesmarias, inventários e testamentos que documentaram a trajetória de vida de indivíduos e seu envolvimento na vida econômica e social no interior da colônia, através da constituição de estruturas escravistas, formação de propriedades ou gerenciamento de negócios.

No terceiro capítulo desta coletânea, intitulado *Malvina e a Quadrilha da Morte: imprensa, literatura e gênero no romance Estranguladores do Rio*, a professora Kelly Cristina Benjamim Viana analisa o crime ocorrido em 1906, no Rio de Janeiro, e que ficou conhecido como crime da rua da Carioca e vitimou dois jovens imigrantes italianos, Carlos e Paulino Fouco. O caráter sensacional do crime lhe rendeu muitas notícias na imprensa carioca, algumas peças teatrais, dois filmes e um romance escrito apenas um mês após o ocorrido. Assim, a autora se propõe a analisar tanto as notícias veiculadas nos jornais cariocas sobre o crime quanto o romance *Estranguladores do Rio*, sob a ótica da relação entre imprensa e literatura, além de analisar as representações das criminalidades feminina e masculina presentes nos textos de imprensa e no romance, buscando compreendê-los a partir de suas relações com outros discursos em voga no período.

Finalizando a primeira parte da coletânea, a professora Priscila Cozer, no texto intitulado *Gênero e crimes sexuais: os desafios na utilização de processos-crime em União da Vitória*, convida os pesquisadores à investigação sobre os processos crimes de União da Vitória (Paraná) durante a década de 1970. Num diálogo teórico com a abordagem da História Local e da categoria de gênero como foco de análise, o texto promove uma discussão que avalia a utilização de processos-crime como fonte de pesquisa, com foco nos crimes se-

xuais. A autora mostra como essa documentação possibilita entender as relações de poder e sociais presentes nos discursos policiais.

Iniciando as discussões da segunda parte da coletânea, *Subjetividades e Violência*, o texto *Colonialismo, fotografia e verdade: a imagem como testemunha fragmentária*, da professora Naiara Krachenski, pretende apresentar uma discussão teórica sobre a história visual do colonialismo a partir da análise das fotografias do *Blue Book* inglês, de 1918. Compreendendo que a fotografia possui um profundo vínculo histórico e hermenêutico com os padrões da soberania colonial, a autora propõe uma investigação empírica que amplia as noções consagradas sobre as funções da visualidade no contexto imperialista de inícios do século XX. A partir do caráter fragmentário de determinadas imagens, deseja-se refletir sobre como um mesmo regime visual pôde servir, ao mesmo tempo, para a propaganda colonial e para as denúncias aos abusos do colonialismo.

No capítulo intitulado *Deutschen Mütter in der Kriegsarbeit: a mãe alemã no trabalho de guerra através da revista nazista NS-Frauen Warte*, a professora Zuleide Maria Matulle problematiza o discurso de uma revista nazista voltada para o público feminino que pretende revelar o papel que deveria ser desempenhado pelas mulheres no contexto alemão da Segunda Guerra Mundial. A partir da análise da fonte primária, a autora discorre sobre a interconexão entre as categorias de gênero e raça dentro de um contexto orientado pela política do nacional-socialismo onde das mulheres esperava-se uma determinada postura para a manutenção da chamada pureza racial ariana.

O texto do professor Wanilton Dudek, intitulado *Anna Seghers: resistência antinazista e a vigilância do FBI*, segue a trajetória da escritora alemã que fez parte de uma rede internacional de intelectuais antinazistas. A partir de fontes oriundas dos arquivos do FBI, o autor procura articular a escrita e a atuação política de Seghers em seu período de exílio na América, bem como tal atuação política acabou chamando a atenção dos agentes de estado norte-americano e uma possível conexão da autora com o comunismo internacional. Nesse sentido, parte-se de uma perspectiva transnacional que revela que o anticomunismo institucional estadunidense mobilizou um importante aparato burocrático e financeiro muito antes do discurso público da Guerra Fria (1947-1991).

No texto intitulado *Amor, esse é o sangue da nossa gente: vidas interrompidas e violência no cotidiano em Djonga*, dos professores Jefferson William Gohl e Bruna Andrade, foram trabalhados os conceitos de violência, racialidade e juventude por meio das letras do rapper Djonga, buscando compreender como a subjetividade dos sujeitos negros são cantadas e exploradas a fim de demonstrar o que ocorre com esses corpos no cotidiano intrínseco nas relações de violência. Para tanto, os autores trataram de articular as manifestações de Djonga sobre os temas raciais, de violência e juventude com textos de autores como Célia Maria Marinho de Azevedo, Sidney Chalhoub, Eric Hobsbawm e Achille Mbembe, desenvolvendo uma discussão pautada na morte simbólica ou relatada das experiências de seus semelhantes, as vidas interrompidas nos sonhos, trajetórias e anseios da juventude periférica e a radicalidade de ser negro num país como o Brasil contemporâneo.

Finalmente, no texto *História Pública e ativismo feminino: exposições inclusivas e colaborativas*, os autores Liége Fonseca Barros e Michel Kobelinski analisam a narrativa museológica do Museu Deolindo Mendes Pereira, localizado na cidade de Campo Mourão, Paraná. Com foco na intersecção entre fotografia e gênero, os investigadores estudaram um tema caro às áreas de museologia e história: “a ausência feminina na cultura visual do museu”. Uma falta que não se manifesta somente nas coleções, conforme os pesquisadores. Contudo, o texto não se reduz a esta constatação e apresenta propostas de ampliar a representação das mulheres nos museus, utilizando ferramentas como o protocolo *Pop Up Museum* e a curadoria pública.

Os organizadores, União da Vitória, dezembro de 2023

PARTE I

GÊNERO E VIOLÊNCIA



MORE UXORIO: FORMAS DE VIOLÊNCIA E CONTROLE SOCIAL DA MULHER NA LEGISLAÇÃO VISIGÓTICA (SÉCULOS V-VII)

EVERTON GREIN ^[1]

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre o papel da violência e suas múltiplas formas na edificação das sociedades do passado. A estruturação interna das sociedades medievais repousa, em grande parte, nos usos da violência. Seja em sua forma física, sempre codificada, velada, ritualizada, simbólica ou mesmo psicológica. A polissemia do conceito de violência evoca, portanto, uma abstração recorrente a um conjunto de manifestações violentas concretas, quer se tratem de atos, gestos, palavras ou imagens.

A visão que temos da Idade Média é a de uma época assombrada pelo espectro de uma violência extrema e sem limites. Seguramente, tal imagem encontra-se enraizada em nosso imaginário, fruto, por certo, das representações negativas criadas pela historiografia tradicional acerca dos costumes e do modo de vida do homem medieval. De fato, esse discurso sobre a Idade Média pode ser observado a partir da historiografia do século XVIII, e especialmente do século XIX, para quem, a “ausência” de Estado e a ideia de “decadência” da civilização romana conduziram a uma “barbarização” da so-

¹ Pós-Doutorado em História Social (USP, 2017). Professor Adjunto de História Antiga e Medieval da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

cidade, o que resultou, segundo o entendimento dos estudiosos oitocentistas e novecentistas do período, numa época marcada como um teatro de violência endêmica e ilimitada (Silva, 2007, p. 181-195).

Conforme desatada pelo espírito iluminista, a percepção que temos do mundo medieval é a de um lugar dominado por uma violência atávica, traduzida no modo de ser dos homens daquela época, cujas motivações não eram exatamente aquelas provocadas por um dado contexto, mas, sobretudo, derivadas de uma forma de agir e de pensar de uma civilização a quem faltava justamente o essencial: a civilidade. A justificativa para tanto seria a ausência de um poder centralizado, representado pelo “Estado”, a única instituição com as prerrogativas necessárias à manutenção da ordem pública e a única detentora dos fios necessários para a tessitura da própria ideia de sociedade. Ao mesmo tempo, a ausência de Estado significaria, na prática, a disseminação de formas privadas de violência. Tal perspectiva ganhou novas cores no século XIX, momento também em que se assiste ao alvorecer da disciplina histórica, muito embargada pelo peso das largas discussões sobre o nascimento do Estado-Nacional que buscava sua gênese e suas singularidades na Antiguidade Tardia e Idade Média.^[2]

A violência na Idade Média foi um fenômeno complexo e multifacetado, vindo em grande parte arraigado na pluralidade das sociedades que a comportaram em suas diferentes formas, e requer, portanto, um olhar mais cuidadoso por parte dos estudiosos. Claude Gauvard (2005), em sua obra *Violence et ordre public au Moyen Âge*, resalta que a violência era uma característica intrínseca da sociedade medieval. No entanto, ela destaca que a visão popular sobre a Idade Média como um período de violência indiscriminada não condiz com a realidade historiográfica. Segundo Gauvard (2005), a violência era socialmente legitimada em determinadas circunstâncias, como nos conflitos entre senhores feudais e na defesa do território. Além disso, argumenta que a violência não era meramente física, mas também simbólica, e expressa através de cerimônias de poder e hierarquia.

Por outro lado, Morsel (2006), enxerga a violência medieval como uma forma de controle social exercida pelos poderosos sobre

² Uma sumarização dessa perspectiva apresenta-se no belo ensaio de Ian Nicholas Wood (2008, p 61-81) para quem “the fourth, fifth and sixth centuries constitute a period in which writers have discovered the origins of the modern world”.

a população comum. Morsel argumenta que a violência era uma ferramenta utilizada pelos nobres para instaurar o medo e manter a ordem social. A população, por sua vez, aceitava essa violência como uma parte inevitável de suas vidas, o que reforçava o poder das elites. Ambos os historiadores reconhecem que a violência na Idade Média tinha múltiplas manifestações, sendo que o combate físico e o derramamento de sangue eram apenas uma parcela desse fenômeno. A tortura e a pena de morte eram amplamente utilizadas como formas de punição, enquanto as guerras e os saques eram eventos recorrentes. No entanto, Gauvard (2005) e Morsel (2006) apontam que a violência não era constante em todo o território medieval, variando de acordo com fatores geográficos, políticos e culturais.

É importante ressaltar que os estudos de Gauvard e Morsel trouxeram uma nova perspectiva para a compreensão da violência na Idade Média, indo além dos estereótipos e preconceitos que cercam esse período histórico. Através de uma análise mais acurada, esses historiadores evidenciaram a complexidade desse fenômeno, contribuindo para uma visão mais ampla e precisa sobre a violência medieval. Todavia, conforme se pode notar, existem múltiplas ideias do que se pode entender como sendo a violência na Idade Média. Desse modo, a discussão que se segue buscará ilustrar a noção de violência a partir de uma de suas formas de individualização, na figura da mulher. Nosso palco para essa discussão será a Hispania na Antiguidade Tardia (séculos VI-VII), tendo como norte a documentação normativa do reino visigodo que buscou ao mesmo tempo a “disciplinarização” social e a legitimidade dos usos da violência por meio de dispositivos qualificativos da normatização da mulher.

A VIOLENTIA COMO CATEGORIA DE ANÁLISE HISTÓRICA

Indubitavelmente, a violência é um fenômeno social vigente em todas as sociedades pretéritas e presentes. Contudo, é necessário entender que, no que diz respeito ao período medieval, a noção de violência constitui-se num problema de difícil resolução, justamente por se tratar de uma categoria que admite amplos significados. Gauvard (2005) destacou como o tema da violência, entendido como qualquer ato ou palavra que rompe o tecido social e prejudica a ordem pública, é onipresente nas fontes narrativas da Idade Média e há muito

tempo é interpretado como testemunho direto da uma realidade social específica. Notadamente, a violência medieval é a soma de gestos, comportamentos e palavras denunciados pela sociedade como ilegítimos.

De um modo geral, ao nos referirmos à violência estamos a tratar de um elemento que denota a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo).^[3] Conforme destacou Stoppino (1998, p. 1.291), para que haja violência é preciso que a intervenção física seja voluntária e, geralmente, a violência é exercida — salvo raras exceções — contra a vontade da vítima. A violência também pode ser direta ou indireta. Observada sob este prisma, a violência pode constituir-se substancialmente como sinônimo de força, podendo, contudo, ainda ser distinguida de modo pontual da noção de poder. Enquanto que a violência é a alteração voluntária e danosa do estado físico daquele que a sofre; o poder pode ser descrito, economicamente, como uma mudança ou alteração da conduta de um indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria. Em termos sintéticos, a violência muda o estado do corpo do outro, enquanto que o poder é a mudança da vontade do outro (Stoppino, 1998, p. 1.292 *passim*).

Não obstante, faz-se necessário refletirmos se, conforme as linhas acima poder-se-ia pensar este conceito de violência nos mesmos termos para a Idade Média? Tal questionamento não se coloca sem razão, pois, na medievalidade latina temos um amplo e complexo problema a ser considerado antes de mais; notadamente, a dificuldade em matizarmos o conceito. À guisa de uma possível hipótese para tal complexidade apontamos aqui três motivações principais, nomeadamente: a) o próprio problema conceitual que requer um cuidadoso mapeamento etimológico e semântico do conceito desde a Antiguidade; b) o termo que o define exarado pelas fontes, ou seja, os usos e a aplicabilidade do conceito de *violência* nas fontes medievais; c) a noção que temos de Idade Média especialmente no que tange o caráter polimorfo do período medieval.

Realizar um mapeamento etimológico e semântico do conceito desde a Antiguidade e mesmo inventário de todas as formas de

³ Cf.: STOPPINO, 1998, p. 1.291-1.298, para uma caracterização sintética das distintas acepções do termo violência.

violência na Idade Média seria uma tarefa de difícil resolução, considerando o espaço que dispomos no presente ensaio. Contudo, muito menos satisfatório é considerar a ideia de violência como um conceito universalmente utilizado desde então. A questão central do problema inicia-se na busca de uma compreensão do próprio conceito de violência evidenciado na Idade Média. Saliente-se que, o trabalho, cuja agudeza de espírito revela-se pelo ofício do historiador, só é possível se realizado a partir de conceitos cuja finalidade e aplicabilidade se conhecem nas circunstâncias atuais, todavia, não se pode afirmar efetivamente que esses mesmos conceitos sejam operatórios para épocas tão distantes cronologicamente. Dispondo a questão de outra forma, consiste, primeiramente, em se pensar se o conceito de violência, tal qual concebemos, era utilizado da mesma maneira na Idade Média ocidental.

Conforme notamos, o período medieval é polimorfo. O que significa, na prática, que em seus diferentes momentos e lugares produziram-se diferentes percepções sobre o papel de seus agentes sociais, bem como das formas de tratamento e entendimento destes nas suas respectivas sociedades.

Nesse caso, optamos por discutir a ideia de violência simbólica no limiar da Idade Média — período chamado pelos especialistas de Antiguidade Tardia que compreende os séculos IV e VIII d.C. — a partir das representações da mulher nos códigos legais visigóticos, a saber: o *Codex Euricianus* (do final do século V)^[4] e, à posteriori, da *Lex Visigothorum* (de meados do século VII).^[5] Mas antes será necessário entender o papel da história das mulheres na época visigoda desde seu trato pela historiografia e em seguida seu protagonismo na sociedade hispana tardo-antiga.

HISTÓRIA DAS MULHERES VISIGODAS

Antes mesmo de procedermos nossa incursão nas fontes a respeito da imagem da mulher de acordo com os códigos legislativos visigóticos da Antiguidade Tardia e das formas da violência contra elas, cabe aqui uma breve explanação sobre a posição ocupada pelas mulheres na história visigoda.

⁴ Utilizamos aqui da edição de D'ORS, 1960. Doravante 'CE'.

⁵ ZEUMER, 1902. Doravante 'LV'.

Com a viragem historiográfica a partir de meados dos anos 1980 e a inserção dos estudos a respeito do gênero, especialmente com os trabalhos de Joan Scott e Nathalie Zemon Davis, passou-se a repensar a posição ocupada pelas mulheres na história (Scott, 1988, p. 1.053-1.075; Scott, 1988, p. 28-50; Zemon Davis, 1976, p. 83-103). De fato, embora as historiadoras citadas tenham como foco a História Moderna e Contemporânea respeito da temática, foi a partir de seus trabalhos que se começou a perceber os espaços ocupados pelas mulheres em outros períodos históricos.

Em que pese a contribuição, particularmente de Georges Duby, para a Idade Média, uma história das mulheres que corresponda a extensão cronológica e as singularidades regionais e locais para o período é ainda um projeto a ser realizado. Contudo, isso em nada reduz a importância do trabalho de Duby compartilhado com Michelle Perrot sobre o tema (Duby; Perrot, 1990; Duby, 1995-1996).

Durante muito tempo a história das mulheres na Hispania visigoda foi um tema negligenciado pela historiografia. A historiografia – espanhola, sobretudo –, desde a década de 1960-1990 simplesmente ignora a temática.

Possivelmente o primeiro estudo de grande envergadura a respeito do tema tenha sido o trabalho de doutoramento de Alejandrina Pardo Fernández “*La imagen de la mujer en la España Visigoda a través del estudio del pensamiento judeo-cristiano*”, tese defendida em 1991, sob a orientação de José María Blázquez Martínez na Universidade Complutense de Madri. Desde então o tema apareceu com certa regularidade na historiografia, sem, contudo, apresentarem-se estudos mais sistemáticos. Mais recentemente podemos destacar as contribuições de Cristina Segura Graiño e de María del Rosario Valverde Castro (Graiño, 1987; Graiño, 2007; Castro, 2008, p. 17- 44).

A história das mulheres na Hispânia visigoda durante a Antiguidade Tardia ainda é um campo de estudo relativamente novo. Durante muito tempo, a historiografia tradicional focou-se principalmente nos homens, relegando as mulheres a um papel secundário na sociedade. No entanto, pesquisadores e historiadores contemporâneos têm buscado desconstruir essa visão limitada e destacar a importância das mulheres visigodas.

Através de fontes como leis visigodas, crônicas, documentos legais e registros arqueológicos, é possível ter uma ideia das vidas das mulheres visigodas. Por exemplo, as leis visigodas, conhecidas como o Código de Eurico (ou *Lex Romana Visigothorum*), apresentam disposições específicas sobre o casamento, herança e divórcio, revelando a existência de algumas proteções legais para as mulheres. Além disso, existem registros de mulheres visigodas que ocupavam posições de destaque na sociedade. Uma das figuras mais conhecidas é a rainha Brunequilda (c.545-613), que governou a Hispânia por um curto período de tempo no século VI e lutou contra o Rei herdeiro, seu próprio sobrinho. Brunequilda era uma mulher poderosa e influente, que desempenhou um papel ativo na política do reino visigodo.

A arqueologia também tem contribuído para a compreensão da vida das mulheres visigodas. Por meio de escavações de sítios funerários, foram encontradas sepulturas femininas com objetos que indicam a posição social das mulheres, como joias ou armas. Essas descobertas sugerem que as mulheres visigodas não eram apenas relegadas à esfera doméstica, mas também poderiam ocupar papéis de prestígio na sociedade. Apesar dessas evidências, ainda há muitas lacunas na história das mulheres visigodas. Uma das razões para isso é a destruição de documentos e registros durante as invasões muçulmanas no século VIII. Além disso, o viés masculino da historiografia tradicional tornou difícil a recuperação completa das histórias das mulheres visigodas.

Nos últimos anos, no entanto, houve um esforço maior para explorar e recuperar a história das mulheres na Hispânia visigoda. Esses estudos estão ajudando a ampliar nosso conhecimento sobre as mulheres visigodas e sua contribuição para a sociedade da Antiguidade Tardia.

A MULHER NOS CÓDIGOS LEGAIS VISIGÓTICOS

O que faz a Lei

A Lei rege toda a ordem dos cidadãos, homens de todas as condições, é dada para mulheres e maridos, jovens e idosos, tanto os prudentes quanto os ignorantes, tanto os da cidade quanto os da área rural, e tem por objetivo dar um maior nível de segu-

rança tanto ao príncipe quanto para o povo, e em excelência e reconhecimento é tão claro como o brilhante sol do meio-dia.^[6]
Lex Visigothorum (1, 2, 3).

A imagem da mulher exarada pelos códigos legislativos visigóticos situa-se, de modo bastante singular, no direito romano da Antiguidade Tardia. Objetivamente, pode-se dizer que, primeiramente, a limitação dos direitos e as próprias “capacidades” das mulheres, particularmente no que diz respeito ao patrimônio familiar, que continua reservado aos filhos e aos parentes mais próximos. Por outro lado, o reconhecimento da função que a mulher desempenha como mãe e esposa na família, e de sua autonomia para dispor dos bens frente aos possíveis abusos por parte do marido (Garrido, 1959, p. 418).

O estatuto das primeiras leis visigóticas que consideram a mulher como estando submetida ao poder do marido, verifica-se logo no *Codex Euricianus* – Código de Eurico datado c.480 – (CE, 323), onde se lê “[...] Mas que o marido, que tem sob o seu poder a mulher segundo a Sagrada Escritura, igualmente há de ter o poder sob os servos dela [...]”.^[7] De modo que o marido dispõe de total poder sobre a pessoa e os bens da mulher, incluindo seus escravos. Note-se o que o texto da lei manifesta *in litterae* o seu fundamento religioso, princípio elementar que iria constituir-se em imperativo nas leis medievais, cujo estatuto arraigava-se à definição de uma lei natural e bíblica seguindo as disposições *Vetero* e *Neo* Testamentárias. Em duas passagens anteriores do *Codex Euricianus*, que leva por título *De Successionibus* (Das Sucessões), observa-se substancial depreciação da imagem da mulher na administração de sua herança, e portanto, de suas capacidades. A passagem do CE (320, 1-2) institui que, no caso da morte dos pais com testamento, as irmãs devem receber igual parte da herança assim como os irmãos. No caso de casamento da herdeira ela deve deixar a herança em benefício dos irmãos ou herdeiros destes.^[8] Na

⁶ LV (1, 2, 3): “*Quid agit Lex: Lex regit omnem civitatis ordinem, omnem hominis etatem, que sic feminis datur ut maribus, iuventute conplectitur et senectute, tam prudentibus quam indoctis, tam urbanis quam rusticis fertur, que summum salutis principum hac populorum culmen obtinet, et cum manifesto preclaroque preconio in modum lucidissimi solis effulgit*”.

⁷ CE, 323: “[...] *Sed vir, qui uxorem suam secundum sanctam scripturam in potestate habet, similiter et in servis eius potestatem habebit* [...]”.

⁸ Cf.: CE, 320, 1,2: “*Si parentes testati decesserint [...] de ea [...] eas ad facu <1> tates [...] sorores [...] ccipient [...] cum fratribus suis in terris vel in aliis rebus aequalem habeant portionem. 2. Quod si aliqua sine viro fuerit relicta, et ad coniugium expetens sponte transierit, totam portionem quam acceperat suis fratribus vel eorumheredibus relinquat*”.

sequência, CE (322), trata do direito hereditário da *uxor* (esposa), pelo que fica estabelecido que a mulher, em caso de concorrência de herança com varões da família, herda somente o usufruto dos imóveis, e não a propriedade, sem poder doar, vender nem mesmo dar a um de seus filhos.^[9]

Para García Garrido (1959), tais disposições legais do *Codex Euricianus* demonstram a continuidade evolutiva já traçada na época baixo-imperial romana, e mostram como nas fontes visigóticas segue-se a tradicional fórmula romana de limitar a capacidade feminina. De fato, as limitações do estabelecimento do patrimônio familiar para a mulher, pode ser considerado o último exemplo da *tutela mulierum* clássica,^[10] na medida em que reduz a capacidade feminina e utiliza-se como o argumento de qualificativo jurídico necessário para legitimar o benefício aos filhos ou parentes próximos. Na acepção do Direito Romano, ainda que a mulher se constituísse *sui iuris*, ela tão somente não constituía família, uma vez que ela — *mulier* — não poderia ser *pater* e nem mesmo pertencer a outra família.

De acordo com as passagens supracitadas do *Codex Euricianus*, nos séculos V e VI, o homem exercia sobre a mulher um poder outorgado pelas Sagradas Escrituras, cuja natureza estabelecia uma posição de inferioridade à figura feminina. Nesse sentido, a instituição do matrimônio e a posição ocupada pela mulher nesse âmbito validavam a posição do homem assumindo o papel de *pater familias*, onipotente nas prerrogativas legais como o tutor não somente da esposa, mas também de seus direitos e suas vontades: há, portanto, uma sujeição espiritual e outra material. Lembremos aqui de uma célebre passagem de José Orlandis quando afirmava em suas *Semblanzas* (1992, p. 17):

Cuando se trata de hacer revivir el tiempo de los godos, viene de inmediato a la mente la imagen de un mundo poblado de varones, sean éstos magnates o sayones, obispos o monjes. La mujer parece no tener cabida, o al

⁹ CE, 322: “*Mater, si in viduitate permansit, aequalem inter filios, id est qualem unus ex filiis, usufructariam habeat portionem; qua(m) usque ad tempus vitae suae usufructario iure possideat, ceterum nec donare nec vindere nec uni ex filiis [...] conferre praesumat [...]*”.

¹⁰ De modo geral a *tutela mulierum* foi um princípio do direito romano que serviria como dispositivo para as ‘incapacidades’ da mulher. Conforme o Direito Civil Romano, a *tutela* tinha por objeto a proteção da pessoa, exercida àqueles que não se encontravam em pátrio poder, podendo ser *sui iuris* impúberes ou *sui iuris* púberes (no caso da mulher). Cf.: (Tellegen-couperus, 2013, p.407-420).

menos capacidade de protagonismo em uma época ruda e varonil, dominada por guerreiros e eclesiásticos.^[11]

Mais tarde, uma lei de Chindasvinto (564-653), figurada na *Lex Visigothorum* de 654 – (LV, 4, 3, 3),^[12] se concede esta mesma faculdade se a mulher permanecer viúva. De fato, a referida lei trata da tutela materna, mas ainda sob a égide da figura do marido. O poder exercido pelo marido sob sua esposa, amparado religiosamente, pode levar ao estrangulamento da situação jurídica da mulher, ratificado pelos qualificativos depreciativos contra sua figura.

Embora o texto da *Lex Visigothorum* tenha seu conteúdo redigido no gênero neutro — na maioria de suas leis — as passagens que se referem especificamente à mulher, na sua maioria, apresentam um juízo de valor negativo quanto a elas. Dentre os diversos adjetivos negativos aplicados às mulheres de acordo com o texto da *Lei*, observa-se a desobediência, a intemperança (quando deveria somente esperar pela vontade daquele ao qual ela estaria subordinada), dentre outras. Observe-se que, embora o Livro VIII da LV, *De Inlatis Violentis et Damnis*, trate do tema da violência, em nenhum de seus capítulos trata-se a respeito da violência contra a mulher.

No âmbito da aplicação da *Lex Visigothorum*, texto profundamente embasado no direito romano, as menções à mulher aparecem em todos os seus doze livros. De modo muito particular, o Livro III da LV tem o maior número de menções justamente por se tratar do matrimônio como tema. Deste livro derivam questões diversas, tais como: casamento, adultério, divórcio, relações sexuais, dentre outras, das quais emergem juízos de valor e formas de controle social das mulheres por meio do *More Uxorio*.

O termo “*more uxorio*” refere-se ao casamento civil, em que os cônjuges viviam juntos sob as leis do casamento, mas sem um casamento religioso formalizado. Na Antiguidade Tardia, a visão das mulheres nas leis era influenciada pelo direito romano, que considerava as mulheres como legalmente incapazes e subordinadas aos homens. O *Código de Justiniano*, promulgado no século VI, sustentava que as mulheres eram incapazes de possuir propriedades, adminis-

¹¹ Cf.: ORLANDIS, 1992.

¹² Cf.: LV (4, 3, 3): “Qualiter pupillorum tutela suscipiatur, vel de rebus eorum que pars tutoribus detur: si patre mortuo in minori aetate filii relinquuntur, mater eorum tutela [...]”.

trar negócios ou exercer cargos públicos. Além disso, as mulheres medievais também estavam sujeitas a leis que regulavam seu comportamento e sua conduta sexual. A castidade feminina era considerada importante para preservar a honra da família e garantir a linhagem legítima dos descendentes. Por esse motivo, algumas leis estabeleciam punições rigorosas para as mulheres que cometessem adultério ou mantivessem relações sexuais fora do casamento.^[13]

Em termos matrimoniais, portanto, a mulher estava subordinada ao marido. Ela não podia se casar sem o consentimento de seu pai ou tutor masculino.^[14] Seu marido tinha autoridade sobre ela, e ela não podia se divorciar dele sem justificativa legalmente aceitável, como adultério ou violência doméstica. Em relação à propriedade, a mulher tinha direito à herança, mas o herdeiro principal era o filho do casal. Se não houvesse filhos homens, a propriedade podia passar para parentes próximos do marido, excluindo a mulher. Além disso, ela não podia possuir propriedades sem o consentimento de seu marido.

Na esfera criminal, as mulheres também eram tratadas de maneira diferente dos homens. Por exemplo, em casos de adultério, a mulher era punida com muito mais rigor do que o homem. Ela podia ser condenada à morte, enquanto que o homem, em alguns casos, era apenas multado. Em resumo, no Direito Visigótico, a mulher estava sujeita a uma série de restrições e desigualdades legais em relação ao homem. Seu papel era principalmente de submissão e dependência em relação ao marido e à família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na Idade Média, a individualização da mulher (como filha, esposa ou mãe) canalizou as formas da violência em seus diversos aspectos, fosse sob a égide do pai, marido ou família, a violência se tornou um dispositivo de controle social legítimo, e especificamente neste caso uma violência simbólica contra a mulher.

Um modelo desta tipificação das formas de violência e controle social da mulher pode ser atestado nos códigos legislativos visigóti-

¹³ Cf.: OSABA,1997.

¹⁴ Prática esta que prevaleceria no direito espanhol até o princípio do século XX. Cf.: FERRÍN, 2020, p. 27 *et seq.*

cos, notadamente o *Codex Euricianus* (séculos V e VI); e a *Lex Visigothorum* (século VII).

O chamado *more uxório* constituiu-se, portanto, na via legítima de tal controle, exercido sob a forma do papel legado às mulheres. Assim, a recorrência aos códigos legislativos visigóticos denota antes de qualquer coisa, a tipificação do estatuto de “mulher” tal como pensado na época. Evidentemente, dada a pluralidade do período, particularmente nas suas formas de composição social, acordes a tempos e espaços distintos, não se pode aqui generalizar. O estudo de caso — da *Hispania* na Antiguidade Tardia (séculos V-VII), não representa *in toto* a Europa Medieval. No entanto, permite-nos projetar uma ideia da forma pela qual a mulher como sujeito social era concebida em sua posição jurídica. Com efeito, é importante destacar que existiam variações nas leis e nas práticas sociais ao longo do período medieval. Em algumas áreas, particularmente nas cidades e entre as classes mais altas, as mulheres podiam ter um pouco mais de autonomia em assuntos financeiros e comerciais. Além disso, nas comunidades rurais, as mulheres muitas vezes desempenhavam um papel fundamental na administração das propriedades familiares durante as ausências dos maridos, fosse motivada pelo trabalho ou pela guerra.

Em suma, a imagem das mulheres nas fontes legislativas do início do medievo era geralmente de subordinação, dependência e controle masculino. As mulheres eram vistas como propriedades dos homens, cuja principal função era a reprodução e a manutenção da família. No entanto, as realidades vivenciadas pelas mulheres medievais variavam de acordo com sua posição social, geografia e dinâmicas locais.

A história do Ocidente medieval foi marcada, incontestavelmente, pela dominação social do homem sobre a mulher, o que ficou expresso tanto nas suas normas quanto na prática. A mulher no decurso de sua vida foi submetida à autoridade de seu pai, e posteriormente à de seu marido, a quem devia fidelidade, respeito e obediência, sem a reciprocidade necessária. A imagem jurídica da mulher foi edificada através das formas de controle social através dos códigos legislativos: não se trata de uma simples observação, mas de uma constatação.

Os homens, por sua vez, se tornavam mais do que “maridos/ esposos”. Eles tornavam-se tutores, administradores de seus bens.

As mulheres tornavam-se submissas, e em matéria judicial eram absolutamente limitadas em suas ações. A “inferioridade” feminina, buscada desde os fundamentos bíblicos com a representação de Adão e Eva, perpassava o aspecto religioso decaindo numa representação social e ideológica que serviam de base para a edificação do modelo masculino, contrariamente a tudo o que representação a imagem do feminino. De um modo geral, na sociedade medieval a articulação das relações sociais se opera entre clérigos e laicos. Portanto, a fundamentação religiosa da inferioridade feminina estava amparada na chancela da igreja e servia para projetar a suposta ‘superioridade’ masculina.

A análise desses textos nos permitiu constatar como a sociedade hispano-visigoda da Antiguidade Tardia forjou na indiferença e no caráter marginal da mulher, a condição onipresente e irretorquível do homem como signo necessário da vértebra jurídica e social de seu mundo.

Referências

D'ORS, Alvaro. **el Codigo de Eurico**. Edición, Palingenesia, Indices. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas (Delegación de Roma), 1960.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1990. v. 2: A Idade Média.

DUBY, Georges. **Dames du XIIe siècle**. Paris, Gallimard, 1995-1996. Tomo I: Héloïse, Aliénor, Iseut et quelques autres; tomo II: Le souvenir des aïeules; tomo III: Ève et les prêtres.

GARCÍA GARRIDO, Manuel Jesús. el régimen jurídico del patrimonio uxorio en el derecho vulgar Romano-Visigótico. **Anuario de Historia del Derecho Español**, Madrid, n. 29, 1959. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2051473>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GAUVARD, Claude. *Violence et ordre public au Moyen Âge*. Paris: Picard, 2005.

MONTANOS FERRÍN, Emma. **La Mujer. Disposiciones Jurídicas en la Historia de la Corona de Castilla y en la Legislación Codificada Española**. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2020.

ORLANDIS, José. **Semblanzas visigodas**. Madrid: Rialp, 1992.

OSABA, Esperanza. **El adulterio uxorio en la Lex Visigothorum**. Madrid: Marcial Pons, 1997.

PARDO FERNÁNDEZ, Alejandrina. *La imagen de la mujer en la España Visigoda a través del estudio del pensamiento judeo-cristiano*. 1992. 1.071 f. Tese (Doutorado) Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 1992.

SILVA, Marcelo Cândido da. *Autoridade pública e violência no período merovíngio: Gregório de Tours e as Bella Civilia*. In: GUIMARÃES, Marcella Lopes; FRIGHETTO, Renan (orgs.). SEMINÁRIO ARGENTINA – BRASIL – CHILE DE HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL, 1., Instituições, Poderes e Jurisdições. 2007. Curitiba. **Anais...** Curitiba: Juruá, 2007.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. **The American Historical Review**, [s.l.], v. 91, n. 5, p. 1.053-1.075, 1986. DOI: <https://doi.org/10.2307/1864376>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1864376>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University, 1988.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. *Las mujeres y el poder en la España visigoda*. In: **Homenaje al profesor Juan Torres Fontes**. [S.l.]: Real Academia Alfonso X el Sabio; Caja de Ahorros de Alicante y Murcia; Universidad de Murcia, Servicio de Publicaciones, 1987. v. 2, p. 1.593-1.601. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1284407>. Acesso em: 12 set. 2023.

SEGURA GRAIÑO, Cristina. *Las mujeres y la naturaleza en la legislación visigoda*. **Gerión**

Revista de Historia Antigua, v. 25, n. extra, p. 489-503, 2007. Ejemplar dedicado a necesidad, sabiduría y verdad: el legado de Juan Cascajero. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2473777>. Acesso em: 17 set. 2023.

STOPPINO, Mario. Violência. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (eds.). **Dicionário de Política**. Brasília: EdUnB, 1998.


TELLEGEN-COUPERUS, Olga. Tutela Mulierum. In: RODRÍGUEZ LÓPEZ, Rosalía, BRAVO BOSCH, María José. (ors.). **Mulier**: algunas historias e instituciones de derecho romano. Madrid: Dykinson, 2013.

VALVERDE CASTRO, María Del Rosario. Mujeres “viriles” en la hispania visigoda. Los casos de Gosvinta y Benedicta. **Studia Historica, Historia Medieval**, Salamanca, v. 26, p. 17-44, 2008. Disponível em: https://revistas.usal.es/uno/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/2035/2090. Acesso em: 17 set. 2023.

WOOD, Ian Nicholas. Barbarians, historians, and the construction of national identities. **Journal of The Late Antiquity**, Spring, v. 1, n. 1, p. 61-81, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/46824317/Barbarians_Historians_and_the_Construction_of_National_Identities. Acesso em: 9 set. 2023.

ZEMON DAVIS, Nathalie. “Women's History” in Transition: the european case. **Feminist Studies**, Spring, v. 3, n. 3/4, p. 83-103, summer, 1976. DOI: <https://doi.org/10.2307/3177729>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3177729>. Acesso em: 19 ago. 2023.

ZEUMER, Karl. Leges Visigothorum. In: _____ (ed.). **Monumenta Germaniae Historica. Legum Nationum Germanicarum**. Lipsia: Imprensus Bibliopolii Hahniani, 1902.



AS “DONAS” DO SERTÃO: MULHERES, PODER E PROPRIEDADE NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS, SÉC. XVIII

ALEXANDRE RODRIGUES DE SOUZA

Mulheres de várias qualidades e condições estiveram envolvidas na colonização e povoamento do sertão da capitania de Minas Gerais, durante o século XVIII. Elas acumularam, gerenciaram e legaram seus bens. São histórias de senhoras, casadas, separadas, viúvas, ricas ou pobres com seus domínios, vontades e determinações. Mulheres que participam da vida econômica entrando no interior como sesmeiras e integrantes das marchas de povoamento.

Este texto analisa casos e trajetórias dessas mulheres a partir de fontes primárias, sobretudo cartas de sesmarias, inventários, listas de cobrança dos direitos régios e testamentos que documentaram a vida destes sujeitos e seu envolvimento na vida econômica e social no interior da colônia, através da constituição de estruturas escravistas, formação de propriedades ou gerenciamento de negócios. Argumenta-se que o sertão das Minas foi um espaço importante para atuação de mulheres, quase sempre denominadas por “Donas” - símbolo de distinção na colônia, que tiveram papel importante na formação de poder econômico, baseado principalmente em redes familiares.

A partir de alguns inventários, Miridan Knox Falci recuperou inúmeras histórias e perfis de mulheres da região do sertão nordestino do século XIX (Falci, 2001, p. 241-277). A inserção das mulheres durante a expansão do povoamento no século XVII em São Paulo colonial foi analisada por Eni de Mesquita Samara. A história dessas figuras

femininas entrecruza com a circulação de riqueza e o nascimento das vilas na capitania paulista. A autora pesquisou um conjunto de inventários e testamentos para pensar histórias de vidas dessas mulheres. Eni Samara destaca histórias de viúvas ricas e poderosas, ou mesmo de outras que tiveram que comprovar em juízo que honravam a memória de seus maridos. Estudou também como as mulheres com o papel de esposas serviam para fixar os colonos na terra e com isso povoaram o território minerador, incrementaram a produção, garantiram a segurança e a posse da terra, pois a coroa considerava essencial a formação de famílias formadas no “matrimônio legal” (Samara, 2003).

São múltiplos os papéis dessas mulheres assim como suas estratégias de agência, ou seja, mulheres que construíam autonomia dentro dos espaços em que atuavam. Não esquecendo que estamos tratando de numa época em que a ordem patriarcal, isto é, o poder de mando do homem, imperava. O olhar misógino atravessou o cotidiano e as leituras sobre o feminino. As viúvas, conforme as leis da época, não podiam herdar devido a sua “fraqueza do entender”, já que após “morte dos maridos desbaratavam o que têm” (Ordenações Filipinas, 1603, Livro IV, Título 107). Do ponto de vista do discurso, as mulheres estavam acuadas de todos os lados. Não pode ser esquecido que a imagem de mulher na América portuguesa ainda se mistura ao índio preguiçoso, ao escravo negro, pobre e submisso e, principalmente, à família patriarcal. A representação dessas mulheres aparece ligada à acomodação, à mãe de família, dona de casa, ou ainda, a um papel estritamente sexual, no caso de algumas mulheres negras e mulatas daquele período (Figueiredo, 1993, p. 25).

No entanto, houve espaço para outros tipos de representação. O título de “Dona” deriva do termo latim *domina*, segundo dicionário de época, o que indica a importância deste atributo neste contexto. (Bluteau, 1712, v. 8, p. 287-288). José Capela apresentou estudo sobre as “donas” do sistema dominial zambeziano, destacando aspectos acerto do papel das mulheres e da colonização portuguesa. Na Zambézia “as donas passaram à História, ficaram na lenda” (Capela, 1995, p. 67). No caso da América portuguesa, um dos primeiros esforços de retirar a leitura da mulher ociosa, presente principalmente no relato dos viajantes estrangeiros que passaram por aqui, foi feita através dos trabalhos de Maria Beatriz Nizza (Silva, 2002). Em estudo recente, a investigadora trouxe um perfil das “donas mineiras” do período

colonial (Silva, 2017). Maria Odila Leite da Silva Dias foi outra autora a apresentar um novo olhar sobre o cotidiano feminino na América portuguesa. Em sua pesquisa, a investigadora destacou quitandeiras, padeiras, costureiras e tecelãs moradoras de São Paulo no século XIX que, através de seu trabalho, se tornaram chefes de família, fundaram negócios e administraram fazendas (Dias, 1984).

O leque de figuras femininas nas Minas também era bastante heterogêneo, afirmou Júnia Furtado. Eram senhoras de terras, esposas, viúvas, concubinas, mandonas, “inúmeras mulheres” “capazes de criar normas inéditas de comportamento, mas também, muitas vezes, de se fixarem nos parâmetros que a sociedade hierárquica impunha” (Furtado, 2007, p. 502).

MULHERES E PROPRIEDADE NO SERTÃO

As “Donas” que habitavam o imenso território da América portuguesa tinham terras, escravos, tentavam oficializar seus patrimônios através das cartas de sesmarias — documento que validava a posse das terras durante o período colonial — e procuravam zelar pela demarcação das suas propriedades. Buscavam a defesa dos seus interesses ao enfrentarem maridos e parentes que queriam se apoderar de seus dotes e heranças.

As cartas de sesmarias servem como fonte para que isso possa ser percebido, pois informam sobre o nome do proprietário, medição, demarcação, tempo para o cultivo (dois a cinco anos para produzir), condição social do futuro proprietário e, algumas vezes, a forma como adquiriu sua propriedade (Pinto, 2007). As cartas também comprovam a existência de uma ocupação não formalizada das terras nas regiões distantes do “centro” da América portuguesa, seja através da posse, compra, herança e outros (Motta, 1998, p. 122-123). Essas mulheres foram, através do acesso às cartas de sesmarias, demarcando a ocupação das terras nas regiões interioranas da colônia como, por exemplo, a capitania de Minas Gerais (Carrara, 1999).

Mulheres como Dona Ignácia Correa do Valle moradora do rio São Francisco que recebeu três léguas de terras. Miguel Nunes Vassalo a representou em seu pedido. Em sua carta de sesmaria consta que ela descobriu e povoou um sítio chamado “Boqueirão, de gado vacuum, e já fazia mais de quatro anos que ela estava possuindo essas terras

“sem contradição de pessoa alguma e, para melhor a possuir”, a queria por título de sesmaria. Dom Lourenço de Almeida, governador da capitania de Minas na época, passou sua carta de sesmaria em 9 de outubro de 1727 (Revista do Arquivo Público Mineiro – RAPM, 1899, p. 190-192). Segundo Carlos Magno Guimarães e Liana Reis, o estudo de determinados aspectos da estrutura agropastoris é importante para a compreensão da sociedade mineira do século XVIII, pois destaca a inserção no processo de colonização (Guimarães; Reis, 1986, p. 8).

Um outro exemplo foi o caso de Thereza Cardoso de Jesus, viúva do capitão mor Joseph Correa do Valle que, em nove de outubro de 1727, recebeu do mesmo governador uma carta de sesmaria. Ele a representava “em sua petição que o dito seu marido descobriu um sítio e o povoou de gados vacum, e cavalar á beira do Rio Urucuia da parte de Pernambuco com muito risco de vida, e dispêndio de sua fazenda”. Segundo D. Lourenço, ela era merecedora da carta pelo fato de a região ser de “habitação do gentio bravo”, fazendo referência aos índios que a habitavam. Ainda segundo o governador há mais de “treze anos” Thereza estava possuindo aquelas terras “com muito risco do dito gentio” (CARTA de sesmaria, 09 out. 1727. RAPM, 1899, p. 193-195).

A mercê régia dada a proprietária era uma forma de garantir a expansão da frente de povoamento no interior da colônia. Dona Joana Antunes também recebeu carta D. Lourenço de Almeida. Segundo o governador, ela era possuidora de uma fazenda chamada Curaca, situada em Ribeirão do Carmo, comarca do Sábara, que deságua no Rio do Paracatu. Dona Joana “descobriu, povoou e cultivou, por seu procurador Domingos Martins da Cunha, com escravos, gado *vacum*, e *cavallar*, tudo com grande despesa de sua fazenda, e de presente a conserva, livrando-a da invasão do gentio que continuamente a estar invadindo”. Assim:

[...] para se fazer legítima senhora dela necessita de título com duas léguas de pastos uteis e capazes de criar, não falando nos pestíferos, nem nas voltas dos ribeiros para com mais fervor a poder cultivar e conservar, ainda que seja empenhando-se com maior despesa, de que poderá resultar pelo tempo maior utilidade a real fazenda pela abundância de haveres nos dízimos: quer a Suplicante que conforme as ordens reais lhe mande eu passar Carta de Sesmaria para afim de com o legítimo título possuir as ditas terras (CARTA de sesmaria, 12 jul. 1728. RAPM, 1904, p. 439).

D. Lourenço de Almeida, no dia 12 de julho de 1728, “mandando informar o D. Provedor da fazenda Real destas minas, ouvindo o procurador” de D. Joana, achou por “bem fazer mercê à Suplicante, de lhe conceder [...] três léguas de comprido e uma de largo, ou três de largo e uma de comprido, ou légua e meia em quadra” (CARTA de sesmaria, 12 jul. 1728. RAPM, 1904, p. 439).

Prudência Antunes tinha uma fazenda no Ribeiro chamado Coelho e recebeu de D. Lourenço de Almeida título de sesmeira. A localidade deságua no Rio Paracatu, era comarca do Sabará. Prudência Antunes “descobriu, povoou e cultivou, por seu procurador Domingos Martins da Cunha, com escravos, e gados vacum e cavallar, tudo com grande despesa da sua fazenda, e de presente a conserva, livrando-a da invasão do gentio que continua a esta invadindo”. Ela recebeu, no dia 14 de julho de 1728, carta de sesmaria de três léguas de terras. Suas terras eram, inclusive, vizinhas às de Dona Joana Antunes, sesmeira citada acima. Pelo mesmo sobrenome, e pela proximidade de suas terras, é provável que fossem parentes (RAPM, 1904, p. 455).

No dia 23 de março de 1745, D. Maria Isabel Tavares recebeu do então governador Gomes Freyre de Andrada uma carta de sesmaria. Consta na sua missiva que ela era “moradora no sertão do Urucuia, comarca do Sabará” (CARTA de sesmaria, 23 mar. 1745. RAPM, 1905, p. 248-249). Conforme consta no seu testamento D. Mariana Isabel Tavares era casada com o tenente coronel Mathias Cardoso de Oliveira. Segundo Gomes Freyre, “ela era senhora e possuidora de uma fazenda chamada Marques, que confrontava da parte de cima com o Tenente Coronel Mathias Cardozo, e pela do norte com o Padre Manoel Cardoso, no Ribeirão de São Miguel, e pela do sul com D. Maria da Cruz, que fazia estrema no Riacho chamado a ponte grande” (CARTA de sesmaria, 23 mar. 1745. RAPM, 1905, p. 248-249).

Mariana Isabel e seu esposo não tiveram filhos, assim não tinham “herdeiro forçado algum que me seja de suceder meus bens”. A suplicante pediu que, depois de pagas as suas dívidas, fosse dado como “universal herdeiro, o meu marido, dotado e remanescente de minha fazenda”. Mariana Isabel deixou suas “esmolos” nas mãos de suas irmãs e sobrinhas (TESTAMENTO de Mariana Isabel Tavares. 1748. Casa Borba Gato/Cartório de Primeiro Ofício - CBG/CPO 8(16) fl. 563-568 Ficha 265, fl. 564). Rosa Maria, moradora no sertão

deste governo das Minas, também aparece como chefe de unidade produtiva. Sua carta de sesmaria informa que ela era senhora e possuidora de uma fazenda de gado situada no Capão, correndo do rio de São Francisco até a barra do riacho chamado São Romão, e correndo por ele acima, até o brejinho. Rosa Maria queria possuir as terras por “justo título”, então pedia que lhe mandasse passar carta de sesmaria de três léguas de terras. Sua carta de sesmaria foi dada em Vila Rica, no dia 21 de novembro de 1738 (CARTA de sesmaria, 21 nov. 1738. RAPM, 1898, p. 867-868).

No século XVIII, em Vila do Carmo, Vila Rica e São João Del Rei as mulheres não eram apenas proprietárias de terras, destacou Regina Araújo. Elas estavam igualmente envolvidas com atividades agrárias e pastoris. Além disso, “algumas cartas fazem referência também à posse de escravos.” Assim, evidencia-se o papel de “mulheres que possuíam roças, mesmo que pequenas, e contribuía como mantenedoras dos pequenos comércios de gêneros básicos nos núcleos urbanos” (Araújo, 2006). Para analisar a vida das proprietárias de terras e discutir sobre suas condições econômicas e sociais, a autora utiliza das listas de quintos reais e principalmente das cartas de sesmarias.

Mulheres como Suzana Maria são encontradas neste tipo de fonte. Ela era moradora da barra do Urucuia, no sertão das Minas. Junto de sua fazenda “na dita paragem, se achavam terras desocupadas, desde o riacho dos Morrinhos, para cima, entre os dos riachos Bority e Vieira”. Na carta a requerente pedia as terras “com justo título” para a criação de seus gados vacuns e cavalares. Suzana Maria pedia que passasse a “dita sesmaria de três léguas de terras em quadra”. A suplicante destacava sua intenção de povoar a região “na forma das ordens de Sua Majestade”. Sua carta de sesmaria de três léguas de terras foi dada no dia 01 junho de 1746 (CARTA de sesmaria, 1.º jun. 1746. RAPM, 1898, p. 905-908).

No dia 04 de maio 1745, Clara Corrêa de Carvalho, moradora no sertão do São Francisco, comarca da Vila Real do Sabará, também recebeu sua carta de sesmaria. Ela era “senhora e possuidora de uma fazenda chamada Lagoa Grande”. Suas terras faziam divisa com o Rio Paracatu e compreendia três léguas. Para evitar controvérsias, queria lhe mandasse passar carta de sesmaria na referida paragem, por ser sertão, dentro das confrontações mencionadas (CARTA de sesmaria, 04 maio 1745. RAPM, 1905, p. 276-277).

Márcia Motta, ao analisar os conflitos envolvendo concessões de sesmarias em fins dos setecentos, principalmente com relação à confirmação das cartas concedidas, percebeu que esses pedidos também revelavam “um esforço de ascensão social, propiciada pela concessão”, pois “o sesmeiro não intentava obter apenas um título legítimo, mas também se inserir na categoria social de sesmeiro, em contraponto ao universo dos lavradores, sem título de propriedade” (Motta, 2009, p. 334). A autora concluiu:

Em suma, o que desejo é afirmar que intitular-se senhor de uma terra, chancelada pela coroa como mercê, era uma distinção que mantinha, não apenas a eficácia simbólica. Mas — como distinção — produzia a diferença concreta entre aquele que tinha o título, e aquele que não tinha. Por essa razão, a confirmação de uma sesmaria e, portanto, a consagração de um título de propriedade, não era o resultado previsível de uma ocupação pretérita (Motta, 2009, p. 365).

Apesar da autora citada analisar conflitos de terras envolvendo as concessões de sesmarias numa conjuntura diferente, algumas impressões podem ser feitas. As cartas de sesmarias das mulheres citadas anteriormente podem ser entendidas também como uma garantia de acesso ao título. O acesso à carta de sesmaria era uma estratégia de sobrevivência e garantia da perpetuação do patrimônio familiar.

As mulheres da capitania de Minas estavam interadas dos negócios de seus maridos. Foi o que demonstrou Raquel Mendes em trabalho sobre as senhoras, principalmente viúvas administradoras de bens, na segunda metade do setecentos. A autora mostrou também as adversidades enfrentadas pelas viúvas para manter o patrimônio familiar depois da morte de seus maridos. Raquel Mendes ressalta que as figuras femininas “empenharam em sustentar sua prole, acumularam bens, estiveram envolvidas em situações de conflitos, como vítimas e culpadas; e, acima de tudo, souberam traçar o caminho de suas próprias vidas”. Segundo Raquel Mendes, “o universo feminino setecentista não pode ser retratado como um espaço harmonioso, onde imperava a submissão e o silêncio”. Mesmo com a presença da misoginia, “tal situação era fruto de uma representação simbólica, que visava dar sustentação à dominação masculina que havia de

fato”. Raquel Mendes lembra que “na prática, várias mulheres negras, forras, como também brancas e livres, valeram-se das leis, da justiça e da sua força de trabalho para construir uma realidade favorável para si, e para a sua família” (Chequer, 2002, p. 78-79).

Assim, numa “sociedade em que a chefia de domicílios por mulheres apresentava-se como algo não incomum, e o trabalho fazia parte da vida da maioria, talvez a viuvez não as lançasse em situações catastróficas”. Não se pode esquecer que, embora a viuvez tenha feito convergir mulheres de condição conjugal similar num momento reconhecível por todos, muitas outras variáveis, tão ou mais importantes, impediram que elas encontrassem em sua condição um interesse necessariamente comum. A principal delas foi, evidentemente, a origem social. Na sociedade que se construiu na América Portuguesa, polarizada em senhores e cativos, viúvas escravas ou as viúvas livres pobres, dificilmente se identificariam com as viúvas de elite, e *vice-versa*. Outras variáveis também contribuíram para heterogeneizar o segmento das viúvas, como a idade ou ocupação das envolvidas (Lewrowicz; Guitiérrez, 2006, p. 292).

Na capitania de Minas, assim como em outras partes da América portuguesa, a viuvez tornava as mulheres efetivamente mais independentes. Passavam a chefes de domicílios e geriam os negócios que, porventura, os maridos deixavam a elas e aos filhos quando menores. Sendo meeiras do patrimônio do casal adquiriam nova posição, de mando, desconhecida em outras fases da vida, primeiro na casa dos pais ou tutores, e depois, sob a dominação do marido (Lewrowicz; Guitiérrez, 2006, p. 295-299).

Diante disso, deve-se ressaltar a grande importância da terra em Minas Gerais no século XVIII já que ela permitia o desenvolvimento de um setor agrícola para o abastecimento das regiões mineradoras. Segundo Liana Reis e Carlos Guimarães, a agricultura nas áreas auríferas, apresentava dois destinos diferentes: por um lado servia de consumo interno das unidades produtivas, por outro, assumia um caráter mercantil (Guimarães; Reis, 1986, p. 36).

Observou-se que a figura feminina esteve presente nos negócios da família. A chefia da unidade produtiva não pode ser tratada como uma questão de gênero, mas sim, como contribuição de ambos os sexos, na sobrevivência da economia doméstica.

ADMINISTRANDO SEUS NEGÓCIOS

Algumas mulheres também atuavam como administradoras dos negócios da família no sertão das Minas. No ano de 1735, a capitação do direito régio do Quinto também passou a ser cobrada na região do sertão do São Francisco. Tratava-se de um método taxativo, de direito do Rei, que coletava um valor a ser pago pelo proprietário sobre cada escravo que possuísse. Aliás, essa cobrança gerou muitos furores no sertão de Minas na época (Rodrigues, 2009).

Na lista de cobrança da capitação do ano de 1736 aparecem mulheres como Dona Catarina de Siqueira e Mendonça, casada com Athanásio de Cerqueira Brandão, cavaleiro, Mestre de campo, e capitão-mor da Vila de Pitangui (Leme, 1980, p. 128). Na época da cobrança, Athanásio de Cerqueira já havia falecido, e sua esposa se tornou administradora das propriedades. Dona Catarina de Siqueira apareceu na lista de capitação com dois engenhos no Brejo do Japoré e ainda uma fazenda no Rio Pardo. No primeiro engenho do Brejo do Japoré, havia três escravos. No segundo, D. Catarina possuía um número maior de cativos: quinze escravos. Porém, apenas nove deles foram capitados e os seis restantes foram liberados, em razão de se serem “decrépitos”. Na Fazenda do Rio Pardo, havia sete escravos. Desse modo, D. Catarina tinha um total de vinte e cinco escravos em suas fazendas, perfazendo a quantia de setenta e seis oitavas de ouro (LISTA de Capitação. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Manuscritos do Brasil (Mss. Br), Livro 10, fl. 310). Esse número de escravos encontrados na fazenda de D. Catarina estava acima da média para Minas na época em que a posse de cativos era sempre mais baixa.

A órfã, Dona Rita Brandão, tinha fazendas em Morrinhos e Itacarambi. Em seu engenho, localizado no Brejo do Japoré, havia dez escravos aptos ao trabalho e mais cinco “decrépitos”. Na primeira fazenda, havia três escravos, e na segunda, apenas dois. Para o “serviço de casa”, Dona Rita tinha oito escravos. No total foram capitados vinte e três em suas propriedades (CARTA de Domingos de Prado de Oliveira a André Moreira de Carvalho, 1736. ANTT, Mss. Br., Livro 1, 287-287v).

D. Rita Brandão era filha de Januário Cardoso. O potentado sertanejo havia morrido em meados de 1734, por isso sua filha apa-

rece como órfã. Segundo Pedro Taques, Januário Cardoso era casado com “sua prima co-irmã, filha do Mestre de campo Athanásio Cerqueira Brandão” (Leme, 1980, p. 128). A proprietária teria seu nome mais tarde citado e um documento onde arrendava sua propriedade por meio de seu procurador Marcelo Mendes Cavaleiro pela quantia de quinze mil réis por ano, como do arrendamento datado no dia 23 de outubro de 1806. Na ocasião, Rita Brandão possuía terras nas proximidades do Rio Gorutuba, Rio Pacuí e do Rio Canabrava (Pires, 1979, p. 25).

É claro que o intuito dessas mulheres descendentes de potentados do sertão, não deveria ser o de demonstrar seu poder de mando, ao pagarem a capitação. Elas o faziam porque viviam numa sociedade que devia obrigações ao seu rei, nesse caso, a autoridade régia portuguesa. No entanto, ao fazerem isso acabavam se tornando mulheres que fugiam do espaço privado da casa, da família e filhos, lugar este que lhes era imposto. Atente-se para o fato de que o número de escravos possuídos numa sociedade agrária do mundo colonial, como era o sertão, era sinal de riqueza e poder. Logo, pode-se perceber a nítida interação dessas mulheres com os negócios da família.

A mesma posição foi observada por Luciano Figueiredo quando procurou destacar as múltiplas facetas da família mineira dos setecentos e observou o papel da liderança feminina em algumas composições familiares. Segundo o autor encontram-se na região mineiradora, “mulheres ocupadas no pequeno comércio com o que obtêm rendas para sustentação do parceiro; outras administram a casa e os negócios do companheiro, permanentemente, ou quando da sua ausência” (Figueiredo, 1997, p. 157).

Com base na mesma lista, foram encontradas mulheres como Ventura de Sousa que, na ausência do marido, apresentou vinte e um escravos produtivos em sua fazenda (LISTA de Capitação. ANTT, Mss. Br., Livro 10, fl. 308). Havia também mulheres com número menor de cativos como, por exemplo, Antonia Correia, mulher de Antônio da Silva Moura, que possuía quatro escravos em sua fazenda; ou ainda, Feliciano de Macedo, com cinco escravos. No momento da cobrança, João Henrique estava em sua outra propriedade, no Abaeté, onde possuía mais seis escravos, ocasião em que sua mulher, Sonia Correia, apresentou os escravos para serem taxados (LISTA de Capitação. ANTT, Mss. Br., Livro 10, fl. 307-307v).

Na região do distrito diamantino, em Minas Gerais, Júnia Furtado observou um “significativo número de mulheres mulatas e negras que alcançavam alforria, e muitas passaram a ter acesso aos símbolos exteriores de definição, que costumavam ser prerrogativas das senhoras brancas”. Júnia Furtado percebeu, para a região dos diamantes, um grande número de mulheres que, via concubinato morriam “em situação melhor do que seus pais e deixavam melhores possibilidades para sua descendência”. Destaque para aquelas “que acumularam o melhor patrimônio foram as que puderam usufruir da convivência com algum homem branco”, dentro de tantas, a autora relata o caso de Chica da Silva, que se tornou um grande mito nacional (Furtado, 2001, p. 81-83). Através da análise de testamentos de várias mulheres forras da região do distrito diamantino, a autora pôde perceber como essas mulheres conquistavam sua ascensão social dentro dessa sociedade. Ao estudar a população de libertos em Minas Gerais do século XVIII, Eduardo França Paiva observou que, entre as forras, era comum o exercício de um papel muitas vezes de competência masculina, já que “estas mulheres gerenciavam audaciosamente suas vidas [...] assumiram a chefia da casa sem que para isso tivessem tornado viúvas e chegaram, até, a comprar a alforria dos seus maridos” (Paiva, 2000, p. 101).

Na região de Sorocaba no final do século XVIII também houve um considerável número de casos “de fogos chefiados por mulheres, geralmente em casos de maridos ausentes, falecidos ou inexistentes (mulheres com filhos de “pai incógnito)”, ressaltou Tatiana Carvalho Mota. A autora observou que em conjunto, os documentos manuscritos e os relatos dos viajantes esboçavam a presença de mulheres, brancas ou negras, gerenciando bens, ou realizando atividades de onde pudessem obter rendimentos, proporcionando-lhes uma autonomia econômica. Segundo Tatiana Mota, na lista de bens pertencentes a essas mulheres aparece escravizados, terras e joias, além de artefatos feitos em metais preciosos. Algumas dessas mulheres, pertencentes à elite proprietária de bens, foram identificadas nas fontes sob o signo de “Donas”. Para a autora as “negociações realizadas pelas Donas estabelecidas em Vila Boa de Goiás alcançavam grande mobilidade espacial, como as observadas em algumas procurações do final do século XVIII” (Motta, 2006, p. 100).

Assim, pode-se perceber a presença de mulheres mais autônomas, administrando unidades produtivas na ausência dos maridos, em alguns cantos da América portuguesa.

PROPRIEDADE E RIQUEZA

Isabel Pires Monteiro foi uma mulher de prestígio político e econômico naqueles sertões, principalmente pelas relações de sociabilidade que sua família esteve envolvida. Pedro Taques narra com bastante familiaridade a sua história. No esforço de enaltecer a virtudes das famílias paulistas, o genealogista dedicou apurado detalhe à descendência de D. Isabel Pires. Segundo o autor, ela casou-se duas vezes. A primeira vez, com Luiz Cerqueira de Brandão, “cavaleiro professo da Ordem de Cristo, capitão-mor da vila de Pitangui [...] senhor da Carunhanha e de outras grandes e rendosas fazendas estendidas pelos rios Paraná e São Francisco”. O esposo de D. Isabel Pires tinha um patrimônio calculado em mais de “vinte mil cruzados”. Pedro Taques lamentou que a morte lhe tenha tirado a “vida na flor dos seus anos”, mas o casal teve uma filha, chamada D. Caetana Maria Brandão. Esta contraiu matrimônio com Alexandre de Souza e Menezes (Leme, 1980, p. 190-196).

Segundo Pedro Taques, Caetana Brandão era a “única herdeira da casa de seus pais”. Foi uma mulher cogitada e muitos a queriam como esposa. No entanto, “teve lugar na eleição de seu pai Alexandre Luiz de Souza e Menezes, em quem além de qualidades do sangue e do espírito, e figura insinuante, concorriam as circunstâncias de ser pessoa por quem tanto se interessava Gomes Freire de Andrade”. O então governador e capitão-general do Rio de Janeiro e Minas cuidou pessoalmente deste casamento em Pintangui. Nesta mesma localidade Gomes Freire teria nomeado o seu parente e manifestado ser primo direito de Alexandre de Souza e Menezes. Segundo Pedro Taques, o casamento de Caetana e Alexandre foi celebrado na Vila de Pitangui, dia 4 de fevereiro de 1742 (Leme, 1980, p. 193-194). O matrimônio da filha de D. Isabel Pires foi um negócio de família. Teve claros princípios políticos e de garantia de perpetuação distinta dos familiares, principalmente pela presença e interesse do governador.

A viúva Isabel Pires se casou pela segunda vez com João Fernandes de Oliveira, pai do desembargador João Fernandes de Olivei-

ra, esposo de Francisca da Silva de Oliveira, conhecida como Chica da Silva (Furtado, p. 116). D. Isabel Pires deixou as imediações do sertão do São Francisco, passou um tempo em Vila Rica e depois foi morar em Lisboa. Depois do ano de 1757 construiu “uma nobre e famosa quinta, com magnífico palácio no sítio de Buenos Aires”. Segundo Taques, “seu nome era bastante conhecido, não só naquela corte, mas em todo o reino”. Porém, no ano de 1784, após a morte de seu marido, D. Isabel já se achava com o patrimônio em decadência. Segundo o genealogista, ela vivia em Lisboa “em casas alugadas, labutando com renhidas demandas com os herdeiros de seu enteado, o desembargador João Fernandes de Oliveira” (Leme, 1980, p. 190-196).

A trajetória de Isabel Pires pelo sertão se mostra através da construção de laços de considerável sociabilidade social e econômica que se estenderam para além do território colonial, além da fortuna contraída por estes arranjos familiares no sertão das Minas. Afinal, trata-se de um território onde a conformação política e econômica foi baseada nos arranjos familiares, na criação de gado e no comércio com as Minas desde os fins do século XVII (Rodrigues, 2009; Santos, 2009).

A vida de D. Isabel Guedes de Brito é um outro exemplo de mulheres que participaram como roceiras em produções rurais pelo sertão das Minas. A história do morgado Guedes de Brito, por exemplo, é um capítulo importante para se entender os conflitos de jurisdição entre a autoridade régia e a senhora de uma das maiores propriedades territoriais do Brasil. A conquista de terras e o recebimento de doação de sesmarias fazia de sua família proprietária de toda a toda a margem direita do São Francisco até o arraial de Pitangui e parte do sertão da Bahia (Carrara, 1999).

A imensidão de terras da América portuguesa fazia da implantação do sistema sesmarial, um sistema pouco eficaz, e as disputas por terras se tornaram inevitáveis. Para a viúva D. Isabel, após a morte do pai, os conflitos não demoraram a surgir, pois algumas pessoas começaram a receber terras dentro da demarcação da sesmaria dos Guedes de Brito. Com a descoberta das minas, “e iniciada a ocupação dos vales dos rios para e das Velhas, os conflitos foram inevitáveis”. Em 21 de Janeiro de 1718, em resposta à representação da herdeira do morgado Isabel Maria Guedes de Brito, uma provisão régia repetia a determinação anterior de “que a suplicante fosse conservada na pos-

se das terras que se achavam cultivadas e que só se lhe não consentisse cultivar outras de novo”. A provisão informava que fora o ex-governador de Minas, Antônio de Albuquerque, quem havia dado conta ao Rei que a “suplicante possuía no rio das Velhas umas terras que se haviam dado de sesmaria a seus antecessores”, e que, como algumas daquelas terras estavam por cultivar as não podia a suplicante possuir porque se havia faltado a forma da concessão da sesmaria. Em vista disto o Rei resolveu que Isabel de Brito ficasse “com todas aquelas terras que havia cultivado por si e seus colonos, se lhe não permitisse continuar em cultura de outras”. No entanto, ainda segundo a representação do suplicante, “se obrou tanto pelo contrário que o dito governador deu a um criado seu por nome José de Seixas umas terras no dito distrito que a suplicante tinha cultivado”, e o dito José de Seixas trespassou as mesmas terras a um clérigo francês por nome de Philippe de La Contria. Ainda segundo a representação de dona Isabel Maria, este padre teria ido “ao dito sítio armado com escravos só a fim de lançar fora com violência o rendeiro das terras da suplicante e não o podendo conseguir alcançara do Bispo do Rio de Janeiro a nomeação de vigário da vara daquele distrito, para assim atemorizar os rendeiros da suplicante”. Além disso, o padre Filipe “consequira que o governador D. Brás Baltasar da Silveira mandasse lança daquelas terras, mas sim ao dito padre, o qual com este poder violentamente lançou fora os caseiros da suplicante, servindo-se das casas e currais que os seus antecessores haviam feito”. No entanto, “a estas pessoas que assim foram povoando e cultivando as sobreditas terras, mandava logo a dita dona Isabel Maria Guedes de Brito seus procuradores para que lhe pagassem arrendamentos dos em que estavam situadas, os que lhe faziam logo por não serem expoliados se lho negavam.” No dia 3 de março de 1720, o conde de Assumar chega a ordenar “aos moradores do Papagaio e os mais que ficam até a Barra do Rio das Velhas da parte que pertence a este governo, que não pagassem foros a dona Isabel Maria Guedes de Brito”, entendendo que as terras da sesmaria da dita D. Isabel se “não podia estender tão longe”. À vista dos documentos e sesmarias que apresenta o procurador de D. Isabel, capitão João Velho Barreto, o conde voltava atrás e ordenava “aos moradores que continuassem a pagar à dita D. Isabel os mesmos foros ou pensões que lhe pagavam antes da publicação do bando, ficando conservada na mesmo posse em que estava até aque-

le tempo nas terras que se supõem pertencentes a este governo”. No dia 10 de maio de 1720, dois meses depois, reforçava o pedido solicitando que o Rei D. João V ordene ao governador de Minas, D. Pedro de Almeida a não conceder mais sesmarias nas terras que lhe pertençam. A historiadora Sheila de Castro Faria em estudo sobre as adversidades vividas pela família colonial, observou que mesmo quando havia herdeiros maiores, viúvos e viúvas continuavam a manter o controle absoluto sobre o patrimônio da família. Mas, enquanto as mulheres viúvas recorriam à Justiça, munidas de testemunhas, para comprovar capacidade administrativa e assim obterem autorização para assumirem o comando da sua unidade doméstica, os homens viúvos eram reconhecidos pelo Estado como os mais indicados para administrar a herança deixada por sua esposa aos filhos do casal (Faria, 1998, p. 252-263).

Júnia Furtado ao analisar as teias mercantis entre as Minas do ouro e a Bahia no século XVIII, observou que inúmeras “levas populacionais” vinham da Bahia, “quer de portugueses desembarcados em Salvador, quer de nascidos no Brasil” se dirigiam à região mineradora, “por uma rota que tomou nome de Caminho da Bahia, do Sertão, ou dos Currais, porque, ao longo de seu trajeto, se localizavam inúmeras fazendas de gado e era por onde passavam as boiadas” que garantiam o abastecimento da população do interior. Tratava-se de um “Caminho” com um “conjunto de estradas e picadas” que “ligavam Salvador a Vila Rica”. Sendo que:

O início da estrada, ainda na Bahia, recebia duas denominações: a Travessia de João Amaro e a Travessia de Dona Joana. Ambas partiam da cidade de Salvador, atravessavam a Baía de Todos os Santos, atingiam a Vila da Cachoeira, já no Recôncavo Baiano, mas, a partir daí, tomavam rotas distintas, até se reencontrarem junto ao rio São Francisco, na altura do vilarejo de Parateca. A Travessia da Dona Joana era assim chamada porque a maioria das fazendas que o viajante era obrigado a atravessar eu em que se via forçado a pousar nessa rota pertencia a Joana da Silva Guedes de Brito. Ela era filha de Isabel Maria Guedes de Brito e neta de uma índia com Antônio Guedes de Brito, famoso apesador de índios, que, por seus serviços, acumulou uma enorme quantidade de sesmarias na região. Joana herdou um sem-número

de fazendas ao longo do caminho, mas como habitava a cidade de Salvador, geralmente aforava suas terras a terceiros (Furtado, 2006, p. 165-192)

No sertão era intenso comércio entre Minas e Bahia (Chaves, 1999; Furtado, 1999). Uma região de fronteira, de trocas comerciais e de fazendas. Muitos comerciantes circulavam por ali, fazendo seus negócios. Renato Pinto Venâncio afirma que, “comércio e povoamento formaram, na história mineira, um binômio complementar”, pois as atividades comerciais seguiam as rotas de povoamento. Assim, quando se fala em “ocupação de Minas Gerais”, deve-se considerar que à medida que “se multiplicavam os núcleos de mineração, formavam-se novos arraiais abastecedores ou intermediários, criando assim uma malha de trocas comerciais que se entrecruzavam” (Venâncio, 2001, p. 181-187).

No sertão das Minas, mulheres como Maria de Freitas, natural de Vila de Cachoeira na Bahia e moradora da Comarca do Serro Frio, financiava carregação do viajante Jozeph da Costa, trazida Bahia para ser comercializada nas Minas. Maria de Freitas tinha sete escravos, um sítio com casas de vivendas, ouro em pó e várias joias. Em seu testamento ela arrolou ainda vários estoques de seda, colheres de prata, além de diversos tecidos (TESTAMENTO de Maria de Freitas, 1740. CBG/CPO. L3(8), fl. 94-101v).

No sertão das Minas houve uma grande circulação de “mulheres de caminho” que conduziam produtos e coisas. São mulheres que, segundo Isnara Pereira Ivo, aparecem exercendo comércio, além de donas de escravos que passavam pelos sertões conduzindo suas poses. Através da análise das trocas comerciais entre os sertões de Minas Gerais e da Bahia, a autora destaca o olhar em direção ao mundo feminino, principalmente as mestiças, crioulas e negras. Mulheres inseridas no mundo dos arrematadores de contrato. Para recuperar a trajetória dessas figuras, a autora utiliza as listras de registro fiscal de algumas localidades do sertão das Minas (Ivo, 2009, p. 295).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de algumas fontes e cotejado com uma extensa bibliografia sobre o papel e atuação das mulheres na capitania de Minas Gerais, demonstra a importância do estudo das vivências de mu-

lheres que habitavam o interior da capitania, não somente na região do ouro, mas no espaço do sertão. O espaço econômico do sertão abria frentes de povoamento, fundação de vilas, criação de gado, expulsão do “gentio bravo”, comércio e formação de famílias que, também estruturadas no sistema escravista, tiveram papel importante na colonização da América portuguesa. A família foi um agente de colonização importante e muitas delas foram chefiadas por mulheres responsáveis pelo patrimônio e administração de propriedades no sertão das minas. Os variados exemplos abrem possibilidades para estudos de trajetórias de mulheres “donas” que agenciaram seus bens e seus negócios no interior da capitania.

Referências

ALMEIDA, Candido Mendes. **Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado d'El Rey D. Philippe I**. Livro Primeiro. Edição fac-similar da 14. ed., de 1870, com introdução e comentários de Candido Mendes de Almeida. 1. Tomo. [Brasília – DF]: Senado Federal, [s.d.].

ARAÚJO, R. M. Mulheres das Minas Gerais, proprietárias de escravos e terras, 1718-1760. *In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: ANPUH* Rio, 12., 2006.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728. 8v. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/online/index.asp>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CAPELA, José. **Donas, senhores e escravos**. Porto: Afrontamentos, 1995.

CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX**. Mariana: EdUFOP, 1999. Núcleo de História Econômica e Demográfica. Série estudos – 1.

CARRARA, Ângelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX**. Núcleo de História Econômica e Demográfica, Série estudos – 1. Mariana: EdUFOP, 1999.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos negociantes**: mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 1999.

CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. **Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)**. Dissertação (Mestrado em História). FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In: PRIORE, Mary del. (org.) História das mulheres no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **Barrocas famílias. Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**. São Paulo: Hucitec, 1997.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: Olympio; Brasília-DF: EdUNB, 1993.

FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. *In: PRIORE, Mary Del. (org.) História das Mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FURTADO, J. F. Teias de negócio: conexões mercantis entre as Minas do ouro e a Bahia, durante o século XVIII. *In: Fragoso, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, A. C; AMPUS,*

Andréia Pereira (orgs.). **Nas rotas do Império:** eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Lisboa/Vitória. IICT/EDUFES, 2006. p. 165-192.

FURTADO, J. F. Pérolas negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino. In: _____. (org.). **Diálogos Oceânicos:** Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio:** a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: Hucitec, 1999.

FURTADO, J. F. As mulheres nas Minas do ouro e dos diamantes. In: RESENDE, Maria Efigênci Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos (orgs.). **História de Minas Gerais:** as minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.

GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). **Revista do Departamento de História – UFMG**, Belo Horizonte, n. 2, p. 7-36, 1986.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho:** trânsitos, comércio e cores nos sertões da América portuguesa. Século XVIII. Tese (Doutorado em História). FAFICH/UFMG. Belo Horizonte, 2009.

LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. **Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica.** 5. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980. 3 tomos.

LEWROWICZ, I; GUTIÉRREZ, H. Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX, In: SILVA, Gilvan Ventura da; NADER, Maria Beatriz; FRANCO, Sebastião Pimentel (orgs.). **História, mulher e poder.** Vitória: EDUFES, 2006.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do Poder:** conflito e direito a terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Poder e domínio: a concessão de sesmarias em fins dos setecentos. In: VAINFAS, R.; MONTEIRO, Rodrigo Bentes (orgs.). **Império de várias faces. Relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna.** São Paulo: Alameda, 2009.

MOTTA, Tatiana Carvalho. **Entre o Atlântico e o Sertão:** mulheres e vida urbana na capitania de Goiás. Brasília: PPHIS/UNB, 2006.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia:** Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.

PINTO, Francisco Eduardo. Cartas de sesmarias de Minas Gerais: como localizar a documentação e compreender a transformação do texto do documento ao longo do século XVIII. In: MONTEIRO, Rodrigo Bentes (org.). **Espelhos Deformantes:** pesquisas em História Moderna (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2007.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas.** Montes Claros: Minas, 1979.

PRAXEDES, Vanda Lúcia. **Segurando as pontas e tecendo as tramas:** mulheres chefes de domicílio em Minas Gerais (1770-1880). Tese (Doutorado em História) – FAFICH/UFMG.

Belo Horizonte, 2008.

RODRIGUES, Gefferson Ramos. **No sertão, a revolta**: grupos sociais e formas de contestação na América portuguesa, Minas Gerais – 1736. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

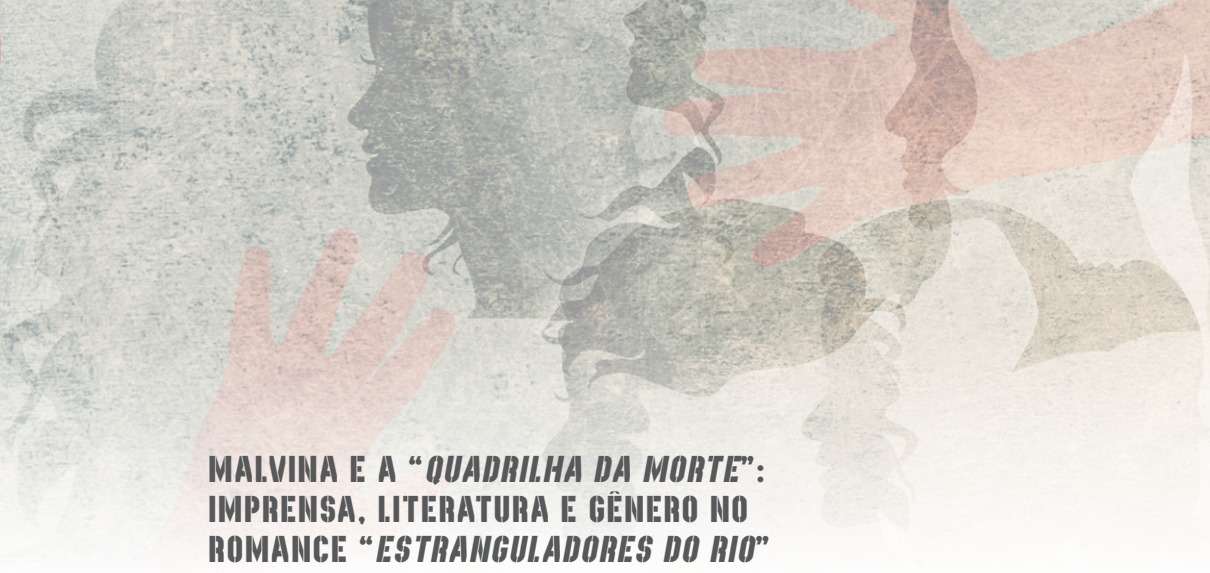
SAMARA, Eni de Mesquita. **Família, mulheres e povoamento**: São Paulo, século XVII. Bauru, SP: EdUSC, 2003.

SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco**: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: EdUSP, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas e Plebéias na Sociedade Colonial**. Lisboa: Estampa, 2002.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Donas Mineiras do Período Colonial**. São Paulo: Unesp, 2017.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Comércio e fronteira em Minas Gerais Colonial. In: FURTADO, Júnia (org.). **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: UFMG, 2001.



MALVINA E A “QUADRILHA DA MORTE”: IMPRESA, LITERATURA E GÊNERO NO ROMANCE “ESTRANGULADORES DO RIO”

KELLY CRISTINA BENJAMIM VIANA ^[15]

Na madrugada de segunda-feira, 15 de outubro de 1906, ocorreu na rua da Carioca um crime que chocou a cidade do Rio de Janeiro e ocupou as páginas dos jornais por vários meses seguidos. Os jornais contam a primeira versão sobre o crime, segundo apurado pelos repórteres. Paulino Fuoco morava junto com o irmão Carlo ou Carluccio, como era carinhosamente chamado. Carlos Fuoco era empregado do tio na casa de joias e dividia com o irmão um quarto nos fundos da loja localizada na rua da Carioca n.º 53. Naquela madrugada o irmão mais novo, Paulino, depois de jantar na casa do patrão, foi à cidade e ficou dando voltas para fazer hora e voltar para casa, a tempo do irmão também já haver retornado. Chegando à casa, bateu na porta da loja por diversas vezes; chamou o irmão por um longo tempo, a ponto de incomodar os vizinhos, e nada. Em dado momento a porta da joalheria se abriu e Paulino entrou na loja escura, e quando chegou ao quarto que dividia com o irmão “antes que procurasse a caixa de fósforos para acender o bico de gás... de súbito, sentiu-se o rapaz seguro pelo pescoço, nenhum grito pode dar, nenhum gemido... perdeu os sentidos” (O Século, 1906, p. 01). Paulino foi morto, estrangulado pelos bandidos que haviam invadido a joalheria para roubar.

¹⁵ Doutora em História Social pela Universidade de Brasília – UNB. Professora adjunta do colegiado de História UNESPAR – *campus* de União da Vitória.

Na manhã do mesmo dia, João Fuoco foi para a joalheria, e chegando ao estabelecimento, por volta das dez horas da manhã, estranhou que o sobrinho ainda não houvesse aberto a loja. Assim que abriu a porta, notou que “de vários mostradores haviam sido retiradas joias, na importância de 50:000\$000” (O Século, 1906, p. 01). Entretanto, o Sr. Fouco não percebeu sinais arrombamento; em seguida ele se encaminhou ao quarto dos sobrinhos. Abrindo a porta avistou um corpo caído no chão, com uma corda presa na garganta. Num primeiro momento achou se tratar do seu sobrinho, Carluccio, e, atônito, correu até a quarta delegacia de polícia, onde denunciou o crime. O delegado de plantão, Dr. Caetano Júnior, chegando ao local, constata que quem estava morto era, na verdade, o sobrinho mais novo do denunciante, Paulino Fuoco.

A partir desse momento o caso passa a fazer parte do cotidiano da população carioca, que queria saber: “Quem matou Paulino?” “Quem eram os assassinos?” “Onde estaria Carluccio? O jornal *O Século* foi o primeiro a noticiar o crime, publicando uma matéria na manhã do mesmo dia com o título “Crime Misterioso”. Segundo o jornal o crime, um roubo, seguido de assassinato, havia sido consumado na madrugada do dia quinze, na ourivesaria do italiano João Fuoco, vitimando seu sobrinho, Paulino, de apenas quinze anos de idade. O jornal ainda chama a atenção para o fato de naquele momento o crime ser um “absoluto mistério”, e menciona que o crime havia sido cometido em circunstâncias idênticas “ao do velho Pinto, cujos autores até hoje não foram entregues à ação da justiça”, e no final da matéria chama a atenção para o fato de “até a hora de entrar a nossa folha para o prelo, ainda não havia aparecido o irmão da vítima, Carlo Fuoco” (O Século, 1906, p. 01), deixando aberto ao público a possibilidade do próprio Carlos ser responsável pela morte do irmão.

No dia seguinte o jornal *A Gazeta de Notícias* publica uma grande reportagem de capa intitulada “A quadrilha da morte”, quando dá detalhes inéditos sobre o crime, bem como publica desenhos de Paulino morto no chão da joalheria, do rapaz no necrotério e da investigação policial. O jornal narra o crime em tons de romance de sensação:

Era o crime horripilante, a hora clássica dos crimes horripilantes, em um dos seus prédios, tragicamente, sinis-

tramente, um crime se desenrola [...] Foi ali, no chão de ladrilhos em mosaico, no espaço deixado entre as duas camas que o cadáver do assassinado foi encontrado, ontem pela manhã. (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 02)

Na edição seguinte do mesmo jornal, na sessão “Notas e Notícias”, os editores ainda comentando sobre o crime da rua da Carioca, como passou a ser chamado, afirmam que “o que faz do assassinato, do roubo ou do furto um crime sensacional são as circunstâncias de que ele, se reveste é principalmente o mistério que envolve o crime [...] o caso terrível da rua da Carioca mais pelo mistério que o encobre” (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 01). Segundo Alessandra el Far (2004), nos jornais e nos textos literários a palavra “sensação” se tornou sinônimo de fatos de imprevisível desfecho. Acidentes, envenenamentos, assassinatos brutais “eram notícias que costumavam prender a atenção das pessoas pela singularidade do ato praticado ou pelo estado de penúria das vítimas” (El Far, 2004, p. 118).

Nessa mesma edição, explorando o interesse do público por todos os mistérios que envolviam o crime o jornal, mais uma vez apelando para a “intensa sensação causada na nossa sociedade pela notícia sinistra e lúgubre” (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 02) o jornal afirma que o crime “foi o assunto do dia nos bondes, nos botequins, nos trens, nos barbeiros, por toda parte” (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 02) confirmando o amplo interesse do público pelo caso e seu desfecho. Mas apesar dos esforços do delegado, o Dr. Caetano Júnior, o mistério continuava: Carluccio não havia sido encontrado ainda e nem havia sinal de quem seriam os assassinos de Paulino.

O drama sensacional continua se desenrolando e no dia seguinte a *Gazeta de Notícias* publica, na primeira página, a reportagem “A quadrilha da Morte: nas dobras do Mistério. Carluccio é morto, estrangulado e nu” descrevendo como o cadáver de Carlos Fuoco havia sido encontrando por um pescador, na Ponta do Cajú. Os repórteres muitas vezes assumiam o papel de investigadores do crime, destacando a inadequação da atuação policial. Mesmo que no caso do crime da rua da Carioca os jornais não desabonassem o trabalho da polícia, em muitos momentos chegavam na notícia ou mesmo a divulgavam ao mesmo tempo que os investigadores tomavam conhecimento dela. Isso pode ser percebido com relação ao aparecimento do corpo de Carlos Fuoco. A *Gazeta*, antes mesmo da publicação da

edição do dia 18, “imediatamente afixou um boletim à porta de sua redação dando conta ao público do aparecimento de Carluccio” (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 02); a notícia do dia seguinte descreve com minúcias o estado do corpo do rapaz: “A posição da cabeça denota ainda um último esforço e, apesar dos olhos, da boca e parte do nariz estarem roídos pelos peixes, havia na face inchada e congesta do morto um *rictus* de espanto e agonia” (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 01). Mas apesar dos esforços da polícia e alguns avanços na investigação os culpados ainda não haviam sido encontrados e a polícia suspeitava da participação de uma mulher no crime.

O jornal do dia dezanove de outubro segue mais uma vez com uma manchete de primeira página do caso: “A quadrilha da Morte: nas dobras do Mistério. Plano perverso. Vestígios do Crime”, retomando o tom de romance de sensação. Os desdobramentos do caso continuam a ser descritos em tom folhetinesco. Segundo Ana Porto, nos jornais brasileiros havia um limite tênue, e muitas vezes confuso, entre crime e ficção, “Assim as narrativas romantizadas de crime com cortes diários equivalentes aos apresentados pelos romances de pé de página eram publicadas no espaço do noticiário” (Porto, 2009 p. 16).

Exemplar nesse sentido é a matéria do dia 19 de outubro, que fala sobre a apreensão do barco supostamente usado para o assassinato de Carluccio, o bote “Fé em Deus”, onde acharam um pedaço de corda semelhante à corda usada no estrangulamento de Carlos Fuoco. Os dois primeiros suspeitos do crime são detidos e interrogados pelo delegado, e ainda, na mesma reportagem, sob o título de “No necrotério”, o jornal narra sobre a peregrinação popular para ver o defunto de Carlos Fuoco:

Cedo, ainda mal o dia dealbava no ocidente, começaram a chegar no necrotério grupos de indivíduos que ali iam arrastados pela curiosidade para verem a vítima indefesa dos bandidos que, pelas suas monstruosas façanhas e negros crimes, têm ultimamente alarmado toda a gente honesta desta capital. Ele o infeliz Carluccio, lá estava, entortado e frio, por sobre a gélida pedra de mármore [...] E todos que entraram recuaram horrorizados ante o estranho espetáculo daquele cadáver macabramente enrolado em cordas homicidas (A Gazeta de Notícias, 1906, p. 02).

Além de seguir narrando sobre o enterro de Carluccio e a comoção popular em torno da morte dos irmãos, a mesma edição do jornal publica uma nota pedindo desculpa aos leitores pela rapidez com que haviam se esgotado os exemplares do jornal nos dias posteriores ao crime, alegando que “ontem, às primeiras horas do dia, não havia um só exemplar da *Gazeta* em muitos pontos da cidade, tendo sido necessário fazer novas tiragens para atender aos pedidos que nos chegavam de toda parte” (*A Gazeta de Notícias*, 1906, p. 02), demonstrando que o interesse do público pela notícia do crime só aumentava com o passar dos dias.

O jornal *Gazeta de Notícias* continua com reportagens diárias sobre o caso e a cada dia traz um novo “capítulo” para esse drama da vida real que tanto instigava os leitores. Sempre com reportagens de primeira página, o periódico publica, dia 20 de outubro, uma matéria em que nomina os criminosos, agora conhecidos pela polícia. Assim o público fica sabendo que a “quadrilha da morte” era possivelmente composta por Jeronymo Pegato, Eugenio Rocca e Justino Carlos, conhecido como O Carletto, todos também imigrantes italianos e já conhecidos da polícia. Já no dia seguinte a matéria da capa do jornal tem o seguinte título “A quadrilha da morte. Êxito completo, Rocca preso declare-se assassino. Carleto é seu cúmplice”. O próprio título da matéria alerta o público sobre o esperado desfecho do crime:

Sensacionalmente, como obrigado por implacável remorso, Rocca declarou ser ele de parceria com Carletto, quem assassinou Paulino e Carlos Fuoco. Diz serem inocentes nesses crimes Berreta e Pegatti, do qual confessou haver furtado o [bote] “Fé em Deus”, onde começou a pavorosa tragédia. (*Gazeta de Notícias*, 1906, p. 01)

Agora que os bandidos são conhecidos da polícia e do público leitor dos jornais, um detalhe chama a atenção no crime da rua da Carioca é que tanto as vítimas quanto os assassinos são estrangeiros. Esse fluxo migratório do período é incentivado pela indústria do café no vale do Paraíba, que acaba atraindo alguns indivíduos para a Capital Federal, recém modernizada pelas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos.

Segundo Sidney Chalhoub, em 1890, havia, na capital federal, 155.202 habitantes de nacionalidade estrangeira; já em 1906, ano do

crime, havia 210.515 indivíduos de nacionalidade estrangeira entre os 811.443 habitantes nativos da cidade. Havendo ainda uma grande discrepância entre os sexos, sendo a maioria dos imigrantes do sexo masculino, e, além disso, em sua maioria, jovens (Chalhoub, 2012, p. 44-45).

Esse fluxo de homens jovens e estrangeiros para a cidade levava alguns deles à criminalidade, cometendo pequenos e grandes delitos. Para Boris Fausto estabelecer uma correlação entre as dificuldades e as tensões vivenciadas pelos imigrantes e a prática de crimes não é tarefa fácil, mas ao analisar essas relações, Fausto afirma que embora os estrangeiros tenham mais propensão a cometer infrações que expressam formas de evasão do cotidiano, como pequenos roubos e embriaguês, “é preciso distinguir entre a população geral e o universo mais restrito dos indiciados em inquéritos” (Fausto, 1984, p. 62), onde se destacam os indivíduos envolvidos em homicídios, crimes sexuais e roubos mais significativos, como é o caso dos assassinos do Carlos e Paulino Fuoco.

Nos relatórios dos presidentes de província do final do século XIX percebemos uma associação feita pelos chefes de polícia entre os crescentes números de atentados e a grande corrente de “imigração de italianos que, em sua máxima parte, não vem para esta província exercer uma indústria útil, uma profissão lícita, andando sempre armados de revólveres e punhais” (Fausto, 1984, p. 63), embora esse relatório se refira a Província de São Paulo é certo que a associação entre imigração e crime também acontecia na Capital Federal.

Agora que, como já dito, os bandidos eram conhecidos e parte da quadrilha estava presa, faltava apenas a prisão de Carletto para que o crime estivesse elucidado. Mas não é isso que se percebe ao continuar acompanhando o desdobramento do crime nos jornais. Nas edições da *Gazeta de Notícias* acompanhamos matérias da prisão e revelações de Leopoldina Silva, amante de Carletto, reportagens acompanhadas de fotos que expõe a moça de 23 anos na delegacia. (*Gazeta de Notícias*, 1906, p. 01).

A presença de mulheres envolvidas em crimes era fato constante nos jornais do período. Encontramos muitas notícias de mulheres que, assim como Leopoldina, faziam parte de quadrilhas, ou mesmo se associavam a homens para cometer delitos. Exemplar nesse sentido é a notícia vinculada no jornal *O Século*, intitulada “Criminosa

Condenada”. Segundo a matéria “Compareceu ontem à barra do Tribunal do Juri, uma mulher criminosa: Helena Tavares, que associada a Luiz Brandão e Jerônimo Ambrósio, cometeu diversos roubos. A ré pertencia à quadrilha e agia seduzindo e enganando as vítimas para facilitar a ação dos companheiros de crime” (O Século, 1905, p. 3).

Voltando à prisão dos culpados do “Crime da rua da Carioca” na edição da *Gazeta de Notícias*, de 29 de outubro, uma edição extraordinária, finalmente é anunciada prisão de Carletto, em uma matéria de página inteira de capa do jornal: “Quadrilha da Morte. A prisão de Carletto”, em que se narra, em tons de romance de sensação, não só toda a ação policial, mas também a reação popular e do próprio bandido: “Quando multidão em frente à 4.^a delegacia rugia desesperadamente pedindo a morte de Carletto e que este apareceu à soleira da porta para entrar no carro, Carletto cínica e friamente disse: ‘Não temo a morte, não sou criança!’” (Gazeta de Notícias, 1906, p. 01)

A revista *O Malho*, edição 215 de novembro de 1906, narra a prisão de Carletto com desenhos das cenas, feitos por Ângelo Agostini, que dão à prisão a materialização da cena numa narrativa visual que aproxima o leitor da “realidade” do fato.

Cena II – A porta do quarto cede ao primeiro esforço, “Carletto” acorda, levantando-se de um salto. É, porém, agarrado pelo inspetor Reis, que lhe deita com força aos mãos ao pescoço. — Se se mexer morre! — gritam: o inspetor, o Mário, o Motta e outros auxiliares. — Sou “Carletto” não me enforcem! Geme o bandido com voz estrangulada, estranhando aquela carícia, aliás tão usada por ele”. (O Malho, 1906, p. 03)

Diante desse tom de realismo e sensação os leitores corriam o risco de confundir os personagens reais do crime com os personagens encontrados nas páginas do romance, uma confusão justificável “uma vez que os jornais também publicavam no formato de folhetim algumas histórias ficcionais envolvendo crimes, geralmente expostas no rodapé das páginas” (Silva, 2018, p. 114), assim os repórteres policiais se utilizavam de uma linguagem que tinha a função de causar sensação no leitor valorizando o drama e o suspense na narração do crime. Segundo Ana Porto (2010, p. 283), esse tipo de narrativa se destacava principalmente por seu conteúdo, especificamente crimes e assassinatos, impulsionados pelo temor associado à violência.

Sidney Chaloub, comentando sobre a forma como as narrativas dos crimes apareciam nos jornais, lembra-se dos escritos de Lima Barreto em *Memórias do escrivão Isaías Caminha*, nessa obra Barreto “conta como os jornalistas se empenhavam em inventar detalhes extravagantes que enfeitassem a notícia, causando sensação ao público e assegurando a venda de muitos exemplares do jornal” (Chalhoub, 2012, p. 27). Como já demonstrado várias vezes nesse texto, o sensacionalismo já começava na camada da notícia, a própria Gazeta de Notícias já denominava a quadrilha desde o início como “Quadrilha da Morte”, já o Jornal do Brasil usa, em suas chamadas de notícias, as designações clássicas pelas quais o crime ficaria conhecido “Estranguladores do Rio. O crime da rua da Carioca”; no Correio de Manhã o crime aparece já descrito como crime hediondo, em 22 de outubro, “Noite trágica. Duplo estrangulamento e roubo. Crime hediondo”.

Analisando as notícias referentes ao “Crime da rua da Carioca” percebemos como as notícias de crimes eram frequentes nos jornais do período e como esse tipo de matéria atraía o público leitor. Para Ana Porto (2009) no Brasil do século XIX e início do XX ao abrir as páginas de um jornal carioca fica patente a importância dos crimes, eram frequentes entre as notícias histórias de roubos, brigas e assassinatos, as vezes em matérias de destaque de primeira página como foi o caso do crime contra Paulino e Carlos Fuoco.

Assim diversos crimes ficaram famosos por sua repercussão nas páginas dos jornais, no século XIX ficaram famosos tanto o crime da morte de Maria da Conceição, pelo desembargador Pontes Visgueiro, ou o crime de assassinato de uma família inteira, pelo fazendeiro Motta Coqueiro. Alguns crimes ficaram famosos na imprensa de início do século XX como “O crime da mala”, de 1908, ou o “Crime da Galeria de Cristal”, de 1909 ou mesmo “O crime da rua da Carioca”. Essas notícias ocuparam as páginas da imprensa por semanas, às vezes por meses seguidos, despertando a atenção do público e vendendo jornais.

Exemplar nesse sentido é a crônica escrita na obra *Bambambã*, de 1923, pelo jornalista Orestes Barbosa (1893-1966). Nesta crônica ele conta a história de Alice Ramos, mulata e prostituta, que aprendeu a ler apenas para acompanhar as reviravoltas diárias do crime cometido contra Paulino e Carluccio, segundo Barbosa Alice era sabida “mas não sabia ler. Um dia houve o crime da rua da Carioca. Ela queria

saborear as narrativas do crime de Rocca e Carletto. Aprendeu a ler e saboreou.” (Barbosa, 1993, p. 92). Sobre o caso de Alice Ramos concordamos com Alessandra el Far quando a autora afirma que Alice “preferiu enfrentar o aprendizado do alfabeto para melhor se inteirar do que já havia escutado de bocas alheias” (El Far, 2004, p. 70).

Conforme já dito, o crime ocupou por meses a atenção do público leitor e as páginas dos periódicos. Na edição de 03 de novembro de 1906, a revista ilustrada *O Malho* dedica várias páginas daquela edição ao crime, a começar pela capa em que mostra o “Zé do Povo” no cemitério em frente a um monumento do túmulo dos irmãos Fuoco, amaldiçoando os assassinos, “[...] este monumento deveria ser feito de facas, cordas e gazúas, sobre um monte de pedras, dentro de um bote sacrílego, vogando num mar de sangue” (*O Malho*, 1906, p. 01). Toda essa edição da revista contém muitos desenhos e fotos de que contam sobre o crime de maneira visual, alcançando até o público que não sabia ler, vemos fotos dos bandidos, dos policiais responsáveis pelo caso e também uma foto de Paulino, morto no chão do quarto, assim como foi encontrado pelo tio.

O crime repercutiu também em outros jornais e em espaços diversos além das crônicas policiais e da primeira página. Exemplar nesse sentido é a sessão Teatro a Vapor, no jornal *O Século*, a pequena história ficcional intitulada “Um desesperado” conta a visita do Dr. Chiquinho à Dona Leopoldina e às suas filhas, este tentando fugir das conversas sobre o crime que aconteciam em todos os lugares da cidade, acredita que visitando as damas fugiria do assunto, uma vez que “aquelas senhoras só gostam de conversar sobre modas, bailes, teatros, passeios etc.”. Mas ao iniciar a conversa é bombardeado por elas de perguntas e informações sobre o crime, aumentando seu desespero. (*O Século*, 1906, p. 01). A pequena história ficcional nos dá a medida de que o crime era assunto que interessava também às mulheres, sendo elas leitoras assíduas dos folhetins que ocupavam as páginas dos jornais, e que muitas vezes tinham crimes como tema, principalmente histórias com protagonistas femininas como: “A Envenenadora”, de Villemer, “O crime de Regina”, de Barot ou “Maria José ou a filha que assassinou, degolou e esquartejou sua própria mãe” de Camilo Castelo Branco.

Outro exemplo bastante inusitado é a repercussão do crime no jornal *Tico-Tico: o jornal das crianças*, publicação voltada para o público

infantil, na edição de 31 de outubro de 1906, na sessão As lições de Vovô, além de comentar sobre a fuga de Carletto e o quanto a sociedade se sentiria segura com a prisão do bandido, o “vovô” ainda comenta sobre o terrível destino dos “filhinhos do bandido Rocca. Vejam vocês que desgraça! Essas criancinhas inocentes, que nada têm com a culpa do pai, estão condenados a uma grande vergonha para toda a vida”, alegando que tudo isso se deu pelo desejo dos bandidos de serem ricos “à força” aconselhando que as crianças cuidem desse amor desenfreado pelo dinheiro, pois ele arrasta muitos homens ao crime (O Tico-tico, 1906, p. 06).

Exemplos como os descritos acima nos mostram que o interesse pelo crime invadiu todas as esferas da sociedade. Temos homens, senhoras, senhoritas, e até prostitutas, como é o caso de Alice Ramos, e mesmo crianças a saber e a se interessar sobre crimes. Por isso mesmo é compreensível que o crime tenha ultrapassado os limites da imprensa escrita. A repercussão do caso estendeu-se a produções artísticas, sendo possível localizar peças de teatro, dois filmes e um livro sobre o acontecimento (Porto, 2009).

Segundo Hendie Teixeira e Maria Mota foram escritos e encenados inúmeros relatos sobre as vítimas e os assassinos, tais como:

[...] peças teatrais, como *A quadrilha da morte*, dos jornalistas Rafael Pinheiro e Figueiredo Pimentel; uma peça de Arthur Azevedo; um documentário chamado *Rocca, Carletto e Pegatto na Casa de Detenção*, sobre o interrogatório do crime realizado em novembro do mesmo ano, no Teatro Maison Moderne, acerca dos participantes da quadrilha; e um filme produzido alguns anos depois, em 1908, chamado *Os estranguladores*, e baseado na peça *A quadrilha da morte* (Teixeira; Mota, 2016, p. 1308).

Analisando as fontes disponíveis sobre o crime ainda encontramos outra peça teatral intitulada *O crime da rua da Carioca*, que tinha sua estreia antes do primeiro mês do crime, dia 11 de novembro de 1906, “Os leitores lembram-se daquele ator muito engraçado, que no papel de Seu Amaral, da revista *Esfolado* fazia a plateia rir com gosto. Pois saibam que no próximo domingo faz sua festa no Teatro São José com uma matinê com a primeira peça de grande sensação *O crime da rua da Carioca*” (O Rio Nu, 1906, p. 03). O que nos impressio-

na aqui, nesta que é possivelmente a primeira obra teatral escrita, é também uma demonstração de como crime muito rapidamente se torna tema de entretenimento, o que mais uma vez reforça o grande interesse do público por histórias de crimes e assassinatos.

No ano seguinte, em 1907, estreia a peça *Fé em Deus, pela* companhia de teatro São José para retratar o crime da rua da Carioca, entretanto a crítica do jornal é bastante ferrenha com relação a essa adaptação do crime: “Se a Fé em Deus foi escrita para explorar o sensacional crime da rua da Carioca, nada tenho a dizer, porque vimos em cena os mais terríveis estranguladores... da arte. Os assassinatos foram bárbaros [...]” (O Rio Nu, 23.01.1907, p. 03).

O interesse pelo crime continua mesmo anos depois, levando a história de Carluccio e Paulino aos mais diferentes formatos de divulgação. É assim que, em 1907, o compositor Eduardo das Neves, grava a canção Estranguladores do Rio:

Na rua da Carioca
Pleno Rio de Janeiro!
Deu-se crime horroroso
Que abalou o mundo inteiro!
Carletto e Eugênio Rocca
Heróis da perversidade
Mataram Carlo e Paulino!
Dois entes na flor da idade

Justiça, senhores da terra
Justiça mais uma vez!
Trinta anos não é demais
Para quem tal crime fez!

(Neves, Estranguladores do Rio, 1907)

Na letra de Eduardo das Neves, um fato chama a atenção: vemos que a decisão da Justiça sobre o destino dos criminosos era também de interesse e conhecimento do público. Entretanto, esse não era o único crime cujos criminosos despertavam interesse do público. A preferência por narrativas criminais era crescente, destacando-se sobretudo no âmbito editorial, uma vez que histórias de crimes, assassinatos e criminosos rapidamente passavam da página de notícias e se tornavam folhetins e iam parar no rodapé dos jornais, os romances de sensação impulsionavam as vendas dos jornais. Assim

como os jornais, o meio das casas editoriais do primeiro mercado fonográfico no Rio, exploravam o interesse popular pelo caso, e trataram de realizar essa gravação de Eduardo das Neves, que provavelmente impulsionaria vendas de discos e fonógrafos de execução para além das casas de afortunados que detinham os gramofones como novidades tecnológicas.

Os romances de sensação eram considerados sensacionais justamente pelo conteúdo das narrativas — falavam sobre assassinatos, roubos espetaculares, adultérios, sempre com um enredo carregado de suspense que tinha como principal objetivo prender a atenção do leitor e tinham a vantagem de serem adquiridos pelo preço módico do jornal, e quando se tornavam brochuras, eram também comercializadas a preços populares. Influenciados pela subliteratura francesa, seus escritos possuíam uma linguagem acessível, cativando um vasto público menos instruído e desprivilegiado. Diante de limitadas alternativas de diversão, muitos viam nos folhetins a escolha ideal, impulsionando as vendas dos jornais.

Se a produção desses romances e sua presença nos jornais aumentam, é porque há um terreno propício para o consumo. A publicidade em torno dessas narrativas não só incentivava os leitores, como estes também procuravam emoções específicas na experiência de leitura. Nem todos os romances de sensação utilizam o medo como recurso, mas quando empregado, intensifica as respostas do público, pois é uma das emoções mais profundas e persistentes no ser humano.

Para capturar o interesse do público, essas histórias utilizavam de reviravoltas, segredos, enigmas, mudanças de identidade e casos de bigamia — tudo aquilo que poderia inquietar o pensamento, provocar arrepios, eriçar cabelos, abalar o sistema nervoso, desafiar normas morais e, em resumo, desviar o público de suas tarefas cotidianas. Estes romances frequentemente retratavam famílias da classe média ou alta em cenários domésticos, vivendo episódios e emoções inesperadas, muitas vezes inspirados em notícias, crimes e julgamentos que haviam capturado a atenção da sociedade.

O termo “sensação”, bem como “sensacional”, era frequentemente utilizado a partir da segunda metade do século XIX, particularmente na década de sessenta. Não se restringia apenas a romances, mas também se estendia a dramas, publicidades e notícias jornalísti-

cas. Como já dito anteriormente, a alcunha “sensação” prometia algo espetacular, temeroso e fora do comum, geralmente ligado a escândalos amorosos, delitos graves ou eventos que desafiavam as normas sociais. Na esfera literária, o crime emergia como um pilar central.

Para Rosa Pedroso a popularidade das notícias de sensação estava atrelada à sua natureza fantasiosa, impactante, rara e espetacular, causando «um leve vislumbre de experiências ligadas ao crime, sexo e morte» (2001, p. 106). De acordo com a autora, essas histórias auxiliavam os leitores a confrontar seus sonhos, anseios e medos, além de proporcionar um breve escape da rotina diária. Assim, ao mesmo tempo que as notícias utilizavam técnicas literárias para atrair o leitor, o inverso também acontecia regularmente. Diversos escritores de romances e folhetins se inspiravam em crimes e assassinatos veiculados na imprensa para construir ou enriquecer suas tramas, que, por sua vez, começaram a ser publicadas nos jornais.

Talvez o caso mais emblemático seja do romance de *Casa de Pensão* (1984) de Aluísio Azevedo, em 1884, baseado no famoso crime conhecido como “Questão Capistrano”, crime que ocupou as páginas da imprensa por meses e retratava episódios dramáticos envolvendo violação sexual, desonra, traição entre amigos, crime passionnal para vingar a honra, julgamentos polêmicos e comoção pública, acontecido na cidade do Rio de Janeiro, cerca de dez anos antes da publicação do livro de Azevedo.

Segundo Ana Porto, no Brasil, na segunda metade do século XIX, a recorrência do sensacional era evidente nas narrativas de crimes brutais que eram abundantes nas páginas dos jornais. Entre as muitas histórias de crimes e seus autores, várias originavam-se de delitos recém-ocorridos. O romance de sensação se originava de “um drama marcado por cenas intensamente violentas”, que até os “agentes policiais mais astutos” tinham dificuldade em desvendar. A relação entre cenas violentas e enredos enigmáticos sugere uma inclinação para o sensacional, mesmo em histórias que não estavam diretamente ligadas a esse gênero (Porto, 2009, p. 138).

Esse tipo de narrativa assumia no país a forma de um gênero popular de uma escrita simples e direta, tornando-se acessível a um número muito maior de leitores. Para Alessandra el Far, um dos gêneros literários de maior visibilidade no interior desse universo de livros destinados ao “povo” foram os chamados “romances de sensa-

ção”. O proprietário da Livraria do Povo, Pedro da Silva Quaresma, investiu muito nessa linha de literatura mais popular e lançou livros como *Elzira, a morta virgem*, *Casamento e Mortalha*, ou *Maria, a desgraçada*; obras com títulos chamativos que prontamente anunciavam o que os leitores e leitoras iria encontrar nas páginas das obras (El Far, 2004).

De acordo com Pedro Silva, também as biografias de criminosos notórios e recriações de crimes significativos foram bem recebidas no país. Entre tais obras, destacam-se romances como *Pedro Espanhol* (1875), de José do Patrocínio, que conta a trajetória de um renomado assassino e líder de gangue português estabelecido no Brasil; *O Cabeleira* (1876), de Franklin Távora, que aborda uma proeminente figura do cangaço nordestino; e *O Crime da rua Carioca* (1906), de Abílio Soares Pinheiro, que descreve um notório roubo seguido de morte no início do século (Silva, 2019, p. 89).

Alguns autores fizeram menção direta ao caráter sensacional, mas nem todos. Abílio Soares Pinheiro, escritor de *Os Estranguladores do Rio* ou o *Crime da rua da Carioca*, destaca essa conexão na capa com a descrição “romance sensacional do Rio oculto”. Ademais, no prefácio, ele não hesita em ressaltar que o crime da rua Carioca possuía aspectos que o associavam a um romance de sensação. O livro de Abílio Pinheiro foi escrito e publicado logo após o crime, enquanto as notícias sobre ele ainda circulavam cotidianamente nos jornais, fato que faz com que os editores justifiquem as imperfeições e erros tipográficos da edição:

Na pressa, que nós damos, para servir a legítima ansiedade do público e ao seu desejo de informações completas sobre os autores e as vítimas do trágico acontecimento que ainda ocupa o seu espírito sobressaltado, e desvendar-lhe fatos desconhecidos pela mesma polícia, esclarecendo completamente outros mistérios, que em tempo ocuparam a atenção geral, aprontamos esta edição com a maior celeridade possível. (Pinheiro, 1906, p. ii)

A nota dos editores indicava que o livro havia sido escrito no calor dos acontecimentos e para sanar a imensa curiosidade do público leitor sobre o caso, o romance de Pinheiro pretendia trazer fatos que nem a polícia ainda tinha conhecimento. O livro estava dividido em

duas partes, na primeira Um plano malogrado, o autor apresentava o principal criminoso e chefe da quadrilha da morte Eugênio Rocca, que era descrito como alguém que possuía a habilidade de elaborar e executar planos criminosos complexos, apresenta também a relação deste bandido com uma moça integrante da quadrilha, Malvina. Já na segunda parte do livro o foco do autor era o assalto à joalheria de Jacob Fuoco e a morte de seus sobrinhos, Carluccio e Paulino, crime que como mostramos anteriormente, era foco das notícias dos principais jornais da época.

Nossa análise se centrará sobretudo na primeira parte da obra que relata os antecedentes do crime, focamos nossa análise nas variadas representações da conduta de criminosos e criminosas descritas por Abílio Pinheiro. Segundo Ana Porto (2009), no final do século XIX, um período destacado pelo término da escravidão e a crise do império, a criminalidade emergiu como uma das principais inquietações das autoridades. Isso motivou políticas de higienização e controle social voltadas para identificar e isolar da sociedade aqueles considerados prejudiciais.

Neste cenário, estudos europeus da Escola Positiva de Direito e da Antropologia Criminal, que sugeriam a presença de um perfil humano predisposto ao crime por supostas irregularidades inerentes, tornaram-se populares. Estas ideias influenciaram instituições policiais e jurídicas da época, endossando práticas repressivas com uma aura de cientificidade contra indivíduos e grupos que divergiam dos padrões almejados pela burguesia.

Para Amanda Mafra, nos finais do século XIX e início do XX, discursos predominantes sobre criminalidade se baseavam em uma perspectiva dicotômica de gênero, relacionando características biológicas a comportamentos estereotipados. Dessa forma, ao definir condutas “naturais” para homens e mulheres, criminosos eram vistos como seres anômalos e degenerados. Para as mulheres, delinquência estava associada a ações que contrariavam a passividade, frigeidez e vulnerabilidade atribuídas ao feminino (Mafra, 2018, p. 15).

É a partir desses pressupostos que pretendemos compreender principalmente o papel da personagem Malvina no crime descrito no romance *Estranguladores do Rio*. Abílio Soares no prefácio do livro já indica que a obra tinha a função de “Perpetuar a lembrança do mal para ensinamento daqueles que podem vir a ser suas vítimas e para

maior execração dos criminosos” (Pinheiro, 1906, p. vi). No capítulo intitulado “O Rio oculto”, Pinheiro mostra o cotidiano do mundo do crime, descrevendo os criminosos como parasitas sociais

O parasita social, como todo parasita, foge do ar e da luz, dos lugares onde a vida pode ser observada e discutida; vive na imundície, se revolve no lodo, entre os lixos em fermentação, na sordidez da miséria e do vício, já que existem vícios filhos da miséria e misérias filhas do vício. O crime é um produto das trevas. Trevas de almas onde a sombra nunca é interrompida por um jato vivaz de bondade, trevas de tabernas e baiúcas, de onde, talvez, desapareceu o clássico candieiro fumegante, ainda não substituído pelo lampião a gás, mas trocado apenas pelo lampião a querosene, cuja luz baça e amortecida, filtrada através da imunda chaminé, não pode ofender olhos que relampejam sinistramente (Pinheiro, 1906, p. 15).

A vida destes indivíduos se desenvolve no lodo e na imundície gerando organismos inferiores, que eram influenciados pelo meio em que viviam. Havia nas teses médicas da época uma disputa entre o determinismo biológico e cultural dos criminosos, assim estes eram mostrados como degenerados, vivendo em ambientes perniciosos, vindo de famílias que também favoreciam a criminalidade. Exemplar nesse sentido é a descrição que Pinheiro faz de Malvina: “Malvina era Argentina. Filha do crime, nascida no lodo, crescida em meio a turba maldita dos ladrões internacionais, que em Buenos Aires, no arrabalde da Boca do Riachuelo, estabeleceram seu quartel general, nunca soube quem fosse seu pai, nem nunca procurou sabe-lo” (Pinheiro, 1906, p. 22).

Deste modo, influem sobre Malvina uma infância em “meio da turba maldita dos ladrões internacionais” também a vida no cortiço ao lado da mãe, fazendo com que a menina, aos doze anos, já trabalhasse como engomadeira, e mesmo nessa época a menina já sentia uma “potente nostalgia de ociosidade e vício”, que segundo Pinheiro talvez se devesse aos vícios da descendência materna. A convivência com Rocca também foi fundamental para a degenerescência de Malvina. Aliás desde muito cedo Malvina já mostrava sua inclinação para uma má conduta sexual, “as suas carnes de virgem tremiam só

de ouvir uma voz de homem e tinha desejos de se oferecer ao amplexo numa brutal avidez de subjugação inebriante” (Pinheiro, 1906, p. 25). E foi num impulso que Malvina perdeu a virgindade “no corredor solitário, o primeiro inquilino retardatário, que passou, a requestou com um gracejo, a possuiu sem resistência, com a submissão e o desejo de uma cadela ciosa” (Pinheiro, 1906, p. 24).

Outro fator de destaque na descrição de Pinheiro é a caracterização de Malvina como uma personagem sedutora, o capítulo que nos apresenta Malvina é chamado de A Sereia, e nele Malvina é descrita como uma beldade de pele alva, “lisa e aveludada”, “boca fresca, vermelha e carnuda”, “olhos grandes” e cabelos negros. Seu colo destacava-se nos detalhes de seu vestido, revelando seios redondos e fartos (Pinheiro, 1906, p. 8). Mas o título do capítulo logo deixa claro a intenção dessa beleza, tal qual uma sereia a função de Malvina na quadrilha era seduzir os homens, as vítimas, para facilitar o acesso e a prática dos crimes.

Assim, apesar da beleza Malvina tinha uma natureza degenerada que ganhava destaque nas suas crises de histeria, na sua debilidade moral, na sua herança materna degenerada. Todas essas características aproximavam Malvina do contexto da medicina social popular tanto na Europa quanto no Brasil, a partir do século XIX, que vinculavam uma beleza sensual específica às criminosas, a qual supostamente exercia um fascínio incontrolável sobre os homens. Para a mentalidade higienista daquele período, essa forma de beleza era vista como prejudicial à ordem social, sendo atribuída particularmente a mulheres que se desviavam do padrão convencional, como as prostitutas.

Quando sua mãe morre de febre amarela, Malvina é amparada por Eugênio Rocca, que a educa e a sustenta, transformando-a em ociosa, para que, em momento oportuno, se achasse sem saída e aderisse ao crime. Determinado dia, ela tenta seduzi-lo e ele recua dizendo que a preparou para guiá-la para outro caminho. Ela percebe então que fora treinada para ser inteligente, refinada e bonita, isca perfeita para os golpes que ele fazia. A intenção de Rocca com Malvina pode ser descrita nessa frase, “Vamos juntos por essa senda de trevas. Associamo-nos. Eu penso, tu executas. Se estas disposta a ceder os teus encantos, seja ao menos por cousa que valha a pena” (Pinheiro, 1906, p. 27).

Malvina tinha consciência das poucas oportunidades que a vida lhe oferecia, e junto com Rocca abraça a vida de crimes tendo como principal função usar de sua beleza e de suas habilidades sexuais para atrair e seduzir as vítimas, seu perfil se encaixa nas descrições da criminosa descrita pela Criminologia Positiva. No final do século XIX, Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, figuras proeminentes na Criminologia Positiva, desenvolveram dois estudos focados na criminalidade feminina: *La donna delinquente, la prostituta e la donna normale* e *La femme criminelle*, são esses estudos que norteiam o pensamento médico, jurídico e criminal das mulheres, que assim como Malvina cometem delitos. De acordo com Lombroso e Ferrero, a criminosa nata e a prostituta teriam anomalias biológicas refletidas em sua estrutura física, notadamente na presença marcante de traços masculinos e viris, o que as relacionaria a formas mais primitivas da humanidade (Lombroso; Ferrero, 1898, p. 93).

Segundo Amanda Mafra as delinquentes, para os criminologistas, se diferenciariam das mulheres normais pela falta de feminilidade, elemento central do ideal estético para o gênero. A juventude, contudo, poderia camuflar alguns dos caracteres viris de sua constituição, estimulando os instintos sexuais masculinos que assim as veriam como belas. A ilusão da beleza seria desfeita com o passar da idade ou simplesmente com a retirada da maquiagem. É a partir deste perfil que o romance delinea a criminosa não apenas como uma mulher que atua fora da lei, mas como aquela que rompe com condutas tidas como naturais ao sexo. (Mafra, 2018, p. 53)

Embora a personagem Malvina não corresponda a uma integrante real da Quadrilha da Morte, Abílio Soares certamente se inspirou em outras mulheres criminosas da época, possivelmente até nas companheiras de integrantes da Quadrilha que foram também detidas e apareceram nas páginas dos jornais do período. Leopoldina da Silva, amante de Carletto, é detida e interrogada sobre sua participação no crime, tendo sua foto estampada nas páginas do jornal *O Malho*, em novembro de 1906, o jornal descreve assim a contribuição de Leopoldina

amante de Carletto, no momento em que fazia seu depoimento, fazendo graves revelações depois que a auto-

ridade lhe assegurou que o amante não lhe poderia fazer mal, foi esta que recebeu de Carletto as joias roubadas e deu-as a guardar a Maria da Graça, amante de José Epitácio, outro cúmplice no crime”. (O Malho, 1906, p. 19)

Percebemos que como a personagem Malvina, Leopoldina também tinha medo de Carletto e pelo seu depoimento também sabemos de outra mulher envolvida no delito, Maria da Graça que também tem sua foto exposta no mesmo jornal. As mulheres envolvidas com o crime atuam em delitos considerados menos graves, seja Malvina seduzindo as vítimas ou Leopoldina e Graça sendo receptoras do produto do roubo. Elas geralmente usam seus atributos femininos quase sempre sendo excluídas do uso da força física e mesmo da inteligência, atributos entendidos como pertencentes ao universo masculino do crime.

No jornal *Gazeta de Notícias*, de 06 de novembro de 1906, a participação de Leopoldina no crime aparece descrita de maneira consciente

[...] a responsabilidade de Leopoldina Silva, amante de Carletto a cuja guarda confiara uma grande parte das joias roubadas a Jacob Fuoco, sabendo Leopoldina que tais joias eram subtraídas por meios criminosos, não se recusou a participar do crime, guardando as joias em seu poder (*Gazeta de Notícias*, 1906, p. 2).

Neste mesmo jornal Leopoldina aparece descrita como “enigmática como uma esfinge, que nada abalava sua frieza”, mais uma vez vemos características masculinas como a frieza sendo atribuídas a mulher criminosa, atributo contrário a emoção que se esperava das mulheres, sendo possível através da leitura das notícias do jornal associá-las à ruptura daquilo que era considerado como adequado às mulheres.

No *Jornal do Brasil*, na edição de 12 de abril de 1906, lemos a seguinte notícia, intitulada “Esposa Assassina”:

Amália Gutten querendo desembaraçar-se do seu marido Natal Cargnellutti, e não conseguindo de um seu conhecido o assassinato de Natal, combinou-se com seus irmãos Reinaldo e Ricardo Gutten e, as 8 horas da noite, de 11 do passado na cozinha da casa onde todos estavam

habitando, mataram Natal Cargnellutti, a pancadas na cabeça, e levaram o cadáver para junto de um cemitério (Jornal do Brasil, 1900, p. 2).

Exemplar também desta criminalidade feminina é o caso de Hortência, uma reincidente ladra, a matéria do jornal *Correio da Manhã*, intitulada “Ladra”, fala sobre os crimes de Hortência:

Há oito dias que a preta Hortência saiu da casa de detenção e po-se [sic] logo como empregada na residência da rua Cassiano n.1. Anteontem Hortência saudosa da sua profissão, que não é de cozinheira, porem sim de roubar coisas alheias, surpreendeu o dono da casa com um completo sortimento de roupas, obrigando por este modo o morador a comandar a polícia. Foi ontem ela presa e remetida à delegacia urbana que irá apurar o fato (Correio da Manhã, 1901, p. 2).

Ao analisarmos a personagem fictícia Malvina, ou as personagens reais como Leopoldina, que aceita ser cúmplice em um latrocínio, ou Amália, que junto com os irmãos, assassina o marido a pancadas, ou mesmo Hortência, uma ladra reincidente; percebemos que estas mulheres rompem com condutas consideradas na época como adequadas e naturais ao sexo feminino. Malvina tem aspirações de ócio e vida luxuosa, e tem comportamento sexual desregrado; Já Leopoldina, na esperança de uma vida melhor, ao lado do amante, abandona sua profissão de lavadeira, aceitando participar da quadrilha como receptadora das joias. Ambas estão longe da imagem de temor, recato e fragilidade que se esperava das mulheres no período.

Apesar das diferenças entre as criminosas reais ou ficcionais, podemos perceber como a maioria das representações destas mulheres, seja nos jornais ou na literatura, perpassa questões presentes nos discursos médico-jurídicos e criminológicos da época sobre o crime feminino e a mulher criminosa, como por exemplo questões relacionadas a sedução feminina como arma para o crime, o caráter menos grave dos delitos cometidos pelas mulheres, o não uso da violência física e o ciúmes e o abandono como motivadores para diversos delitos.

Referências

- A QUADRILHA da morte nas dobras do mistério: dentro da noite - Assalto a uma joalheira. **A Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 289, p. 01, 16 out. 1906.
- A QUADRILHA da morte, nas dobras do mistério: noite a dentro, onde anda Carluccio? **A Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 290, p. 02, 17 out. 1906.
- A QUADRILHA da morte, nas dobras do mistério: Mais um dia de ansiedade. **A Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 291, p. 01, 18 out. 1906.
- A QUADRILHA da morte, nas dobras do mistério: Um raio de luz, plano perverso. **A Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 292, p. 01, 19 out. 1906.
- A QUADRILHA da morte, outros indícios; *Gazeta de notícias*; Rio de Janeiro, 21/10/1906; Ano XXIII, n. 294, p.03.
- A QUADRILHA da morte, a prisão de Carletto. **A Gazeta de notícias**, Rio de Janeiro, ano XXIII, n. 302, p. 01, 29 out. 1906.
- AS LIÇÕES de vovó. **O Tico-tico**, Rio de Janeiro, ano II, n. 56, p. 06, 31 out. 1906.
- CRIMINOSA CONDENADA. **O Século**, Rio de Janeiro, ano XX, p. 03, 26 nov. 1905.
- CRIME MISTERIOSO. **O Século**, Rio de Janeiro, 15/10/1906; ano XXI, p. 01.
- UM DESESPERADO. **O Século**, Rio de Janeiro, ano XXI, Sessão: Teatro à Vapor, p. 01, 24 out. 1906.
- Zé do Povo no cemitério. **O Malho**, Rio de Janeiro, ano V, n.216, p. 01, 03 nov. 1906.
- BASTIDORES. **O Rio Nú**. Rio de Janeiro, ano IX, n. 871, p. 03, 10 nov. 1906.
- OS TEATROS. **O Rio Nú**. Rio de Janeiro, ano X, n. 892, p. 03, 23 jan. 1906.
- ESPOSA ASSASSINA. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano X, n. 102, p. 02, 12 abr. 1907.
- AZEVEDO, Aluísio. **Casa de Pensão. Tipos e fatos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Faro & Lino, 1884. Edição popular.
- BARBOSA, Orestes. **Bambambã**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- BAROT, Odysse. **O crime de Regina**. Rio de Janeiro: Tipografia da Gazeta de Notícias. 1882.
- CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.
- CASTELO BRANCO, Camilo. **Maria José ou a filha que assassinou, degolou e esartejou sua própria mãe, Mathilde do Rozário da Luz, na cidade de Lisboa em 1848**. Rio de Janeiro: H. Garnier, [19--]. Biblioteca Popular.
- F. R. **Maria da Conceição, a vítima do desembargador Pontes Visgueiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Comercial, 1873. Romance histórico.

CHALHOUB, S. **Trabalho, Lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: EdUnicamp, 2001.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da Paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de Sensação**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ESTRANGULADORES do Rio. [Compositor e Intérprete]: **Eduardo das Neves**. [s.l.]: Odeon, 1907. 1 disco vinil, lado , faixa (min)

FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2001.

GUIMARÃES, Valéria. Sensacionalismo e modernidade na imprensa brasileira no início do século XX. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 11, n. 18, p. 227-240, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/issue/view/208>. Acesso em: 17 out. 2023.

LIMA, Amanda Ribeiro Mafra. **Sobre Marias, seus venenos e surrupios [manuscrito]**: as representações da criminalidade feminina na literatura de crime no Rio de Janeiro (1880-1910). 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <https://www.repositorio.ufop.br/handle/123456789/10016>. Acesso em: 17 out. 2023.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO, Guglielmo. **The female offender**. New York: D. Appleton and Company, 1898.

MEYER, Marlyse. **Folhetim**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEDROSO, Rosa Nívea. **A construção do discurso da sedução em um jornal sensacionalista**. São Paulo: Annablume, 2001.

PINHEIRO, Abílio Soares. **Os estranguladores do Rio ou o crime da rua da Carioca**. Rio de Janeiro: Tipografia Luiz Miotto, 1906.

PORTO, Ana Gomes. **Novelas Sangrentas**: literatura e crime no Brasil (1870-1920). Campinas: s.n., 2009.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista (Brasil, 1890-1930). 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa Ribeiro. **Cor e criminalidade**: estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930). Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1995.

RIO, João do. **A Alma Encantadora das Ruas**: crônicas. Organização Raúl Antelo. – São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTANA, Débora Maria Máximo. O “sexo frágil” e o crime nos periódicos do Brasil Republicano. In: ENCONTRO REGIONAL DA APUH-RIO, 14., 2010. Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** [Rio de Janeiro: s.n., 2010.]. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276737443_ARQUIVO_TEXTOPARAAPRESENTACAONAANPUH.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. 2. ed. Recife: S.O.S. Corpo – Gênero e Cidadania, 1995.

19 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1737847/mod_resource/content/1/Scott_gênero%20ouma%20categoria%20útil%20para%20a%20análise%20histórica.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Pedro Puro Sasse da. **As narrativas criminais na literatura brasileira**. 2019. 476 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/40401272/AS_NARRATIVAS_CRIMINAIS_NA_LITERATURA_BRASILEIRA. Acesso em: 12 out. 2023.

SILVA, Thiago Torres Medeiros da. O noticiário criminal e os repórteres policiais dos jornais da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. *Intellêctus*, [s.l.] ano 17, n. 2, p. 112-128, 2018.

SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEIXEIRA, Hedio; MOTA, Maria Aparecida. O crime e o submundo do Rio de Janeiro na obra *Os Estranguladores do Rio ou Crime da rua da Carioca*. In: Anais ENCONTRO ABRALIC, 15., Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

TEIXEIRA, Hedio Tavares. **Entre a notícia e o romance de sensação**: os estranguladores do Rio ou o crime da rua Carioca. Romance sensacional do Rio oculto. UERJ, Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ., Rio de Janeiro, 2015.

VILLEMER, Maxime. A envenenadora. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1906.



CRIMES SEXUAIS E GÊNERO: UMA ANÁLISE DOS PROCESSOS-CRIME EM UNIÃO DA VITÓRIA NA DÉCADA DE 1970

PRISCILA EMANOELI RODRIGUES COZER¹⁶

INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres está em constante aumento no Brasil e em todo o mundo. Originada nas estruturas sociais, essa violência resulta na invisibilidade e na culpabilização das mulheres na imaginação social, e isso decorre das relações de poder estabelecidas na sociedade. Essa forma de violência se manifesta como um mecanismo de dominação em diversas áreas, incluindo a política, a família e o ambiente de trabalho.

A invisibilidade da mulher, por muito tempo, foi marcada pela história, passando pelos ideais de honra que geralmente eram aparados pela igreja católica, destacando a ideia de fragilidade feminina que servia de justificativa para a imposição de um papel de submissão:

Esses valores de inferiorização da mulher perduraram por muito tempo na história, tendo inclusive o apoio da religião cristã, em que muitas mulheres no mesmo período histórico foram levadas a julgamento e vítimas de tortura sob a acusação de “crime contra a fé”. A influência

¹⁶ Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Professora do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, *campus* União da Vitória.

cristã, sendo patriarcal, justifica por meio da bíblia até os dias atuais a submissão da mulher, contribuindo para uma cultura que gera opressão e autoritarismo. A bíblia é apontada como autoridade para inferiorizar a mulher, sendo tendente ao pecado e pecaminoso desde a sua origem (França; Andrade; Cavalcanti, 2022, p. 04).

A partir dessa perspectiva este artigo tem como objetivo central promover uma discussão que analise criticamente a utilização de processos-crime como fonte de pesquisa, com foco nos crimes sexuais ocorridos na cidade de União da Vitória, no estado do Paraná. Nosso propósito é examinar de que maneira esses processos podem contribuir para a análise das estruturas judiciais da época e como podem nos permitir refletir sobre a questão de gênero, bem como sobre como essas influências se relacionam com as dinâmicas de poder e as práticas sociais presentes nos discursos policiais e sociais.

Ao pensar no tema desse artigo, nos deparamos com várias questões, sabemos que pesquisar crimes sexuais a partir de processos-crime na década de 1970 traz consigo responsabilidades e a sensibilidade, pois se trata de um assunto que ainda não foi explorado no âmbito historiográfico da região de União da Vitória.

Nesse sentido, o artigo será dividido em três partes: na primeira, iniciaremos a discussão sobre a formação da sociedade de União da Vitória e região, buscando estabelecer conexões que efetivamente reflitam a construção social, política e econômica da região. Na segunda parte do artigo, abordaremos os principais aspectos da questão de gênero e da violência, discutindo os conceitos relacionados ao sistema jurídico. Na terceira e última parte, realizaremos uma discussão sobre a utilização de processos-crime como fonte histórica, explorando suas implicações e metodologias.

UMA HISTÓRIA DE UNIÃO DA VITÓRIA

A partir da utilização dos processos-crime na cidade de União da Vitória e região, buscamos introduzir uma discussão que envolva a história local, valorizando os aspectos sociais da região, mesmo que isso não tenha sido uma tarefa fácil. Segundo Cozer (2022) (A história local emerge como um ponto de partida fundamental para a construção social e histórica, possibilitando a análise da realida-

de mais próxima das relações sociais e culturais que se estabelecem entre indivíduos e sociedade, com base em seus locais de residência e atuação. Nessa perspectiva, a História Local se configura como um espaço-tempo para a reflexão crítica acerca da realidade social e, sobretudo, como uma referência para o processo de construção das identidades desses sujeitos e de seus grupos de pertencimento.

Segundo Pinsky (2013), a História Local também é a história que trata de assuntos de um determinado recorte espacial: a região, município, cidade, distrito ou bairro. Deve sempre deixar muito claro que a História Local está se referindo ao espaço e território, e da mesma forma, não pode ser desvinculada de um contexto mais amplo de região, por isso se analisa cada município, mas sabendo que eles pertencem à mesma região, e que partilham uma formação sócio-histórica que se relaciona e se explica:

O que não permite confundir a história local com a micro-história, já que, enquanto a primeira estuda a realidade recortada por ela mesma, a outra faz uma redução de escala de observação para observar aspectos que poderiam não ser percebidos na análise macro. A questão que diferencia a história regional da história local seria a comparação, uma vez que a história local teria uma perspectiva de estudar “a realidade micro localizada por ela mesma” (Pinsky, 2013, p. 20).

A partir dessa perspectiva a formação das cidades de Porto União e União da Vitória, segundo Matulle (2017), se dá com os primeiros ocupantes indígenas pertencentes a diferentes etnias. Segundo Riesemberg (1973), a ocupação estava ligada diretamente à atividade pecuária dos campos de Palmas, no oeste do Paraná. Ainda sim esses campos não ofereciam condições favoráveis para se desenvolver. Assim:

A partir de 1842, o comércio do gado foi derivando para o Porto da União, utilizando-se do vau do rio Iguazu. A partir do Porto da União procedeu-se a abertura de duas estradas: uma ligando o Porto da União à Palmeira (PR) e outra ligando o Porto aos campos de Palmas (PR). Essa estrada foi denominada Estrada de Palmas, ligando os campos de Palmas aos Campos Gerais passando por União da Vitória (Riesemberg, 1973, p. 74).

Segundo Silva (1933), as regiões hoje conhecidas como Porto União e União da Vitória foram consequências das infiltrações de tropeiros e colonizadores, efetuadas na região Sul da província de São Paulo, ligando os primeiros povoados dos Campos de Palmas. Foi em meados de 1769 que por ordem do Governador-Geral da Capitania de São Paulo, partiu, dos campos de Curitiba, o Capitão Antônio da Silveira Peixoto, com o objetivo de explorar as regiões do Sul e Oeste da então 5.^a Comarca de São Paulo. Navegando o rio Iguaçu, Silveira Peixoto atingiu a localidade onde hoje se acha a cidade de União da Vitória, e aí fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória.

Deixando no local, parte da comitiva, capitão Silveira Peixoto, prosseguiu viagem, através do interior do Paraná. Esta mesma expedição atingiu os Campos de Guarapuava. O entreposto de Nossa Senhora da Vitória seria o ponto de partida para outras expedições ao território da zona Sul da Capitania. Segundo Riesemberg (1973), em 1772 foi enviado pelo governo de São Paulo o sargento-mor Francisco José Monteiro, que veio assumir o comando e chefia do refinado.

A partir da segunda metade do século XIX, ano de 1853, pelo Decreto n.º 704, de 29 de agosto, criou-se a província do Paraná. O primeiro presidente da nova província brasileira, Zacarias de Góes e Vasconcelos, destacou no relatório de abertura enviado à Assembleia Legislativa Provincial que “[...] o poder legislativo conferiu a esta importante porção do território do Império, a categoria que a tanto tempo esperava [...] transformar-se a antiga e atrasada comarca de Curitiba na esperançosa província do Paraná” (Stenzler, 2015, p. 20).”

Separada do estado de São Paulo, a província paranaense foi instalada considerando limites conhecidos pela ocupação dos paulistas no planalto catarinense e região dos campos de Palmas. No entanto, a Província de Santa Catarina pleiteava a posse de parte do que pertencia à antiga comarca de Curitiba que, após sua separação de São Paulo, passou a ser território da Província do Paraná. Os catarinenses contestaram a argumentação paranaense que tinha por base a ocupação territorial (por paulistas, devido ao comércio de tropas: região do Viamão (RS) Sorocaba (SP).

Para Stenzler (2015) União da Vitória e Porto União são municípios limítrofes entre os estados do Paraná e Santa Catarina, porém, até 1916, esse território formava um único município, isto é, Porto União da Vitória, no Paraná. Entretanto, em outubro de 1916, depois

da Guerra do Contestado, foi assinado o Acordo de Limites, colocando fim na antiga disputa pelo território contestado, empreendida por esses dois estados. Nesse processo, parte do território que constituía o município de União da Vitória foi desmembrado, dando origem a Porto União, em território catarinense. A fronteira interestadual foi materializada no rio Iguaçú e na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Os trilhos de ferro não impediam o trânsito de pessoas de uma cidade para a outra, pelo contrário, ela era constantemente atravessada e “ao mesmo tempo em que dividiam as cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), os trilhos pareciam costurar uma unidade nesse espaço fronteiriço (Stenzler, 2015, p. 76).

Trazendo foco para a população feminina da cidade de União da Vitória, segundo Gaspari (2005) até meados do século XX, sua vida não era diferente das demais mulheres no Brasil, vivendo nos padrões conservadores da época principalmente se tratando da educação das moças, e tendo geralmente muitos filhos. Ainda era presente o pensamento medieval da inferioridade feminina e de seu dever de submissão ao homem.

Para Gaspari (2005), a educação feminina consistia nas chamadas prendas domésticas que serviam para prepará-las para o casamento e apenas poucas se dedicavam a outras atividades como músicas e corais. A escola se tornou um prolongamento do lar e da mesma forma servia para prepará-las para as funções do lar. Foi apenas anos 1940 e 1950, que na sociedade de União da Vitória e região no pós Segunda Guerra Mundial, que a de certa forma as estruturas sociais foram se alterando, permitindo a essas mulheres buscarem novos espaços sociais, atuando no magistério, na enfermagem e como secretárias e balconistas.

GÊNERO E CRIME SEXUAL

Os conceitos e definições sobre o feminismo e masculino se configuram de maneira importante como aponta Gonçalves (2006), marcado por um discurso de desigualdade inata, que foi construído socialmente. A autora aborda a questão de como a mulher ganha força a partir do século XIX. O movimento feminino, com sua definição e estruturação dependendo de cada contexto histórico.

A partir de 1980, na historiografia brasileira, iniciou um processo de inserção das questões ligadas às mulheres e principalmente

relacionadas à violência contra a mulher, que passou a ter maior visibilidade, além de incluir os estudos de gênero entre seus temas. Essas novas discussões que foram surgindo possibilitaram a percepção da atuação desse sujeito histórico. Mesmo com essa grande evolução do campo historiográfico, muitas vezes os estudos apresentados não evidenciam a presença feminina, apesar das mulheres sempre terem tido um caráter ativo neste processo.

Essa reflexão tem como proposta, partindo de uma teorização de gênero conforme aponta Scott:

[...] (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional (Scott, 2017, p. 99).

Scott (2017) ainda afirma que precisamos ter uma visão mais ampla, que incluía discussões complexas da sociedade moderna. O gênero é construído igualmente na economia e na organização política e social. Tendo em vista as formas sociais pelas quais essa oposição entre homens e mulheres é construída em diferentes espaços sociais.

Os estudos sobre as mulheres, bem como as manifestações feministas, desenvolvidos por Saffioti (1973), fazem uma crítica de como os feminismos são importados de outros contextos durante a primeira metade do século XX e transportados para a nossa realidade. Ela critica o fato ou a tentativa de copiar ou de encaixar conceitos e modos de agir em nossa realidade e a compreensão das desigualdades que impactam as mulheres.

A partir de 1960, os movimentos feministas de diferentes países, a partir de articulações, deram visibilidade social as diferentes formas de violência contra as mulheres. Segundo Barsted (2016, p. 18), “[...] exigia que as mulheres fossem reconhecidas como sujeitos de direitos humanos, com necessidades específicas”. O documento dos direitos humanos, de 1948, destacava a proteção geral, com enfoque na igualdade. Já na segunda fase, estabelecida na década de 1960, foi marcada pelo sujeito de direito tendo suas particularidades reconhecidas:

Sob a influência e pressão dos movimentos feministas, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em 1967, a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. Em 1972, a Assembleia Geral da ONU proclamou o ano de 1975 como o Ano Internacional das Mulheres, demonstrando preocupação com as violações dos direitos humanos das mulheres em todo o mundo (Barsted, 2016, p. 19).

Contudo, esse processo se deu no contexto das ditaduras latino-americanas que conseqüentemente eram caladas pela atuação da repressão. O movimento feminista no Brasil surge em decorrência da resistência das mulheres à ditadura, marcada por questões de contestação das relações de poder em todas as esferas da sociedade, articulando as relações de gênero e das estruturas de classe caracterizando o movimento no Brasil:

Ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliam-se as mudanças por que vinha passando o país sob o regime autoritário, durante sua fase mais amena, o processo chamado de “distensão lenta e gradual” dos últimos governos militares. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal (Sarti, 2004, p. 39).

Segundo Barsted (2016), o movimento feminista, contestava não somente a estrutura política e econômica, mas aprofundava as relações culturais para formar um campo político específico. Essa luta contra a ditadura foi fundamental para caracterizar o movimento em defesa da democracia. O movimento era composto por uma diversidade de mulheres que em pouco tempo adquiriu caráter nacional.

Esse processo, da luta por igualdade, e o rompimento com a lógica patriarcal, trouxe novas discussões no âmbito legislativo. A conquista por direitos formais se caracteriza como foco principal desse movimento, pois a manutenção dos direitos conquistados e a possibilidade de conquistar novos direitos relacionados à eliminação das diferentes formas de violência e discriminação ampliando o desejo de justiça a partir da mudança jurídica marcada pela dominação masculina.

As normas de conduta distintas, a maior permissividade concedida aos homens e a tendência de culpar as mulheres vítimas de violência sexual destacam essa diferença, representando um problema estrutural, porém, que foi se modificando. É relevante explorar como essas questões foram percebidas ao longo da história:

O enfrentamento à violência contra as mulheres continua sendo um dos maiores desafios do Brasil para a promoção da igualdade de gênero. Pesquisas sobre percepção e experiência de violência apontam que 40% das mulheres brasileiras afirmam já ter sofrido violência por parte de um homem, e 29 % relatam sofrer ou ter sofrido violência doméstica. Essas pesquisas têm constatado que apenas uma pequena parcela dessas mulheres (11 % delas) procurou a delegacia após ter sofrido uma violência. Em 2015, 4.621 mulheres foram assassinadas no Brasil, situando-se entre os países com as mais altas taxas no mundo, correspondente a 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Entre 2005 e 2015 essa taxa aumentou 7,5 %, mas estudos apontam que esse indicador tem diminuído nos últimos anos, apresentando uma queda de 5,3 % no último ano da série (2015) (min).

Percebemos que, há, portanto, uma manutenção de valores morais sendo utilizados tanto do aparato judicial como para os acusados de crimes sexuais. Segundo Estacheski (2017) aos homens é entregue o direito de viver sua sexualidade com liberdade e, por vezes, mesmo os atos violentos que colocam em risco a vida ou a saúde de mulheres, e algumas muito jovens, são legitimados ou têm sua gravidade diminuída.

Neste sentido Fausto (1984), indica que a voz feminina, perde seu valor principalmente em casos de violência sexual. Por vezes a vítima acaba por mudar seu depoimento e acusar alguém que já

morreu pelo temor de ser violentada novamente. Um dos fatores apontados por Fausto para a configuração de um crime de estupro ou defloramento é a idade.

Crimes sexuais, especialmente o estupro, costumam ser cometidos longe de testemunhas, em locais isolados ou privados. As testemunhas, tanto de defesa quanto de acusação, ao relatar os fatos, geralmente só podem contribuir oferecendo suas opiniões com base no que viram ou no que sabem dos acontecimentos anteriores.

Nos casos de crimes de estupro, os depoimentos frequentemente entram em confronto com as declarações da vítima e as declarações do acusado, muitas vezes com a negativa do réu. Isso tende a desacreditar a denúncia da vítima, levando a uma investigação que se concentra na reconstrução do comportamento pessoal das partes envolvidas. Assim, podemos afirmar que a impunidade estava diretamente relacionada às condições sociais tanto da vítima quanto do réu. Como afirmado por Caulfield (2000), nos casos de estupro, sedução e defloramento, a associação entre a conduta social e o padrão de honestidade estava presente em todos os discursos jurídicos:

Essa busca por uma verdade não parecia ser mesmo a intenção principal. É evidente que promotores e advogados discursavam em prol daqueles que defendiam e para que esses discursos fossem eficazes, mais do que a verdade dos fatos o que precisava aparecer eram as formas de adequação social, pois o que estava em jogo era a manutenção de uma ordem. Punir um homem que agredisse sexualmente uma mulher não poderia frequentar lugares inapropriados ou agir de forma inadequada era essencial (Estacheski, 2017, p. 108).

Fausto (1984), afirma com base em dados pesquisados que a maioria das vítimas de crimes sexuais eram mulheres que trabalhavam e que em mais de 40 % dos casos a vítima era empregada doméstica. Partindo para a esfera da justiça, o crime de violência sexual contra a mulher sempre foi tratado com certa benevolência se comparado a outros crimes. Segundo Fausto (1984), o código penal, de 1880, define como crime qualquer atentado ao pudor por meio de violência ou ameaça, abrangendo todo tipo de relação, em que não há o consentimento de uma das partes, exceto as de “relação normal”, sendo esse objeto dos crimes de defloramento e de estupro.

O crime de estupro está definido na legislação de 1890 como “ato pelo qual um homem abusa com violência de uma mulher seja virgem ou não” (art. 260). Na mesma legislação encontra-se definido o crime de floração como “deflorar mulher menor de idade, empregando sedução, engano ou fraude” (art. 267). Esse artigo tinha por objetivo de proteger a honra do marido e da família. A partir da legislação de 1940, os crimes sexuais passam a ser definidos como crimes contra os costumes (Fausto, 1984, p. 194):

A leitura do Código Criminal do Império (Brasil, 1830) mostra uma tipificação diferente, em que previa que as penas do crime de estupro contra a mulher honesta era prisão e pagamento de dote a vítima, porém, se fosse prostituta, a pena era reduzida de 3 a 12 anos para 1 mês a 2 anos, mas se o agressor casasse com a vítima, a pena não seria aplicada. Versava-se em uma descrição misógina de crimes sexuais que, nesse Código, o estupro era considerado um crime contra a segurança da honra e priorização dos bons costumes, ou seja, as mulheres não possuíam amparo judicial ao sofrer violência sexual em alguns casos, o que justificava a cultura do estupro no próprio Código Criminal da época. Os crimes de violência sexual protegiam uma moral sexista, em que colocava as mulheres em uma posição de domínio masculino.

Os crimes de floração estavam diretamente ligados à preocupação com a honra ligada ao hímen — que se tornou um meio de controle da sexualidade feminina — e cabia à mulher proteger o “selo”. Pois um homem temia se expor ao ridículo por se casar com uma mulher que já não era mais virgem.

Nos processos de crime sexual, é evidente a influência da perspectiva masculina nos julgamentos, especialmente considerando que o júri era composto exclusivamente por homens. Além disso, os crimes eram tratados de maneira distinta com base na reputação da mulher, se ela era considerada “honesto” ou uma prostituta. Para os homens, envolver-se com meninas inexperientes e de condição social inferior muitas vezes era visto como uma conquista, algo de que se orgulhar. No entanto, em algumas circunstâncias, esses encontros acabavam resultando em infrações penais (Fausto, 1984, p. 226).

Segundo Fausto (1984), a definição de crime sexual contra a mulher se dá partir de alguns pressupostos básicos, entre eles a desigualdade de gênero e o controle da sexualidade feminina pelas instituições do casamento e da família. Na historiografia já se demonstrou que recorrentemente a condição feminina sempre foi determinada por sua sexualidade. De maneira geral, elas estavam inseridas num quadro mental e social produzido a partir do Velho Mundo, que hierarquizava e classificava as mulheres em: honradas, desonradas e as sem honra. As instituições do Estado e a própria justiça reforçavam a imagem de um ser incompleto e incapaz o que, por sua vez, justificava que elas fossem submissas e tuteladas:

A honra configura-se, assim, no imaginário da época, como algo explicitamente vinculado à sexualidade da mulher, isto é, ao controle que ela desenvolvia sobre os impulsos e desejos do próprio corpo. Para a solteira, honra era sinônimo de castidade; para a casada, ela se apresentava revestida da fidelidade ao marido, preso às normas sexuais impostas à esposa pelo matrimônio (Algranti, 1993, p. 110-111).

A UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS-CRIME COMO FONTE HISTÓRICA

Documentos como processos-crime são importantes fontes para a pesquisa histórica, pois constituem testemunhos e “depoimentos”, que retratam aspectos das relações sociais de violência, principalmente no que diz respeito aos crimes sexuais ocorridos em União da Vitória durante a década de 1970. A partir desses documentos torna-se possível recuperar um conjunto de dados que muito nos revelam sobre o cotidiano das vítimas e remontam aspectos sociais em que estavam inseridos esses sujeitos históricos.

Contudo, ler tais processos criminais não significa partir em busca do que realmente se passou, pois, os processos foram escritos e interpretados por outra pessoa, e seria uma expectativa inocente acreditar que nesta documentação não houve a caneta do escrivão ou a orientação de um advogado, isto posto, percebemos que precisamos ter uma atenção redobrada quando utilizarmos uma documentação como os processos, inventários e testamentos.

Segundo Soihet (1989, p. 14), uma das críticas que se faz a utilização dos processos criminais como fonte de um trabalho histórico é que estes não correspondem, via de regra, à exata realidade do que se passou. Sobre esse ponto entendemos que não pretendemos realizar uma história positivista, na qual as fontes são interrogadas de uma “maneira quase policial na vã esperança de atingir a realidade dos fatos”. Mesmo que os acontecimentos não se tenham passado exatamente desta ou daquela maneira, ocorre que as explicações encontradas são aquelas consideradas mais plausíveis para os agentes sociais envolvidos naquele momento, expressando a ideologia de que estão impregnados, e é isso o que nos interessa.

Ao se trabalhar com processos-crime o historiador deve ter consciência de que a fonte documental é, na realidade, a transcrição de depoimentos orais e de que há notáveis diferenças entre língua falada e língua escrita. Na transposição do oral para o escrito as palavras podem ser modificadas na forma e no conteúdo. Na realidade, há uma recriação dos discursos dos personagens envolvidos. Assim, as falas existentes nos processos devem ter sido filtradas e modificadas durante a transcrição dos depoimentos.

Os escrivães, influenciados pelos valores da época, deixam o registro carregado de subjetividade. Mas, há também alguns fatos que devem ser levados em consideração pelo historiador. Um deles é que o documento não reflete o cenário, a atmosfera de tensão ou de constrangimentos em que os depoimentos efetivamente foram registrados. Não descrevem à reação dos envolvidos como gestos, emoções e silêncios, ou seja, a gesticulação, a alteração do timbre de voz, o choro, o olhar aterrorizado de testemunhas, informantes, réus, acusadores e defensores, essas características não são registradas. É considerando todos estes aspectos do trabalho com as fontes criminais que pretendemos realizar essa pesquisa.

Os processos-crime apresentam, as relações culturais e sociais que estavam inseridas nas descrições processuais. Assim sendo, será possível uma percepção ampliada das questões relacionadas a violência de gênero e dos crimes sexuais, pois esses processos nos fornecem informações de significativa importância, tais como: dados pessoais dos acusados, ofendidos e testemunhas, consta a idade, estado civil, nacionalidade, grau de instrução, profissão, domicílio, cor e filiação. Essas informações nos fazem analisar o papel social dessas

mulheres e como estava configurado os discursos sociais da cidade de União da Vitória e região.

E a partir dos processos podemos configurar a constituição de memórias, essas memórias podem partir tanto do individual como da ideia de coletividade.

Como afirma Michel Pollack:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo (Pollack, 1999, p. 02).

Segundo Barros (2009), a memória e história são coisas distintas e provocam espaços de saberes diferentes. Na última década, tem sido particularmente debatido a diversidade e a riqueza que pode ser trazida pela interpretação entre essas duas instâncias.

Segundo Burke (1992), Halbwachs afirmou que as memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável”, e como será lembrado. Os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos de importância para seu grupo.

Pollack (1999), tem desenvolvido um trabalho fundamental com relação a aspectos mais específicos que se referem ao uso da memória:

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memó-

ria coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizada, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (Pollack, 1999, p. 04).

Segundo Barros (2009), a memória se coloca como uma construção tal como já se compreende desde muito tempo na historiografia. Podemos perceber como essas duas construções podem interagir uma sobre a outra e certamente ser um dos desafios da historiografia do presente. É importante lembrar como as reflexões recentes sobre a memória não se refere ao passado, ao presente, mas também ao futuro.

Para Koselleck (2006) já construía a percepção da mutabilidade através da história das relações entre as três estâncias da temporalidade passado, presente e futuro.

Exemplo paradigmático dessa dupla direção da relação entre linguagem e mundo se encontra no conceito de história. Se até meados do século XVIII o termo história [Historie] era usado no plural para designar as diversas narrativas particulares e descoladas entre si que a tradição historiográfica acumulara (a história da guerra do Peloponeso, a história de Florença etc). [...] É a partir dessa mutação de longa duração que se pensará a história como um processo inexorável (Koselleck, 2006, p. 11).

Em outras palavras, os processos-crime incorporam elementos relacionados às memórias das vítimas, acusados e testemunhas. Isso tem um impacto significativo no tratamento das fontes, exigindo um processo metodológico minucioso por parte do historiador. Como já abordado anteriormente, enfrentamos diversas interseções que permeiam as fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notável que as pesquisas sobre a violência contra as mulheres no Brasil têm oferecido valiosas contribuições tanto em termos empíricos quanto teóricos, ampliando nossa compreensão desse fenômeno complexo. Os estudos que analisam os processos-crimes, exploram as dinâmicas em torno das vítimas e investigam o funcionamento das instituições policiais e do judiciário têm demonstrado que a violência sexual contra as mulheres é um problema sério que merece uma atenção ainda maior por parte da historiografia.

O objetivo desse artigo foi apontar alguns questionamentos e implicações sobre os usos das fontes e considerando a revisão de algumas referências teóricas que norteiam esses estudos, gostaríamos de oferecer algumas breves considerações finais, com o objetivo de contribuir para o avanço dos debates feministas e o estímulo a novas pesquisas. Porém, precisamos reconhecer a importância do tema proposto e principalmente a sensibilidade das fontes, abordando principalmente os usos metodológicos que o historiador deve ter.

Referências

- ALGRANTI, Leila, Megan. **Honradas e devotas**: mulheres da Colônia: condição feminina nos conventos e recolhimento do sudeste do Brasil (1750-1822). Rio de Janeiro: José Olympio/Brasília: EdUNB, 1993
- BARROS, José D'Assunção. **História e memória**: uma relação na confluência entre tempo e espaço. *Mouseion*, v. 3, n. 5, jan.-jul. 2009.
- BARSTED, L. L. **O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil**. In: SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. (orgs.). *Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento*. Salvador: EdUFBA, 2016. p. 17-40. *Bahianas Collection*, v. 19. ISBN: 978-85-232-2016-7. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788523220167.0002>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: EdUnesp, 1992.
- CAULFIELD, S. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: EdUNICAMP, 2000.
- CLETO DA SILVA, José. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1933.
- COZER, P. E. Rodrigues. As cheias do Iguaçu: o impacto da enchente de (1983) na memória coletiva e na construção social dos municípios de União da Vitória (PR) e Porto União (SC). **Revista Paranaense de Filosofia**, 2, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33871/27639657.2022.2.esp.7714>. Acesso em: 23 ago. 2023.
- ESTACHESKI, Dulceli L. T. **Crimes Sexuais**: a histórica culpabilização das vítimas. Curitiba: Appris, 2017.
- FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FRANÇA, Heitor Batista Rodrigues; ANDRADE, Yascara Isabelle Fernandes de; CAVALCANTE, Gercina Alves Moraes. **Crimes Sexuais**: uma análise sobre a culpabilização da vítima. Mossoró: [s.n.], 2022. p.1-17. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/items/9b231600-5678-4a41-aca9-f2f3eb75f23/full>. Acesso em: 10 set. 2023.
- GASPARI, Leni Trentim. **Imagens femininas nas “Gêmeas do Iguaçu” nos anos de 1940 e 50**. União da Vitória: Kaygangue, 2005. Coleção Vale do Iguaçu, n. 80.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História e Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- MATULLE, Zuleide Maria. **Tenho a honra de informar que aquele alemão é um súdito do eixo**: tensões entre alemães e brasileiros em União da Vitória e Porto União no Estado Novo. 2017, 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação

em História, Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2389/1/Dissertação%20História%20-%20-%20Zuleide%20Maria.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no vale do Iguaçu**. [S.l.: s.n.], 1973.

SAFFIOTI, Heleith Iara Bongiovani. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. Prefácio de Antônio Cândido de Mello e Souza. Petrópolis: Vozes, 1976.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 71-99, 2017.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência – mulheres e ordem urbana (1980-1920)**. Rio de Janeiro: Forense, 1989.

PARTE II

SUBJETIVIDADE E VIOLÊNCIA



COLONIALISMO, FOTOGRAFIA E VERDADE: A IMAGEM COMO TESTEMUNHA FRAGMENTÁRIA

NAIARA KRACHENSKI^[17]

Já há alguns anos a historiografia vem considerando o arquivo visual do colonialismo como um importante objeto de pesquisa. Inúmeros suportes visuais — fotografias, cartazes, cartões-postais etc. — são recuperados cada vez mais por historiadores e historiadoras interessados em compreender como as imagens foram mobilizadas a serviço dos impérios coloniais dos séculos XIX e XX. Em geral, uma das principais problemáticas dos pesquisadores é buscar entender como tais artefatos visuais criavam, reproduziam e colocavam em circulação uma miríade de significados sobre os Outros coloniais, vale dizer, como tais imagens criavam ou multiplicavam estereótipos raciais assentadas sobre o binômio inferior/superior ou negro/branco. Conforme demonstrado largamente pela historiografia, a fotografia em contexto colonial foi essencial para transformar noções abstratas sobre as diferenças entre as raças, desenvolvidas desde o século XVIII, em algo “real” e “concreto”, na medida em que, com a possibilidade da visualização dos tipos raciais por meio de uma imagem entendida como absolutamente fidedigna à realidade, as raças humanas poderiam ser medidas, verificadas e classificadas a partir de critérios então definidos como científicos.^[18]

¹⁷ Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná. Pesquisadora do Grupo História da África & Cultura Visual do CNPq. Professora adjunta do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – campus União da Vitória.

¹⁸ Destacamos aqui alguns estudos sobre a relação entre fotografia colonial, antropologia e raça/ racismo: Evans, 2004; Landau, 2002; Matos, 2014; Pinney, 2011; Sealy, 2019; Silva, 2014.

No entanto, com o desvelamento de um sem fim de fontes visuais à disposição dos historiadores, foi-se percebendo que, para além da evidente utilização das imagens como um instrumento de poder dos países colonizadores, essas imagens, a depender do que elas representam e de como e onde elas circulavam, nos mostram uma relação muito mais complexa entre o império e a visualidade. Dessa forma, os estudos sobre fotografia colonial — ou mesmo sobre qualquer artefato visual nesse contexto —, não podem ser reduzidos a compreender a função previsível, instrumental e funcional de tais imagens (Hayes; Silvester; Hartmann, 2001, p. 5). É precisamente a partir desta compreensão que chamamos a atenção para as fotografias que analisaremos a seguir. Ainda que resultado de um intrincado jogo contextual e, portanto, envoltas em uma abundante rede de significações, estas fotografias não nos expõem de início aquela significação mais presente nas análises da visualidade dos impérios: aquela que busca criar uma realidade de superioridade racial do sujeito colonizador *versus* a inferioridade racial do sujeito colonizado. Ao contrário, em uma primeira vista, as fotografias que trabalhamos aqui se apresentam como um movimento de denúncia aos abusos coloniais.

Se James Ryan afirmou que a principal função da fotografia colonial era ser usada como prova incontestada da deficiência física e cultural das “raças inferiores” e dos povos colonizados (Ryan, 2014, p. 35), veremos como no contexto posterior à Primeira Guerra Mundial e de reorganização geopolítica da África austral, as fotografias aqui trabalhadas foram utilizadas como provas incontestadas da deficiência dos alemães como colonizadores. Partindo da análise das fotografias do *Blue Book* de 1918 buscaremos, pois, compreender em que consiste esse movimento, como ele se estruturou, a quem ele serve e como a fotografia se tornou um de seus meios principais.

A ÁFRICA AUSTRAL NO CONTEXTO DA PRIMEIRA GRANDE GUERRA

Tradicionalmente no estudo da História Contemporânea, a relação entre Colonialismo e Primeira Grande Guerra é de causa e consequência: explicam-se as tensões imperiais fora do continente europeu meramente como um fator de acirramento das disputas nacionais intraeuropeias. Da mesma forma, o contexto do imperialismo

em África tende a ser apresentado como uma extensão das histórias nacionais das metrópoles. No entanto, o que a pesquisa histórica nos sugere é que o contexto que engloba estes dois episódios é envolto em uma trama muito mais complexa e não pode ser definida em termos meramente causais na diacronia histórica. De fato, conforme os estudos mais recentes sobre os colonialismos europeus em África vêm apontando, há agora a necessidade de se observar estes fenômenos pelo prisma das histórias transnacionais e transcoloniais, na medida em que cada vez mais os historiadores observam relações estabelecidas entre as colônias de formas mais ou menos independentes das demandas exclusivas das metrópoles, mas também atreladas às contingências do próprio espaço colonial.

O caso da África austral nos parece bastante emblemático nesse sentido. Poderíamos aqui mencionar, ainda que de passagem, as intensas relações estabelecidas entre as sociedades nativas sul-africanas entre si e com as sociedades colonizadoras — holandesa/africânder e inglesa — desde meados do século XIX e que ganha contornos dramáticos para a geopolítica da região com as guerras bôeres, entre 1880 e 1902. No entanto, nos toca destacar nesse texto as relações travadas entre as sociedades nativas sul africanas e do sudoeste africano com os poderes imperiais assentados na região a partir da década de dez do século XX, nomeadamente, Grã-Bretanha e Alemanha. A região do sudoeste africano se tornou um espaço de intensas disputas entre estas duas metrópoles europeias, sobretudo na fronteira noroeste da União Sul Africana (atual África do Sul) com a então África de Sudoeste Alemã (atual Namíbia).

Com a imposição das zonas de influência europeia nesse território a partir do Tratado da Conferência de Berlim (1884-1885) e a subsequente ocupação efetiva desse espaço por britânicos e alemães, os principais grupos que ali residiam passaram a habitar agora não mais um espaço definido por eles, mas dividido em demarcações relativas aos interesses europeus. No entanto, importantes atentar para o fato de que hereros, namas e ovambos não foram espectadores passivos frente às ocupações, mas atuaram de forma protagonista seja em termos de resistência aos invasores, seja em termos de cooperação, tal como explicitado pelo apoio inicial de Samuel Maharero aos alemães com vistas a fortalecer os hereros sob sua chefia na guerra travada há anos contra os namas. O fato,

portanto, de, ao serem demarcadas as fronteiras imperiais, hereros e namas residirem tanto em território alemão quanto em território britânico, não faz com que estes grupos tenham sido separados por completo, mas nos informa sobre a intensa mobilidade que existia entre as fronteiras coloniais a partir de relações familiares, comerciais ou mercantis entre tais grupos. Conforme apontou Mads Bomholt-Nielsen, o fato de existirem grupos nativos espalhados em ambos os territórios imperiais fazia com que as relações entre Grã-Bretanha e Alemanha necessariamente estivessem ligadas não só por disputas territoriais, mas também devido a esta intensa mobilidade de pessoas agora sob suas jurisdições (Bomholt-Nielsen, 2021, p. 132).

Além das flutuações de diferentes sujeitos nesse espaço, é importante apontar para as relações econômicas travadas entre as duas colônias. De forma geral, a economia da África de Sudoeste Alemã estava bastante entrelaçada com a vida econômica da Colônia do Cabo desde seus primórdios, sobretudo devido ao controle inglês de Walvis Bay, principal ponto de acesso marítimo ao território colonial alemão, o que fazia com que grande parte das mercadorias que ingressavam na colônia alemã fossem geridas por empresas de logística e transporte britânicas. Além disso, interesses financeiros em atividades comerciais e em companhias de navegação ou de comércio também entrelaçavam fortemente os interesses anglo-germânicos na região, chegando mesmo a haver empresas que atuavam em ambos os territórios e que eram constituídas por agentes alemães, ingleses e sul-africanos (Bomholt-Nielsen, 2021, p. 141).

Com o início dos conflitos da Primeira Guerra Mundial na Europa, em agosto de 1914, os territórios africanos se tornaram igualmente palcos de disputas entre as potências europeias, somando-se a isso, evidentemente, os conflitos e interesses próprios ao espaço africano. No que tange às relações entre alemães e britânicos na África austral, o porto de Walvis Bay foi inicialmente um tema de extrema tensão, já que o porto era praticamente um enclave britânico em território germânico. No contexto da guerra, as colônias alemãs se tornaram um cenário importante aos olhos do poderio inglês pelo que elas poderiam oferecer ao acesso de armas e meios de comunicação por terra e também pelas paragens para submarinos. Nessa conjuntura, a África de Sudoeste Alemã se tornou um espaço estratégico importante nos planos de avanço britânicos (Twomey, 2011, p. 209).

Em setembro de 1914, as forças militares da União Sul-Africana, lideradas pelo general Louis Botha, invadem o território da África de Sudoeste Alemã e, após quase um ano de conflitos armados entre as tropas sul-africanas e a *Schutztruppe*, em 9 de julho de 1915, é assinado um tratado de capitulação das forças alemãs. No contexto macro da guerra mundial, a vitória sul-africana em nome da Grã-Bretanha teve um significado expressivo já que, em palco europeu, as forças alemãs e seus aliados se saíam melhores que a tríplice intente (Silvester, 2015, p. 24). Com a instalação das forças militares sul-africanas na África de Sudoeste, muitos soldados alemães da *Schutztruppe* foram feitos prisioneiros de guerra e levados ao campo de Aus e, posteriormente, aos campos de Pretória.^[19] É importante deixar claro que a partir deste episódio a União Sul-Africana, ainda que atuando em nome do poderio imperial inglês, começa a forjar para si uma demanda de autonomia no espaço da África austral bastante vinculado ao projeto de nação que se queria construir neste país. Se aos olhos britânicos o interesse na ocupação da África de Sudoeste estava vinculado ao esforço de guerra, para os sul-africanos tal campanha era entendida como uma oportunidade para a construção de uma unidade entre ingleses e africanos dentro da União recém elaborada e instável ainda do ponto de vista da governança política entre as elites brancas do país. De fato, a imagem que os parlamentares sul-africanos pintaram deste momento foi justamente a ênfase na oportunidade para a reconciliação da população branca (Silvester, 2015, p. 15).

Com o fim do conflito armado e o Tratado de Versalhes, assinado em 1919, um dos espólios de guerra da Alemanha, considerada pelos poderes vencedores como a grande “causadora” do conflito, foi justamente a perda de todos os mandatos de seus territórios ultramarinos^[20] que passariam a ser gerenciados pelos países da Liga das Nações. Nesse contexto de intensa rivalidade entre os países metropolitanos, vê-se surgir um importante documento utilizado como prova de que a Alemanha havia gestado uma colonização excessivamente violenta e que, pelo “bem dos povos colonizados”, ela não poderia ter seu poder colonial restaurado. O *Relatório sobre os nativos da*

¹⁹ Cf.: CORRÊA, 2015.

²⁰ No continente africano, a Alemanha tinha quatro territórios coloniais: Togo, Camarões, África de Sudoeste Alemã (atual Namíbia) e África Oriental Alemã (atuais Tanzânia, Ruanda e Burundi).

África de Sudoeste e seu tratamento pela Alemanha, ou simplesmente, o *Blue Book*, de 1918, afirmava trazer evidências concretas dos maus-tratos e abusos que os colonizadores alemães haviam submetido os sujeitos coloniais desse território. Organizado e compilado por agentes sul-africanos trabalhando em nome das autoridades coloniais britânicas, o *Blue Book* procurava provar que a Alemanha havia violado o artigo 6 do Tratado da Conferência de Berlim, de 1885, que afirmava que os países signatários deveriam “zelar pela preservação das populações nativas e garantir o melhoramento de seu bem-estar material e moral” (General Act, 1885, p.). De acordo com Christina Twomey, elaborado pelos sul-africanos desejosos de manterem o controle da África de Sudoeste após a guerra e validado pelo Ministério das Relações Exteriores do Reino Unido, o Relatório se tornou uma declaração pública e oficial das intenções britânicas com relação aos territórios coloniais alemães (Twomey, 2011, p. 214).

Em uma conjuntura na qual, para além de enfraquecer a alegação alemã sobre tais territórios e construir uma imagem favorável aos ingleses, também os interesses sul-africanos de fazer parte da Liga das Nações como país mandatário se faziam presentes, observamos como a visualidade ganha um papel de destaque para mediar e definir tais relações. A fotografia, em especial, foi fundamental nesse contexto para elaborar uma construção temporal sobre o colonialismo nessa região: seu passado nas mãos dos alemães e seu futuro, agora vislumbrado por britânicos e sul-africanos como poderes coloniais (Hayes; Silvester; Hartmann, 2001, p. 3).

AS FOTOGRAFIAS DO BLUE BOOK: ENTRE A IMAGEM-TESTEMUNHO E A IMAGEM-PROPAGANDA

Muito já foi dito sobre a relação entre colonialismo e fotografia. De forma geral, tende-se a enfatizar que o contexto de gestação das políticas imperiais no século XIX é exatamente o mesmo contexto de nascimento da tecnologia fotográfica. Não só de coincidência cronológica, contudo, se estende tal relação. A historiografia discorre largamente sobre as bases culturais dos interesses da sociedade burguesa europeia e como tais interesses se moldam perfeitamente à política colonial da conquista e à vontade de ver da dominação. Logo, colonialismo e fotografia mantêm uma proximidade íntima não só porque se encontram no mesmo ponto na linha do tempo, mas, so-

bretudo, porque são respostas distintas aos anseios da sociedade industrial que se afirmava neste período.

No entanto, gostaríamos de aprofundar aqui nossas reflexões acerca das relações entre colonialismo e fotografia no que tange a sua própria natureza. De acordo com Ariella Azoulay, a ideia do domínio imperial está inscrita na própria essência da fotografia como linguagem. Segundo a autora, para que o dispositivo fotográfico de capturar visualmente algo ou alguém possa ter sido colocado em prática, a ideia de que o mundo como algo a ser apreendido pelo sujeito que o observa já estava disponível na cultura ocidental muito antes da invenção do aparato tecnológico da fotografia (Azoulay, 2019a, p. 118).^[21] A base da fotografia como linguagem é o que Azoulay define ontologicamente como direitos coloniais, dentre eles o direito de destruir mundos existentes; o direito sobre os outros; o direito de produzir um novo mundo; o direito de prosseguir com uma missão e ter acesso ilimitado a qualquer lugar; e, finalmente, o direito de vagar por aí com uma ferramenta que invade a vida das pessoas e de tirar fotos delas sem ter sido convidado para isso. Nesse sentido, a invenção da fotografia (como linguagem) não começa, para a autora, com o dispositivo óptico na década de 1830, mas com um regime político que permite a tal mecanismo colocar em prática todos esses direitos imperiais.

O século XIX é, portanto, o momento-chave do encontro da linguagem da dominação com a técnica fotográfica. Este também é um período no qual tal encontro se articula com a prática documental que reinava como regra no modo de conhecer o mundo. De fato, a fotografia foi entendida quando da sua introdução na economia visual burguesa como o aparato visual capaz de representar a realidade de uma forma absolutamente fidedigna, vale dizer, como uma tecnologia que expressava verdades e não intenções subjetivas. Conforme afirmou Susan Sontag, as imagens fotográficas não pareciam manifestações individuais a respeito do mundo, mas sim “pedaços dele, miniaturas da realidade” (Sontag, 2004, p. 14-15). Não foi à toa que a fotografia foi uma técnica privilegiada utilizada pelos Estados-Nação no processo de ordenamento e controle so-

²¹ Azoulay chega mesmo a afirmar que tal ideia estava sendo desenvolvida na cultura ocidental desde 1492, ano da chegada dos espanhóis às Américas, momento que teria dado início à construção da subjetividade colonialista europeia. Cf.: AZOULAY, 2019b.

cial, tanto de suas metrópoles, como de suas colônias. Na Europa, a imagem fotográfica teve, nesse período, uma importante função de identificar as camadas sociais consideradas perigosas ou agitadoras e criar um perfil visual e moral do criminoso, da prostituta, do empobrecido, dos miseráveis.^[22] Nas colônias, as funções da fotografia se multiplicavam: desde a vontade de dar a ver o processo de colonização e suas gentes^[23] até a obsessão pela classificação racial dos nativos e a hierarquização dos sujeitos coloniais que teve na fotografia de “tipos” etnográficos sua versão mais bem-acabada e largamente utilizada por todos os poderes imperiais em África (Hight; Sampson, 2004).

Para além da linguagem fotográfica baseada nos direitos coloniais, como vemos, a fotografia também foi definida neste contexto como um testemunho verdadeiro do que estava sendo retratado, ou seja, “uma fotografia [equivalia] a uma prova incontestável de que determinada coisa aconteceu” (Sontag, 2004, p. 16). No contexto das fotografias coloniais, esta natureza de “mimeses perfeita do real” foi ainda mais impactante, na medida em que a realidade das colônias, suas paisagens, quem ali habitava e quais atividades ali se desenvolviam, para a maioria da população metropolitana, só poderia ser vista através das imagens fotográficas, sobretudo aquelas veiculadas nas revistas ilustradas que, no início do século XX, haviam conquistado um importante espaço entre o público metropolitano. No entanto, a fotografia como meio privilegiado de representação da realidade não era assim entendida somente na esfera pública. Como nos interessa demonstrar a seguir, a fotografia servia também de base para a constatação inegável de um fato nas mãos dos poderes imperiais e na esfera diplomática entre eles e, no caso que nos aqui nos toca, particularmente as fotografias que expunham atrocidades foram os meios destacados na elaboração do Blue Book para a comprovação dos abusos cometidos pelos alemães na África de Sudoeste. A força da fotografia de atrocidade ganha, nesse contexto, contornos importantes na medida em que ela tende a se tornar mais impactante do que as descrições verbais apresentadas no relatório. De fato, ainda hoje, quando nos referimos a fotografias de guerra ou fotografias hu-

²² Cf.: TAGG, 1988.

²³ Cf.: MATOS, 2014; KRACHENSKI, 2022.

manitárias,^[24] seu peso reside justamente na força que tais imagens têm em condensar a dor do outro e servir como provas incontestes dos abusos de um grupo contra outro ou de uma nação contra outra. As fotografias de atrocidade, em particular, se tornam não meros argumentos, mas fatos inegáveis: quem as observa, as toma como provas irrefutáveis dos crimes e violações que elas denunciam.^[25]

No entanto, nos seus usos ao longo da diacronia histórica, a fotografia de atrocidades coloniais não esteve fadada a ser unicamente uma prova irrefutável de algum abuso. Entre o apelo de imagens chocantes para campanhas humanitárias, tal como a Lanterna Mágica de Alice Seely Harris sobre as atrocidades no Congo,^[26] a fotografia de atrocidade em contexto colonial também serviu para expor os troféus da colonização aos olhos dos colonizadores. Se a fotografia de atrocidade funcionava como um troféu — “a captura pornográfica da violência pelos e para os perpetradores” — ou se ela funcionava como um apelo — “a crença de que somente tornando-se visíveis, os abusos cessariam” (Brager, 2020, p. 214) dependia necessariamente dos seus contextos de distribuição e circulação.

Um dos exemplos mais emblemáticos de imagens de atrocidade como troféu da colonização foi um cartão-postal que circulou no período da guerra colonial na África de Sudoeste (1904-1908), no qual retrata-se três soldados alemães encaixotando dezenas de crânios de hereros mortos em batalha ou no campo de concentração de *Shark Island* para envio ao Instituto de Patologia da Universidade de Berlim.^[27] A gravura que ilustra este cartão-postal representa não só as atrocidades cometidas durante a guerra, mas a continuidade da barbárie sobre os corpos já mortos que servem, agora, como objetos para pesquisas científicas. Aos nossos olhares contemporâneos, perguntamo-nos como é possível que tal imagem tenha sido selecionada para figurar em um cartão-postal, objeto por excelência de comunicação entre pessoas queridas, amigos e familiares, um gesto que quer

²⁴ A fotografia humanitária é definida como “a mobilização da fotografia a serviço de iniciativas humanitárias através das fronteiras entre os Estados”. Recentemente a historiografia internacional vem dando atenção a diversos movimentos humanitários que se utilizaram da fotografia como principal instrumento para suas denúncias. Cf.: FERENHBACH; RODOGNO, 2015.

²⁵ Cf.: SONTAG, 2003; PROSSNER, 2012

²⁶ Cf.: JERÓMINO, 2014, PEFFER, 2008; SEALY, 2019; TWOMEY, 2015, sobre as fotografias de Alice Seely Harris sobre as atrocidades no Estado Livre do Congo.

²⁷ *Soldaten beim Verpacken menschlicher Schändel in Transportkisten*“, Bild n. 30005114, BPK Bildagentur.

dizer “estou aqui e lembrei de você”. Ora, nossa sensibilidade visual hoje crê espantoso que uma imagem que condensa as atrocidades da guerra colonial seja eleita para ilustrar uma mensagem de carinho e conexão entre sujeitos. No entanto, compreendendo que a sensibilidade visual é ela mesma uma variável histórica, à época de confecção e circulação deste postal esta gravura não denotava as barbáries da guerra, mas expressava os bravos feitos dos soldados alemães na defesa de seu território colonial contra os rebeldes nativos, além de evidenciar o desenvolvimento científico da nação alemã. Dessa forma, esta gravura era vista e compreendida (pelo colonizador) como a imagem da superioridade bélica/militar e científica/epistemológica dos agentes coloniais.

Diferentemente desta e de outras imagens-troféus, as imagens de atrocidades contidas no *Blue Book* se enquadram no que Brager definiu como imagem-apelo, ou seja, têm como função — dado seu contexto de circulação — a denúncia da violência colonial alemã. Como afirmamos anteriormente, um dos principais objetivos do Relatório era demonstrar que a Alemanha conduzia atividades ilegais e abusivas no território da África de Sudoeste. Tal objetivo, contudo, como afirmam os autores do Relatório, nada teria de parcial, mas seria baseado em “evidências documentadas” através de relatos de sobreviventes, análise de documentos alemães e fotografias (*Blue Book*, 1918, p. 5). Através da narrativa elaborada neste documento, ficaria provado que:

[...] o alemão como colonizador foi um fracasso. Ele nunca mostrou a menor disposição para aprender o ponto de vista do nativo ou para adaptar suas ideias aos costumes e hábitos já estabelecidos [...] Seu único objetivo parecia, assim que ele se sentiu forte o suficiente, tirar a maior vantagem possível da simplicidade desse povo e despojá-lo completamente (*Blue Book*, 1918, p. 14, tradução nossa).

Segundo Christina Twomey, a rivalidade interimperial do contexto pós-Primeira Guerra era geradora de narrativas de atrocidade tal qual explicitada pelo Relatório (2011, p. 202). Se o documento apresentava de forma explícita que o alemão era incapaz de possuir colônias, na medida em que sua gestão era demasiadamente brutal e violenta, implicitamente o relatório

apontava para a superioridade moral do colonialismo britânico. Também se utilizando da retórica das “evidências documentadas”, os autores do *Blue Book* apresentam indícios de que os nativos da África de Sudoeste não queriam a restituição do território aos alemães e, inclusive, eram desejosos de serem súditos dos britânicos, na medida em que estes seriam “mais justos” com as populações locais (*Blue Book*, 1918, p. 291-297).

É nessa conjuntura discursiva que as quatorze fotografias que compõem o *Blue Book* podem ser identificadas como imagem-apelo ou imagem-testemunho. Da mesma forma como os depoimentos de sobreviventes nativos eram apresentados no documento como testemunhos categoricamente válidos, na medida em que eram falas diretas e não mediadas daquela violência brutal,^[28] as fotografias participavam desta construção narrativa que partia da “realidade” e não de intermediários — ora esta realidade era apresentada no relatório pela via do testemunho oral, ora pelo caminho da visualidade. Fazendo referências ao contexto da guerra colonial entre alemães versus hereros e namas entre os anos de 1904 e 1908, aos autores do relatório é necessário afirmar a todo momento que as autoridades inglesas e sul-africanas nada sabiam das barbáries cometidas na colônia alemã durante o período do conflito e só tomaram conhecimento do extermínio^[29] da população nativa após a invasão do território em 1915, quando, aí sim, tiveram acesso aos documentos comprobatórios de tais ações, bem como contato direto com os sobreviventes e familiares das vítimas. Voltamos aqui na constatação de Brager de que as imagens de atrocidades podem ter funções de troféus ou de apelos, a depender do seu enquadramento moral. De acordo com Bomholt-Nielsen, as percepções da violência colonial alemã pelos britânicos variaram conforme alteravam-se os contextos; temos então, duas posições distintas: uma entre 1904-1908 e outra em 1918 (Bomholt-Nielsen, 2017, p. 4).

²⁸ Importa-nos mencionar que ainda não há estudos satisfatórios que comprovem como os testemunhos orais dos nativos apresentados no *Blue Book* foram produzidos: não é claro se os extratos contidos no documento eram respostas a perguntas diretas dos agentes sul-africanos ou se eram partes editadas de narrativas mais completas; em quais condições se deram estes testemunhos; se foram depoimentos feitos em inglês ou traduzidos de algum outro idioma e, se sim, de qual língua etc.

²⁹ Ainda que, evidentemente, o Relatório não fale em genocídio dos povos Herero e Nama — justamente porque tal conceito seria cunhado somente em 1945 por Raphael Lemkin —, a introdução do documento menciona explicitamente três ações do que chamamos hoje como atitudes genocidárias: *extermínio, massacres e destruição organizada* (*Blue Book*, 1918, p. 3).

Apesar da retórica oficial expressa pelo *Blue Book* afirmar que o poderio imperial inglês nada sabia do que acontecia na colônia alemã vizinha durante a guerra, a documentação arrolada pela historiografia recente demonstra que haviam vários indícios de que os britânicos andavam bem informados sobre o que ocorria na África de Sudoeste no momento do confronto bélico. Já em 1905, o adido militar britânico Frederick Trence é enviado à África de Sudoeste para relatar ao alto comando britânico na Cidade do Cabo e em Londres sobre as movimentações das *Schutztruppe* no território e verificar se tais ações poderiam oferecer preocupações aos interesses dos territórios britânicos na União Sul Africana. Conforme análise da documentação feita por Mads Bomholt-Nielsen, os relatórios de Trence ofereciam informações detalhadas sobre o que se desenrolava neste território. O autor afirma, inclusive, que os documentos do adido militar “permanecem sendo uma das evidências mais profundas e irrefutáveis os horrores” dos campos de concentração em Windhoek e *Shark Island* (Bomholt-Nielsen, 2021, p. 162). Além dos relatórios de Trence, Bomholt-Nielsen identificou vasta correspondência nos arquivos do Colonial Office entre oficiais destacados que discutiam as incertezas sobre o conflito na colônia alemã e como ele poderia impactar nos territórios coloniais britânicos, em especial o receio que os oficiais do Cabo tinham de uma possível invasão alemã à União Sul-Africana e um subsequente recrutamento de soldados bôeres a serviço dos alemães — o que desestabilizaria sensivelmente o projeto em marcha de harmonia entre as elites africâneres e inglesas da União (Bomholt-Nielsen, 2017, p. 9).

Para além de documentos trocados pela *intelligentsia* britânica no Cabo e na metrópole, Bomholt-Nielsen aponta para ações efetivas tomadas pelos ingleses durante a guerra colonial na África de Sudoeste Alemã. Segundo o autor, tais ações eram, a princípio, contraditórias, na medida em que, ao mesmo tempo em que as autoridades sul-africanas e inglesas recebiam refugiados hereros e namas na União Sul-africana e em Botswana^[30] os britânicos no Cabo relatavam aos alemães algumas movimentações dos rebeldes nativos, permitiam que os alemães armazenassem armas e muni-

³⁰ Cf.: GEWALD, 2002.

ções em seu território, além de haver relatos de soldados voluntários do Império Britânico — do Cabo à Austrália — que se juntaram às *Schutztruppe* (Bomholt-Nielsen, 2021, p. 172). No entanto, conforme afirma o autor, não se pode afirmar que havia uma política direta de auxílio aos alemães durante a guerra colonial. Ao contrário, a colaboração com o poder metropolitano fronteiriço era muito mais pontual e as tomadas de decisão não eram uma política das autoridades londrinas, mas situações limitadas a determinadas informações ou movimentos que estivessem dentro dos interesses britânicos. De forma geral, Bomholt-Nielsen denomina a relação anglo-germânica durante a guerra colonial de neutralidade amigável, tendo em vista que esta posição era a que mais convinha aos interesses econômicos dos ingleses na região (2021, p. 169-170). Auxílio pontual ou política de colaboração direta, o que nos interessa ressaltar aqui é que em qualquer posicionamento adotado pela Grã-Bretanha frente aos acontecimentos na África de Sudoeste Alemã, as autoridades britânicas possuíam informações relativamente detalhadas sobre a violência das *Schutztruppe* durante a guerra, bem como sobre o tratamento das populações locais pelos alemães.

Já na narrativa construída pelo *Blue Book*, a posição dos britânicos durante a guerra colonial alemã é apresentada como a de um espectador desinformado de qualquer fato de abuso da violência colonial alemã. Os autores do relatório afirmam, com certo espanto, que fora do território da África de Sudoeste muito pouco se sabia sobre o que ali ocorria por conta das políticas alemãs de isolar o território, mantendo colonos de outras nacionalidades afastados de sua colônia (Blue Book, 1918, p. 4). A narrativa do *Blue Book*, dessa forma, se configura aos olhos do historiador como um documento ambíguo: da mesma forma que o relatório é, inegavelmente, um importante documento sobre os abusos cometidos durante a gestão colonial alemã no território, ele também é um documento com finalidades propagandísticas no contexto pós-Primeira Guerra para garantir o mandato deste território colonial nas mãos dos ingleses e dos sul-africanos.^[31] As fotografias aí contidas, necessariamente,

³¹ Importa-nos deixar claro que nosso interesse é justamente demonstrar as complexidades e ambivalências do *Blue Book* e não reduzi-lo a um documento de provas neutras, nem tampouco a um mero instrumento de propaganda sem credibilidade. Seguindo a leitura de Jeremy Silvester e Jan-Bart Gewald, compreendemos que as evidências contidas no Relatório devem ser tomadas a partir do entendimento

também participam dessa função que oscila entre um testemunho direto do real e um instrumento para alavancar a retórica da Liga das Nações.

Aqui, as fotografias de atrocidades têm como função explícita a imagem-apelo, na medida em que expõem de forma gráfica o sofrimento dos hereros nas mãos da administração colonial alemã. As fotografias retratam desde enforcamentos (Blue Book, plate 1, plate 2, plate E.1) — descritos largamente ao longo do relatório como um dos métodos de execução mais utilizados pelos alemães para punir os rebeldes — até retratos de lacerações corporais permanentes causadas pelos castigos infligidos pelos fazendeiros alemães (Blue Book, plate 4, plate 5). Além de tais imagens, o apêndice do documento contém uma série de fotografias sobre os instrumentos utilizados pelos alemães para castigos corporais (chicotes, correntes para os prisioneiros etc.).

Uma fotografia contida no *Blue Book*, no entanto, destaca-se das demais: a figura número 3 representa um grupo de prisioneiros hereros muito magros e debilitados pelos castigos. Na legenda que acompanha a imagem no Relatório, indica-se somente a situação desses sujeitos como prisioneiros. Na legenda, lemos: “hereros retornando famintos do deserto, para o qual eles foram levados pelos alemães. Duas mulheres são incapazes de ficar em pé” (Blue Book, plate 3 – tradução nossa). Esta fotografia se destaca das demais por ser, possivelmente, a fotografia do Relatório que mais circulou como imagem das atrocidades alemãs na colônia da África de Sudoeste.^[32] Tornamos a encontrá-la em dois outros arquivos visuais: o arquivo de imagens da Sociedade Colonial Alemã, da Universidade de Frankfurt, na Alemanha, e no arquivo da Biblioteca Sam Cohen, em Swakopmund, na Namíbia. Contudo, em ambos os arquivos, a legenda da fotografia refere-se a uma situação distinta daquela apresentada pelo *Blue Book*: faz-se menção ainda ao contexto da guerra colonial e aos abusos, mas, ao invés de este grupo ser apresentado como sujeitos que voltavam do deserto de Omaheke, nos

de que tal documento se encontra neste lugar indefinido, servindo como provas dos abusos coloniais alemães ao mesmo tempo em que promovia um discurso vinculado ao contexto pós-guerra na Europa de enfraquecimento do poder geopolítico da Alemanha. Cf.: SILVESTER; GEWALD, 2003.

³² Em 2021, quando do reconhecimento do genocídio dos hereros pelo governo alemão, as matérias de jornais que relataram tal fato se utilizaram largamente desta imagem, sem a devida referência aos arquivos.

arquivos afirma-se que este é um grupo de prisioneiros vindo dos campos de concentração para trabalho forçado nas ferrovias. ^[33]

O conhecimento fragmentário ao qual somos expostos quando analisamos estas fotografias refere-se ao fato de sabermos muito pouco sobre sua procedência. Da mesma forma que não temos informações satisfatórias sobre os depoimentos orais apresentados no relatório, este documento não menciona particularidades das fotografias, antes as toma como ilustrações dadas sobre os acontecimentos. Jan-Bart Gewald, no entanto, argumenta que as imagens do *Blue Book* são fotografias produzidas pelos próprios alemães para um possível julgamento sobre o tratamento dos nativos durante a guerra (Gewald *apud* Hayes; Silvester; Hartmann, 2001, p. 14). Tomando a hipótese de Gewald, entendemos que as fotografias do *Blue Book* foram resignificadas: de fotografias produzidas pelos próprios perpetradores para uma possível apuração interna dos fatos, estas imagens passaram a se constituir como evidências dos maus-tratos alemães à população herero e a justificar o confisco das colônias alemãs pelos poderes mandatários da Liga das Nações.

Implicitamente, contudo, as imagens do *Blue Book* possuem ainda uma segunda função: para além da imagem-testemunha, as fotografias também trabalham como imagem-propaganda, na medida em que, ao denunciarem os abusos alemães, cotejadas com a narrativa do documento, essas imagens passam a ser evidências também da superioridade moral da colonização inglesa. Ao mesmo tempo em que elas explicitam o que os alemães fazem, elas transmitem uma mensagem do que os ingleses jamais fariam — por isso o dever da denúncia. Tal como afirmou Mark Sealy, as imagens de cunho humanitário do início do século XX podem ser lidas sob o prisma de que se desejava expor os abusos não para a libertação dos povos africanos, mas para a construção idealizada de um poder colonial moralmente superior (Sealy, 2019, p. 8). De fato, tal como observamos no caso da Campanha de Reforma pelo Congo, em 1905, as denúncias das atrocidades não questionavam o colonialismo *tout court*, mas enfatizavam os desvios cometidos pelo regime de Leopoldo II naquele território. No caso das denúncias feitas pelo *Blue Book*, também não se discu-

³³ “aus dem Felde kommende hereros melden sich beim Bahnbau als Gefangene”. Koloniales Bildarchiv. Universidade de Frankfurt. Swakopmund. Coleção Sam Cohen Library.

tia a violência intrínseca ao modelo colonial, mas apontava-se para os exageros cometidos pelos alemães. A solução para ambos os casos — que tiveram na fotografia um instrumento fundamental na comprovação das acusações — foi, justamente, mais intervenção colonial — no primeiro caso, o Congo leopoldiano passa a ser oficialmente colônia da Bélgica, enquanto que a África de Sudoeste passa do controle alemão para o controle colonial sul-africano.^[34]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ariella Azoulay afirmou que as câmeras fotográficas são um produto do regime visual do imperialismo (2019a, p. 135). De fato, como se sabe, a fotografia tem um vínculo profundo com os padrões de soberania colonial ao basear-se nos direitos coloniais na construção da especificidade de sua linguagem, conforme apontamos anteriormente. No entanto, ao analisar as imagens veiculadas pelo *Blue Book* e o caráter fragmentário e não-definido de sua natureza, precisamos complexificar o debate acerca da fotografia em contexto colonial. As imagens aqui tomadas como ponto de partida para a análise nos impõem avaliar como um mesmo regime visual pôde servir, ao mesmo tempo, para a propaganda colonial e para as denúncias aos abusos do colonialismo. O fato de que um poder colonial se utilizava da fotografia não só para idealizar seu projeto colonial, mas também para apontar as barbáries de seus rivais, não pode ser entendido somente como mais uma peça do xadrez colonial, mas também nos traz indícios das fissuras dos regimes e das ideologias coloniais.

Ainda que, conforme afirmamos, o uso das imagens de atrocidade no *Blue Book* não contivesse uma denúncia aos males do colonialismo como um regime político, elas por vezes extrapolaram os limites da narrativa do Relatório e foram utilizadas como provas de crimes contra a humanidade cometidos em nome do Império, não só no contexto do início do século XX, mas no nosso próprio presente histórico elas servem exatamente a este propósito.

Para além disso, ainda que tal regime visual tenha se constituído discursivamente como uma estrutura homogênea, as fissuras neste regime são perceptíveis também pelo fato de que as evidências

³⁴ Cf.: BARGUEÑO, 2011.

fotográficas não eram tomadas por todos os agentes como uma verdade indisputável. Exemplo desta constatação é o fato de que, após a publicação do Blue Book em 1918, o governo alemão produziu o chamado Weisse Buch, em 1919, que tinha como objetivo não só acusar os britânicos de maus-tratos com suas populações coloniais — também se utilizando de imagens, em sua maioria gravuras —, mas também colocar em xeque as alegações contidas no Blue Book, inclusive deslegitimando as evidências visuais como construções a posteriori dos sul-africanos.

Uma outra provocação feita também por Ariella Azoulay é a de que devemos buscar compreender não só como a fotografia se tornou um meio privilegiado de registrar episódios de destruição, mas como ela participou da destruição (2019a, p. 123). Pensar sobre como a fotografia do Blue Book participou da destruição das sociedades nativas da África de Sudoeste escapa a este trabalho, mas podemos afirmar que a visualidade contida no relatório teve um impacto na destruição da Alemanha como poder imperial, na medida em que foi através da concepção da fotografia como uma verdade incontestável que se pôde sustentar o discurso de uma metrópole que desviava-se dos reais intentos da colonização, tal como se sugeria pelo Tratado da Conferência de Berlim.

Como procuramos demonstrar, os potenciais de trabalho com os regimes visuais do colonialismo desvelam-se lentamente aos olhos dos historiadores. O estudo da história visual do imperialismo em África se fortalece nacional e internacionalmente e nos auxilia a pensar os modos e os impactos do colonialismo dentro e fora do eixo África-Europa e, além disso, nos permite não só atestar a construção da ideia colonial, mas também nos permite vislumbrar como tal visualidade pode ser agente de uma contra-história do colonialismo, evidenciando suas fissuras, fraquezas e usos diversos a depender dos agentes envolvidos na sua produção e circulação.

Referências

FONTES:

Koloniales Bildarchiv, Uni-Frankfurt.

Coleção Sam Cohen Library, Swakopmund.

Bildarchiv Preussischer Kulturbesitz – Bildagentur online.

BIBLIOGRAFIA:

AZOULAY, Ariella. Desaprendendo as origens da fotografia. **Zum – Revista de Fotografia do Instituto Moreira Salles**, São Paulo, n. 17, out. 2019. Disponível em: <https://revistazum.com.br/revista-zum-17/desaprendendo-origens-fotografia/>. Acesso em: 17 nov. 2023.

AZOULAY, Ariella. **Potential History: unlearning imperialism**. Londres: Verso, 2019.

BARGUEÑO, David. Humanitarianism in the age of Empire: Deutsche Südwestafrika and the État Indépendant du Congo. **Journal of Namibian Studies: history, politics, culture**, [s.l.], n. 9, p.17-60, 2011. Disponível em: <https://namibian-studies.com/index.php/JNS/article/view/59>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BOMHOLT-NIELSEN, Mads. Selective Memory: british perceptions of the Herero-Nama genocide, 1904-1908 and 1918. **Journal of Southern African Studies**, [s.l.], v. 43, n. 2, 2017.

BOMHOLT-NIELSEN, Mads. **As bad as the Congo? British perceptions of colonial rule and violence in Anglo-German Southern Africa, 1896-1918**. Tese (Doutorado em **INFORMAR**) – King's College London, 2021.

BRAGER, J. B. The trophy and the appeal: colonial photography and the ghosts of witnessing in German Southwest Africa. **Refract: an open access visual studies journal**, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 213-239, 2020. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/2r58110h#main>. Acesso em: 12 set. 2023.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Da diáspora branca na África austral (1914). **e-hum: revista científica das áreas de Humanidades do Centro Universitário de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 77-88, ago.-dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1594/1274>. Acesso em: 23 ago. 2023.

EVANS, Andrew. Capturing race: anthropology and photography in German and Austrian prisoner of war camps during World War I. In: HIGHT, E.; SAMPSON, G. (orgs.) **Colonialist photography: imagining race and place**. Londres: Routledge, 2004.

FERENBACH, Heide; RODOGNO, Davide. The morality of sight: humanitarian photography in History. In: FEHRENBACH, H; RODOGNO, D. (orgs.) **Humanitarian photography: a history**. Nova York: Cambridge University, 2015.

GENERAL ACT OF THE BERLIN CONFERENCE ON WEST AFRICA. Berlin: [s.n.], 1885. Disponível em: <https://loveman.sdsu.edu/docs/1885GeneralActBerlinConference.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2023.

GEWALD, Jan-Bart. "I was afraid of Samuel, therefore I came to Sekgoma": Herero refugees and patronage politics in Ngamiland, Bechuanaland Protectorate, 1890-1914. **Journal of African History**, [s.l.], v. 43, n. 2, p. 211-234, 2002. Disponível em: <https://www.ascleiden.nl/publications/i-was-afraid-samuel-therefore-i-came-sekgoma-herero-refugees-and-patronage-politics>. Acesso em: 23 ago. 2023.

HAYES, Patricia; SILVESTER, Jeremy; HARTMANN, Wolfram (orgs.). **The colonising camera: photographs in the making of Namibian history**. Cape Town: Cape Town University, 2001.

HIGHT, Eleanor; SAMPSON, Gary. Photography, race and post-colonial theory. In: _____. (orgs.). **Colonialist photography: imagining race and place**. Londres: Routledge, 2004.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira. As provas da civilização: fotografia, colonialismo e direitos humanos. In: VICENTE, F. L. (org.). **O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (18930-1960)**. Lisboa: 70, 2014.

KRACHENSKI, Naiara. Dominar, Colonizar, Classificar: colonialismo alemão, fotografia e racismo (1884-1943). São Paulo: Dialética, 2022.

LANDAU, Paul. Empires of the visual: photography and colonial administration. In: KASPIN, D; LANDAU, P. (orgs.). **Images and Empires: visuality in colonial and postcolonial Africa**. Los Angeles: University of California, 2002.

MATOS, Patrícia Ferraz. A fotografia na obra de Mendes Correia (1888-1960): modos de representar, diferenciar e classificar. In: VICENTE, F. L. (org.). **O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: 70, 2014.

PEFFER, John. Snap of the whip - Crossroads of shame: flogging, photography and the representation of atrocity in the Congo Reform Campaign. **Visual Anthropology Review**, v. 24, 2008.

PINNEY, Christopher. **Photography and Anthropology**. Londres: Reaktion Book, 2011.

PROSSNER, Jay *et al.* **Picturing atrocity: photography in crisis**. Londres: Reaktion Book, 2012.

RYAN, James. Fotografia Colonial. In: VICENTE, F. L. (org.). **O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: 70, 2014.

SEALY, Mark. **Decolonising the camera: photography in racial time**. Londres: Lawrence & Wishart, 2019.

SILVA, Cristina Nogueira da. O registro da diferença: fotografia e classificação jurídica das populações coloniais (Moçambique, primeira metade do século XX). In: VICENTE, F. L. (org.). **O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)**. Lisboa: 70, 2014.

SILVESTER, J.; GEWALD, J. B. Footsteps and tears: an introduction to the construction and the context of the 1918 Blue Book. *In: Words cannot be found: german colonial rule in Namibia*. Leiden: Brill, 2003.

SILVESTER, Jeremy. **Changing History: World War I and Namibia**. Windhoek: Museums Associations of Namibia, 2015.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

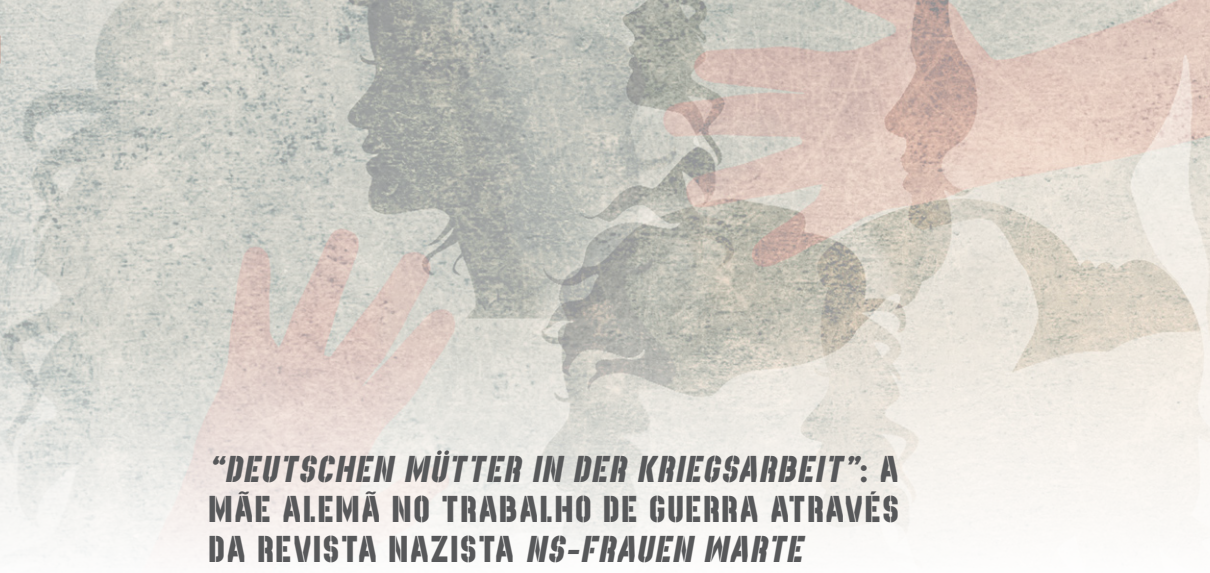
TAGG, John. **The burden of representation: essays on photography and histories**. Londres: Macmillan Education, 1988.

TWOMEY, Christina. Atrocity narratives and inter-imperial rivalry: Britain, Germany and the treatment of native races, 1904-1939. *In: CROOK, T.; GILL, R.; TAITHE, B. (orgs.). Evil, barbarism and Empire: britain and abroad, 1830-2000*. Londres: Macmillan Palgrave, 2011.

TWOMEY, Christina. "Framing atrocity: photography and humanitarianism" *In: FEHRENBACH, Heide; RODOGNO, Davide (orgs.). Humanitarian photography: a history*. Nova York: Cambridge University, 2015.

UNION OF SOUTH AFRICA. **Blue Book - Report on the natives of South-West Africa and their treatment by Germany. Prepared by the Administrator's Office, Windhuk, South-West Africa, January 1918**. Londres: H.M. Stationary Office, 1918. Disponível em: <https://wellcomecollection.org/works/sxfn6baq/items>. Acesso em: 17 nov. 2023.

VICENTE, Filipa Lowndes. Que imagens contam o que foi a Grande Guerra? *In: JERÓNIMO, M. B. (org.). Portugal e a Grande Guerra: contextos e protagonistas*. Lisboa: 70, 2015.



“DEUTSCHEN MÜTTER IN DER KRIEGSARBEIT”: A MÃE ALEMÃ NO TRABALHO DE GUERRA ATRAVÉS DA REVISTA NAZISTA *NS-FRAUEN WARTE*

ZULEIDE MARIA MATULLE ^[35]

O presente texto tem como objetivo produzir algumas reflexões sobre o papel das mulheres alemãs, racialmente aceitas, sob regime nacional-socialista, sobretudo, no contexto da Segunda Guerra Mundial. Toma-se como fonte uma revista feminina, ilustrada, chamada *NS-Frauen Warte* (1935-1945), publicada pelo nacional-socialismo, que se encontra disponível no sítio virtual da *Universitätsbibliothek Heidelberg* – Biblioteca da Universidade de Heidelberg, em Heidelberg, na Alemanha e no Arquivo de Propaganda Germânica da Calvin University nos Estados Unidos.^[36]

O objetivo é problematizar como o discurso propagado pela revista *NS-Frauen Warte* revela o papel das mulheres alemãs no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para isso, inicialmente, a *NS-Frauen Warte* é apresentada em diálogo com a historiografia que trata do tema da propaganda nazista e de periódicos como fonte de pesquisa. Na sequência é oferecido aos leitores eleitoras uma discussão sobre a maternidade como uma política nacional-socialista, que tinha como objetivo a reprodução da raça ariana para o futuro da Alemanha. Automaticamente a discussão recai sobre o papel dessas mulheres, mães, no contexto da Guerra, sobretudo, o discurso de mobilização para o trabalho de guerra, o chamado *kriegsarbeit*.

³⁵ Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus União da Vitória.

³⁶ Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte>. Acesso em: 27 out. 2023.

A metodologia empregada nessa pesquisa foi a análise de conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011). A análise de conteúdo promove a desconstrução do conteúdo das fontes e o seu reagrupamento a partir de outra perspectiva, o que possibilita uma leitura mais abrangente do fenômeno estudado, no caso, a maternidade e a mobilização das mulheres para o esforço de guerra.

Essa discussão se justifica pela importância de problematizar a influência de um governo, nesse caso, totalitário, nas questões relacionadas a maternidade, ao corpo das mulheres, ao nascimento de crianças, desejadas e indesejadas, nas relações de gênero. Espera-se, modestamente, que essas poucas páginas provoquem alguma inquietação nos leitores e leitoras, que fomentem debates e a compreensão deste período importante da história contemporânea.

NS-FRAUEN WARTE: UMA REVISTA FEMININA DE PROPAGANDA NAZISTA

Uma primeira questão a se destacar em relação a *NS-Frauen Warte* é que ela é uma revista ilustrada, na qual os editoriais dividiam espaço com imagens e fotografias. Trata-se de uma revista produzida em um contexto de desenvolvimento tecnológico e apelo visual promovidos na Alemanha. Nas décadas de 1920 e 1930, ou seja, no contexto pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e República de Weimar (1918-1933), houve um *boom* de revistas ilustradas na Alemanha. Ana Amado de Freitas (2013) informa que os primeiros anos da República de Weimar são marcados pelos traumas de Guerra, perdas humanas e instabilidade política, social e econômica.

Entretanto, mudanças podem ser pontuadas ao longo da década de 1920. A Alemanha experimentou uma fase de efervescência cultural, de significativa produção artística e intelectual. Ocorreram, por exemplo, diversas inovações tecnológicas no que diz respeito a fotografia e a reprodutibilidade da imagem com qualidade. Fomentou-se uma cultura visual baseada em imagens que tinham a função de fornecer entretenimento, apelar para o consumo e informar a população.

Outra questão importante é que a *NS-Frauen Warte* foi uma revista que circulou no contexto da ascensão do nacional-socialismo na Alemanha. Trata-se de uma revista diretamente ligada a máquina de

propaganda nazista, colocada em prática para a conquista do apoio das massas. A propaganda desempenhou papel central no nacional-socialismo. Paula Diehl (1996) destaca que sem a propaganda "é impossível se pensar o mundo totalitário". A propaganda nazista foi "a principal base do partido, sendo responsável tanto pela convenção dos simpatizantes como pela manutenção da ordem artificial criada por ele" (Diehl, 1996, p. 81).

Uma terceira questão importante é que está se falando de uma revista direcionada as mulheres, identificada como a "única revista oficial feminina nacional socialista" (NS-Frauen Warte, 1935, p. 01). Segundo Christine Syré a revista era dirigida "às mulheres nacional-socialistas de todas as classes ou aquelas que ainda poderiam se tornar mulheres nazistas". Seu principal objetivo era "familiarizar as mulheres com as ideias nacional-socialistas e a política feminina do NSDAP – sem polimento, mas com muito entusiasmo e pressão moral".^[37]

Seguindo as considerações de Tânia Regina de Luca (2011), quando aponta o uso de jornais e revistas na pesquisa histórica, podemos dividir metodologicamente os exemplares da revista em pelo menos três partes: capa, páginas iniciais e finais. As capas chamam atenção pelo leiaute e se constituem em um material rico para a pesquisa. No que diz respeito ao interior da revista, nas primeiras páginas, encontram-se editoriais, com textos e imagens que falam sobre temas relevantes do nacional-socialismo as mulheres. Nas páginas finais, a revista publicava conselhos sobre moda feminina, apresentava modelos de roupas e o itinerário para confeccioná-las. Além disso, havia conteúdos de culinária e a existência de um mercado. Em suas páginas há um espaço significativo para publicidade de produtos cosméticos, higiene pessoal, medicamentos, acessórios femininos e produtos para o cuidado da casa. Havia, por exemplo, propagandas dos mais recentes equipamentos para auxiliar o trabalho das mulheres nos cuidados com a casa. Além da publicidade havia, ainda, conteúdos de entretenimento como textos sobre os filmes lançados, publicação de trechos de romances e competições realizadas pela revista com o público leitor por meio de correspondências.

³⁷ Disponível em: <https://industriemuseum.lvr.de/de/startseite.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

A *NS-Frauen Warte* era publicada quinzenalmente, editada na cidade de *München*, no sul da Alemanha. A revista variava entre trinta e quarenta páginas por edição. Porém, no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sobretudo, a partir de 1943, o número de páginas passou a oscilar um pouco, bem como o número de edições publicadas mensalmente. Essas oscilações são facilmente explicadas pelo desenrolar do conflito e a derrocada da Alemanha na Guerra.

O preço pago pela revista era de vinte e sete *Pfennig*. Quando enviada diretamente ao domicílio o custo era de trinta *Pfennig*.^[38] Isso significa dizer que se adquiria a revista por um preço razoavelmente baixo. Esse valor pode ser pensado em relação a necessidade de popularização da revista. Trata-se de um material de propaganda, editada para ser de grande alcance entre o público feminino. Isso se comprova quando observamos a tiragem da revista. Segundo informações apresentadas por Christine Syré, em meados da década de 1930, a revista teve a tiragem de cerca de 630 mil exemplares, chegando a 1,5 milhão logo após o início da Guerra.^[39]

Assim, a *NS-Frauen Warte* foi uma das revistas femininas mais populares no Terceiro *Reich*, a qual circulou dentro dos propósitos ideológicos da Alemanha nacional-socialista e que constitui em uma fonte de pesquisa riquíssima para problematização e produção de conhecimento histórico sobre os contornos de um regime totalitário e questões de gênero. Está se falando de uma revista com conteúdo nada desconectados da moral, da política, da ideologia nazista, como os artigos sobre maternidade e trabalho de guerra, problematizados na sequência.

A MATERNIDADE COMO FUNÇÃO DAS MULHERES NA ALEMANHA NACIONAL-SOCIALISTA

A maternidade foi uma questão importante na Alemanha sob regime nacional-socialista e objeto de forte discurso e propaganda na revista *NS-Frauen Warte*. Observemos um pouco dessa questão a partir das imagens expostas a seguir:

³⁸ *Pfennig*: moeda alemã utilizada de 1924 a 1948, substituída, depois, pelo marco alemão.

³⁹ Disponível em: <https://industriemuseum.lvr.de/de/startseite.html>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Figuras 1a e 1b: a) Capa e b) página da revista *NS-Frauen Warte* [edição maio 1936]



Fonte: Universitätsbibliothek Heidelberg, 1936.^[40]

Essas imagens fazem menção ao chamado *Muttertag*, o Dia das Mães. O Dia das Mães foi instaurado pela primeira vez na Alemanha em 1923. Começou a ser celebrado no dia 13 de maio, o que ocorreu por iniciativa da Associação dos Proprietários Floristas Alemães. Está se falando de uma comemoração ligada inicialmente a interesses comerciais. Nesse contexto associava-se a homenagem às mães, com a comercialização de flores. No ano de 1926 a comemoração do Dia das Mães foi transferida para a *Arbeitsgemeinschaft für Volksgesundung*.^[41] Com a ascensão do nacional-socialismo o Dia das Mães tornou-se feriado oficial na Alemanha, o que estava diretamente alinhado ao papel que as mulheres deveriam desempenhar nesse regime de governo.

Na primeira imagem, capa da revista de uma das edições de maio de 1936, é possível observar o título: *Mütter*, ou seja, *Mãe*. Trata-se da representação de uma mãe, ariana, em forma de estátua, que segura duas crianças nos seus braços. Abaixo há uma declaração atribuída a Adolf Hitler, a qual faz referência à

⁴⁰ Disponível em: https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1935_1936/0889/info,thumbs. Acesso em: 14 ago. 2023 [capa-figura 1a]; https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1935_1936/0890/info,thumbs. Acesso em: 14 ago. 2023. [página-figura 1b]

⁴¹ Grupo de trabalho para saúde pública.

nobreza das mulheres alemãs no seu papel de mães (NS-Frauen Warte, 1936).^[42]

A segunda imagem é uma gravura de Rudolf Schiest. Em primeiro plano é possível observar uma mulher que cuida de uma criança enquanto o homem trabalha em um campo. A gravura é acompanhada de um texto de título: *Deutsche Mütter*, que quer dizer *Mãe Alemã*. O texto destaca que a mãe alemã, "anda com as mãos em ordem pela casa, estando sempre lá! Ela pode transformar toda a dor, ela está sempre quente e perto". O texto segue apontando que seu "coração é o berço eterno, descanso para o filho dela. Ela luta por uma centena de vitórias e não precisa de uma espada. Ela anda de muitas formas e só tem um rosto!" (NS-Frauen Warte, 1936, p. 732, tradução nossa). É interessante perceber o jogo discursivo que há nessa inscrição, colocando a mulher como ativa no seu papel de mãe, que luta, que tem vitórias, que está sempre perto, que tem seu campo de ação.

Uma questão interessante a se notar na revista é a publicação de temas distintos, mas relacionados com a maternidade. É o caso das imagens expostas a seguir, que correspondem as capas de edições da revista de 1937 e 1939. Na primeira imagem, de 1937, vê-se a representação de cinco mulheres, jovens, que estão praticando exercícios físicos, com bola, em meio a uma área verde que está florida (NS-Frauen Warte, 1937). Na segunda, que corresponde à capa de uma edição do ano de 1939, a revista coloca em evidência uma representação de quatro mulheres, também muito jovens, que praticam exercícios de corrida, arremesso e com bola (NS-Frauen Warte, 1939). Trata-se de imagens que fazem menção ao cuidado do corpo, a saúde das mulheres por meio de exercícios físicos.

⁴² Disponível em: https://digi.ub.uniheidelberg.de/diglit/frauenwarte1935_1936/0889/info,thumbs. Acesso em: 14 ago. 2023 [capa-figura 1a].

Figura 2: Capa da revista *NS-Frauen Warte*.



Fonte: Universitätsbibliothek Heidelberg, 1937-1939.^[43]

Observa-se, contudo, que são apresentadas mulheres com corpos saudáveis, belos, sem nenhum tipo de marcas ou deformações. Isso não é feito de forma gratuita. As imagens reforçam estereótipos difundidos pela ideologia nazista em relação ao ideal feminino, ou seja, mulheres de pele branca, cabelos loiros e corpos atléticos. São características ligadas ao povo ariano, raça entendida como superior pela Alemanha nacional-socialista. Além disso, a educação física, a ginástica rítmica, por exemplo, eram atividades incentivadas para as mulheres pelo regime nazista. Na visão nazista um “corpo esportivo é um corpo fértil”, como destaca Claude Quézel (2009, p. 26). Portanto, incentivar a prática de exercícios regulares entre as jovens mulheres era cuidar de suas funções reprodutivas. Corroborando isso a legenda que acompanha a representação acima. Ela destaca que: “A vitória da vida é o sentido do mundo” (*NS-Frauen Warte*, 1939).

⁴³ Disponível em: <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/images/fw/fw7-25.jpg> Acesso em: 31 jan.2024 [capa-figura 2a].

Nesse contexto as mulheres eram encorajadas a terem muitos filhos como, por exemplo, a Sra R., destacada na revista, somente com as iniciais, em 1944, como "uma mulher ainda relativamente jovem e mãe de dez filhos com idades entre dezessete e alguns meses" (NS-Frauen Warte, 1944, p. 120, tradução nossa). A maternidade era incentivada de diferentes formas. A *MutterKreuz*, Cruz das Mães, era uma honraria, criada em 1938, fornecida as mulheres racialmente superiores que concebessem muitos filhos a Alemanha. Segundo Cinzia Romani (2001) uma mãe alemã racialmente aceita poderia receber essa honraria nas classes de bronze, prata e ouro. A medalha *Mutterkreuz* vinha forjada em bronze para as mães de quatro filhos, em prata no caso de seis filhos e em ouro após o oitavo filho.

Além disso, medidas estatais de viés econômico podem ser destacadas como incentivo à maternidade. Pode-se falar dos empréstimos matrimoniais, criado em 1933. Pagava-se uma quantia em dinheiro às famílias cujas mulheres tivessem deixado o emprego para se dedicar aos cuidados da casa após o matrimônio e dos filhos que este lhe traria. Um detalhe interessante, segundo Martin Kitchen (2009), é que para pagar o referido empréstimo, bastava que o casal tivesse filhos, a cada filho um quarto do empréstimo era pago automaticamente. Nesse contexto pode-se citar, ainda, os abonos de família, criados em 1936, pagos as famílias a partir do quinto filho e, dois anos mais tarde, a partir do terceiro filho" (Bock, 1991, p. 204).

A revista *Frauen Warte*, portanto, colocava em circulação um discurso ideológico sobre o papel das mulheres como mãe. Trata-se de uma lógica em que a maternidade era vista como característica natural do público feminino. As mulheres eram vistas como mães do *Volk*, as mães do povo alemão. O futuro da Alemanha dependia das mulheres, no seu papel natural como preservadoras da raça. Segundo a ideologia nazista o dever das mulheres era o de serem mães, assegurando por meio dos filhos e filhas, o futuro do Terceiro *Reich* (Bock, 1991).

É importante ressaltar que está se falando de uma maternidade restrita. Os discursos, as honrarias, os incentivos, os benefícios em prol da maternidade são marcados fortemente pelo racismo nacional-socialista, que dividia as pessoas entre superiores e inferiores, aceitos e não aceitos. As políticas direcionadas à maternidade

excluía, por exemplo, mulheres judias e as estrangeiras que pertenciam a povos racialmente inferiores, como as russas e polonesas que se encontravam na Alemanha (Bock, 1991). Portanto, o nacional-socialismo não reconhecia a maternidade como tarefa de todas as mulheres. Essa tarefa estava condicionada somente aquelas mulheres que pudessem dar a Alemanha filhos e filhas hereditariamente saudáveis. Trata-se de políticas assumidamente racistas, violentas, que separavam as pessoas, políticas que ditava as regras.

A MÃE ALEMÃ NO TRABALHO DE GUERRA

O discurso sobre a maternidade como função das mulheres para a sobrevivência e elevação da Alemanha esteve presente na revista ao longo de toda a década de 1930. Entretanto, é possível observar mudanças no discurso e, conseqüentemente, na propaganda nazista sobre o papel dessas mulheres racialmente aceitas. Isso pode ser observado nas imagens expostas a seguir, de edições da revista de 1943 e 1944.

Figuras 3a e 3b: Capas da revista *Frauen Warte*.



Fonte: Universitätsbibliothek Heidelberg, 1943.^{144]}

¹⁴⁴ Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1942/0237/image.info,thumbs>. Acesso em: 14 ago. 2023 [figura 3a]; Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1943/0173/image.info,thumbs>. Acesso em: 14 ago. 2023 [figura 3b].

Na primeira imagem, que corresponde a uma das edições de 1943, a revista apresenta em sua capa uma mulher que trabalha em uma máquina com a seguinte legenda: "As mulheres alemãs sempre lembram que a vida ou a morte de nosso povo está sendo decidida. A guerra total está na ordem do dia. Ajude a todos!" (NS-Frauen Warte, 1943, tradução nossa). Na capa de uma das edições de 1944, a revista destaca uma mulher trabalhando em uma fábrica que parece ser de materiais explosivos. Acompanha a fotografia uma legenda destacando que: "A guerra total requer um trabalho orientado, a dedicação de mulheres alemãs que nenhuma nação pode superar" (NS-Frauen Warte, 1944, tradução nossa). Percebe-se, portanto, que no período da Guerra as mulheres alemãs são representadas em outros espaços, no trabalho fabril. É possível notar uma mudança discursiva na revista.

Cabe abrir, aqui, um parêntese, para ressaltar que durante a Guerra a maternidade continuou a ser exaltada, como pode ser observado na figura 4. A revista, na edição de maio de 1944, referente ao Dia das Mães, publicou editoriais exaltando a maternidade. Na capa, há a representação de uma mãe, com uma criança pequena nos braços em um jardim florido, cuja legenda diz: "Mães, vocês carregam a Pátria" (NS-Frauen Warte, 1944, tradução nossa). Portanto, a função da mulher como mãe, continuou sendo exaltada e incentivada pela Alemanha através desse dispositivo de propaganda que era a revista NS-Frauen Warte.

Figuras 4a e 4b: a) Capa e b) página interior da revista NS-Frauen Warte.



Fonte: Universitätsbibliothek Heidelberg, 1944.^[45]

Entretanto, ao folhear a referida edição da revista nos departamentos com uma fotografia de duas mulheres, de idades distintas, que trabalham em uma máquina, que pode ser observada na figura 4b. Cabe ressaltar, nesse ponto, que a imagem é, sem dúvida nenhuma, um instrumento notável e muito eficaz de propaganda. Segundo Jean Marie Domenach (1963, p. 19) sua “percepção é imediata e não demanda nenhum esforço. Acompanhado de uma legenda, substitui vantajosamente não importa que texto ou discurso”. Nas palavras do autor, que discorre sobre as leis e técnicas da propaganda política, na imagem “resume-se a propaganda”.

Acompanha a fotografia um editorial de título: “*Deutschen mütter in der kriegsarbeit*”, que traduzindo pode ser entendido como: A mãe alemã no trabalho de guerra (NS-Frauen Warte, 1944, p. 120, tradução nossa). O editorial apresenta as experiências de algumas mulheres como, por exemplo, a “Sra. M. que já trabalhava em uma fábrica da *Maggon* durante a guerra de 1914/18”. Após o fim da guerra “cinco filhos foram gerados [...]”, em 1939, ela se ofereceu imedia-

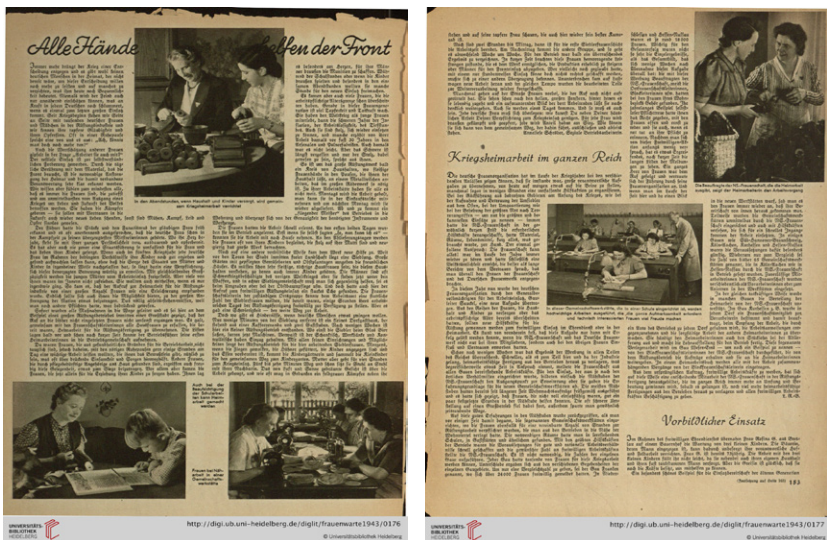
⁴⁵ Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1943/0144/image,info,thumbs>. Acesso em: 27 out. 2023. [figura 4a]; Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1943/0137/image,info,thumbs>. Acesso em: 27 out. 2023. [figura 4b].

tamente para o serviço de guerra na mesma fábrica e perguntou se poderia receber a mesma máquina [...]” (NS-Frauen Warte, 1944, p. 120, tradução nossa). Na mesma lógica a Sra. B., também com filhos adultos, conseguiu um emprego, em 1939, “na mesma empresa onde o marido trabalhava como operador de guindaste” (NS-Frauen Warte, 1944, p. 120, tradução nossa). Por fim, o editorial destaca a Sra. P., que “criou seus cinco filhos de maneira exemplar” e que “sempre cuidou de sua casa sem ajuda”. Em 1939, “ela, sendo informada de falta de força de trabalho [...] se ofereceu para trabalhar em condições difíceis” (NS-Frauen Warte, 1944, p. 120, tradução nossa).

Esse editorial enaltece mulheres, mães, que estavam atuando desde 1939, ou seja, desde o início da Guerra, em fábricas de armamentos espalhadas pela Alemanha. Essa mudança discursiva demonstra que o governo estava chamando as mulheres, mães, para o *kriegsarbeit*, ou seja, o trabalho de guerra. O conflito trouxe a Alemanha a necessidade de mão de obra. Segundo Claude Quétel (2006) no decorrer de 1943 e, principalmente, do primeiro semestre de 1944, a máquina de guerra nazista enlouquece, enviando dois milhões de operários alemães às frentes de batalha. Isso fez com que os homens tivessem que ser substituídos nos postos de trabalho. Percebe-se no discurso ideológico nazista, com o avançar da guerra e a derrocada da Alemanha, uma flexibilização em relação ao papel das mulheres. Elas deveriam atender ao chamado do *Reich* para o esforço guerra em outra frente.

O trabalho da guerra da mulher mãe, em prol da vitória da Alemanha, também poderia ser realizado nos espaços domésticos ou comunitários. Observemos essa questão um pouco mais de perto com a ajuda das imagens expostas a seguir, as quais correspondem a uma das edições de janeiro de 1944.

Figuras 5a e 5b: Páginas da revista NS-Frauen Warte.



Fonte: Universitätsbibliothek Heidelberg, 1944.^[46]

Na primeira imagem vê-se o título do editorial, a saber: *Alle Hände helfen der Front*, “Todas as mãos ajudam o front”. Divide espaço com o editorial fotografias de mulheres trabalhando. A primeira fotografia retrata duas mulheres, de diferentes idades, que estão trabalhando sobre uma mesa, com peças de armamento. A cena da fotografia remete a um ambiente doméstico, presumindo-se ser a própria residência. A fotografia é acompanhada da seguinte legenda: “A noite, quando a casa e as crianças estão cuidadas, elas fazem o dever de casa juntas” (NS-Frauen Warte, 1944, p. 152, tradução nossa). Abaixo é possível ver mais duas fotografias. A da esquerda retrata uma mulher auxiliando uma criança nos estudos. A fotografia tem como legenda: “A lição de casa também pode ser feita para supervisionar os trabalhos escolares”. Na fotografia à direita estão representadas algumas mulheres costurando, cuja legenda destaca: “Mulheres costurando em uma oficina comunitária” (NS-Frauen Warte, 1944, p. 152, tradução nossa).

⁴⁶ Disponível em: <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1943/0176/image.info> Acesso em: 31 jan 2024 [figura 5a]; <https://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/frauenwarte1943/0177/image.info> Acesso em: 31 jan 2024 [figura 5b].

Na segunda imagem outro editorial tem início com o título: *Kriegsheimarbeit im ganzen Reich (NS-Frauen Warte, 1944, p. 153)* [47] Abaixo há uma fotografia que retrata seis mulheres trabalhando sob a supervisão de um homem. Segundo a legenda trata-se também de uma oficina comunitária (NS-Frauen Warte, 1944, p. 153, tradução nossa). A fotografia acima retrata duas mulheres trabalhando com peças de armamento também em um ambiente doméstico. Essa fotografia tem como legenda: “A comissária do N. S. *Frauenschaft*, que emite o dever de casa, mostra à trabalhadora o processo de trabalho” (NS-Frauen Warte, 1944, p. 153, tradução nossa). A N. S. *Frauenschaft* quer dizer a Liga das Mulheres Nacional-Socialistas, organização feminina do Partido Nazista, criada em outubro de 1931. As mulheres ligadas a essa organização foram importantes na propaganda do ideal de mulher no *regime nazista*. Cabe ressaltar que a Liga das Mulheres Nacional-Socialistas foi a organização que atuou diretamente nessa modalidade de trabalho de guerra, ou seja, na produção fora das fábricas, se dedicando, por exemplo, ao chamamento das mulheres e a montagem das oficinas comunitárias.

Essa modalidade de trabalho era destinada, segundo o editorial, as mulheres que: se encontravam “amarradas à casa por parentes que precisavam de cuidados”; mulheres “que, por motivos de saúde, não podiam trabalhar em empresa” e mulheres em idade mais avançada que poderiam dispor de algumas horas para o trabalho, podendo descansar quando necessário (NS-Frauen Warte, 1944, p. 152, tradução nossa). Está se falando de um discurso que procura arregimentar por meio da revista todas as mulheres, em diferentes condições, para o esforço de guerra.

É interessante notar que os editoriais, por meio de seus títulos e legendas destacam esse trabalho de guerra como “lição de casa”. Isso é interessante na medida em que, segundo as leis e técnicas de propaganda, de Jean Marie Domenach (1963, p. 29), “inscrições e legendas condensam os temas do partido em *slogans* retomados nos discursos e nos gritos da assistência”. Portanto, os títulos, as legendas, as fotografias, cautelosamente produzidas, em ambientes fabris e domésticos, estão diretamente ligados aos objetivos do regime nacional-socialista, nesse caso, arregimentar a massa de mulheres, mães alemãs, para o *kriegsarbeit*.

47 “Lição de casa de guerra em todo o *Reich*”. Tradução nossa.

É interessante problematizar o apelo que faz o nacional-socialismo as mulheres em relação ao trabalho de guerra. Por quê? Primeiro porque esse apelo às mulheres para o trabalho de guerra, nas fábricas e no espaço doméstico, estava contrapondo o discurso e a política sobre o *status* da mulher no *Reich*, de mãe, esposa e dona de casa, propagada desde as primeiras edições da revista. É claro de havia mulheres racialmente aceitas que trabalhavam no espaço público ao longo dos anos em que vigorou o regime nazista na Alemanha. Mas, não havia dúvidas nesse regime quanto ao papel das mulheres como mães, ligada ao futuro imaginado para a Alemanha, o papel de assegurar racialmente o *Reich* de mil anos. Os empréstimos matrimoniais e os abonos de família, por exemplo, mencionado anteriormente, nada mais eram do que estratégias para encaminhar essas mulheres que trabalhavam no espaço público para o matrimônio, a maternidade, o privado.

É possível também problematizar esse apelo, em segundo lugar, a partir da ideia de que havia, segundo Claude Quétel (2006), certo desinteresse das mulheres em relação ao trabalho de guerra. Para a autora o "*Grande Reich* contava com trinta milhões de mulheres com mais de quatorze anos". Mas, esse "número impressionante encolhe ao ser transformado em mão de obra. Em 1939, são 5,2 milhões de mulheres trabalhando" (Quétel, 2006, p. 78). Trata-se, sem dúvida, de um número significativo de mulheres que atenderam ao chamado nazista. De acordo com os dados são 5,2 milhões de mulheres que passaram a trabalhar no esforço de guerra com o início do conflito. Porém, é um número baixo se comparado com o total de mulheres alemãs que na ótica nazista estavam disponíveis como mão de obra.

Além disso, a autora segue destacando que com o decreto de 27 de janeiro de 1943, quando a Batalha de Stalingrado era iminente, a Alemanha mobilizou "todas as mulheres entre 17 e 45 anos". Entretanto, das 3 milhões de mulheres visadas somente 1,1 milhões foram engajadas. As "alemãs fugiam, solicitando aos dignatários nazistas para ficar em casa ou recorrendo a dispensas médicas" (Quétel, 2006, p. 79). Portanto, nota-se uma discrepância entre o discurso na revista e os dados apresentados pela pesquisa desenvolvida por Claude Quétel.

É claro que estamos falando de discursos que são propagandas, que são estratégias de persuasão, de conquista das massas a um regime totalitário, violento, segregador. Esses discursos são exacer-

bados, não significam que correspondem exatamente a realidade. Isso porque o nacional-socialismo serviu-se sistematicamente das notícias como um meio de dirigir os espíritos. As 'informações' importantes jamais eram passadas de forma bruta, "ao aparecerem, vinham já valorizadas, carregadas de um potencial de propaganda" (Domenach, 1963, p. 23). Assim, as experiências das mulheres na primeira e na guerra em curso, por exemplo, eram exaltadas como forma de propaganda, como forma de arregimentar.

Assim, comparar os discursos da revista com dados que são frutos de pesquisa histórica, ajuda a explicar o apelo que faz a revista para o trabalho de guerra, contrapondo sua ideologia quanto ao papel das mulheres na sociedade alemã. Pode ser pensado também, nessa lógica, a instituição do trabalho de guerra doméstico, a chamada "lição de casa". Pode-se conjecturar que diante da resposta insatisfatória ao chamamento das mulheres às fábricas, considerando os dados de Claude Quézel (2006), a Alemanha nacional-socialista precisou instituir outros mecanismos para cooptar as mulheres para o trabalho de guerra, necessário no contexto da guerra, no qual a Alemanha já começava a acumular derrotas.

Como a Alemanha nacional-socialista faz esse jogo de flexibilização? A revista mobilizava as mulheres usando o discurso de que toda mulher alemã deveria pensar, "como você lida com a sua obrigação de servir a guerra ao lado do seu trabalho doméstico". Para a Alemanha nazista "toda mulher sacrificada terá sua parte na vitória [...] como ela poderia se excluir e se distanciar do caminho comum que leva até lá" (NS-Frauen Warte, 1944, p. 153, tradução nossa). Corroborar isso o fato de que a lição de casa do trabalho de guerra é destacada pela revista como a "oportunidade de fazer o grande esforço para contribuir com a nação" (NS-Frauen Warte, 1944, p. 152, tradução nossa).

Todas essas questões contribuem, como destaca Yasmin Trindade Machado (2021, p. 56), para demonstrar a "habilidade do discurso nazista em se moldar ao que se é necessário". Importante destacar que a Alemanha nacional-socialista não rompe com o papel de mãe das mulheres. É importante destacar que não há uma ruptura. O que ocorre é um desvio no discurso, que tem como objetivo resolver problemas urgentes da Alemanha no contexto de guerra. Para isso a propaganda apela para os sentimentos, os espíritos

das pessoas. Isso porque, segundo Jean Marie Domenach (1963, p. 26), existe "na alma dos povos, sentimentos conscientes ou inconscientes que a propaganda apreende e explora". Os poderes contidos "nos sentimentos e ressentimentos humanos podem ser utilizados, manipulados por especialistas [...] os explosivos puramente materiais" (Domenach, 1963, p. 09).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessas páginas observou-se, ainda que modestamente, que na década de 1930, a Alemanha nacional-socialista, através da revista *NS-Frauen Warte*, propagou de forma repetitiva o papel das mulheres como mães, como elementos importantes na geração de filhos e filhas racialmente saudáveis para o *Reich* de mil anos. Isso não foi de forma alguma gratuita, pois a primeira condição para uma boa propaganda, como afirma Domenach (1963, p. 23), "é a infatigável repetição dos temas principais". Em contato com a revista percebe-se, claramente, que muito do que ela publicava em suas páginas estava relacionado com a maternidade. Pode-se dizer que as pautas publicadas pela revista constelavam em torno da maternidade.

Essa abordagem permite problematizar e compreender um pouco sobre a influência do Estado na instituição da maternidade. A Alemanha nacional-socialista transformou a maternidade em algo compulsório, como lugar da mulher, com o objetivo de servir às necessidades da nação alemã, racialmente segregadora. Vê-se a violência de um sistema que buscou apropriar-se do corpo feminino. Nesse contexto a maternidade não dizia respeito a esfera familiar, particular. Trata-se de algo como um dever público, com o objetivo de "aprimorar a raça e criar uma genuína comunidade racial" (Kitchen, 2009, p. 165). Além disso, são homens, dirigentes nacional-socialistas, que decidiam o que era bom e o que era mau para as mulheres, o que elas deveriam e não deveriam ser e fazer (Quétel, 2006).

A partir de 1939, sobretudo, 1943-1944, a revista apresenta capas, editoriais, fotografias, direcionados ao conflito iniciado em 1939, sobretudo, a importância das mulheres, mães alemãs, racialmente aceitas, no trabalho de guerra. A demanda por trabalhadores levou

o nacional-socialismo a flexibilizar o discurso sobre o papel das mulheres. A Alemanha não rompe com o lugar dessa mulher nessa sociedade racialmente imaginada. O que o governo alemão fez foi uma manobra discursiva de propaganda visando atender as necessidades que a Segunda Guerra Mundial trouxe a Alemanha, demonstrando, como destaca Yasmin Trindade Machado (2021, p. 56), as “múltiplas faces da mesma essência”.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: 70, 2011.

BOCK, Gisela. A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (orgs.). **História das mulheres no ocidente**. O século XX. Lisboa: Afrontamento, p. 185-218, 1991.

DIEHL, Paula. **Propaganda e persuasão na Alemanha nazista**. São Paulo: Annablume, 1996.

DOMENACH, Jean-Marie. **A propaganda política**. São Paulo: E-book, 1963.

FREITAS, Ana C. Amado de. **Der gefährliche augenblick**: a visualidade do perigo e da morte iminente na cultura de Weimar. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica Portuguesa. Lisboa, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/13837/1/TESE.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023


KITCHEN, Martin. **O Terceiro Reich**: carisma e comunidade. Tradução: Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2009.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 113-153.

MACHADO, Yasmin Trindade. Mulher, mãe do Reich e a propaganda nazista nas páginas da NS-Frauenwarte. **Revista Ars Histórica**, n. 22, jul.-dez. 2021. p. 34-59. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ars> Acesso em: 12 jan. 2023.

QUÉTEL, Claude. **As mulheres na guerra – 1939-1945**. São Paulo: Larousse, 2009.

ROMANI, Cinzia. **Tainted goddesses**: female film stars of the Third Reich. Tradução: Roberto Connolly. Roma: La Moderna, 2001.



UMA ESCRITORA NO EXÍLIO: ANNA SEGHERS E O CÍRCULO INTELECTUAL ANTINAZISTA NAS AMÉRICAS

WANILTON DUDEK^[48]

A escritora alemã, judia e comunista Anna Seghers, fez parte de uma rede internacional de intelectuais antinazistas que atuaram de forma determinante na circulação de ideias que buscavam combater o nazifascismo por meio de movimentos políticos organizados no exílio. Desde a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, Seghers foi uma das escritoras mais atuantes nas denúncias contra a violência de Estado do Terceiro Reich e a conexão com a ordem capitalista vigente. Em seu romance *A Sétima Cruz*, de 1942, denunciou os campos de concentração e todo o aspecto da relação desse processo com a propriedade privada na Alemanha. Durante a construção da “nazificação” da sociedade alemã, que resultou na onda de proibições e perseguição a autores e figuras políticas contrárias ao nazismo, Anna Seghers buscou exílio na Europa e posteriormente nos EUA e México (Bahr, 2003) Fez parte de um círculo de intelectuais que organizou grupos como o *Free German Movement*, que contava com a participação de escritores como Thomas Mann, Bertold Brecht e Heinrich Mann, participando ativamente da luta global contra o nazifascismo por meio da escrita de textos para várias revistas antifascistas, como a *Freie Deutschland*, editada no México, com circulação nos EUA e América Latina. Dessa forma, tornou-se alvo de investigações do FBI, buscando entender

⁴⁸ Doutor em História pela Universidade Federal de Passo Fundo. Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus União da Vitória.

sua atuação nesses movimentos e a ligação com o comunismo. Neste artigo buscamos articular a escrita, a atuação política e os documentos dos escritórios do FBI sobre Anna Seghers em seu período do exílio na América. Utilizamos edições da revista *Freies Deutschland* e de dossiês produzidos pelo *Federal Bureau of Investigation* (FBI), disponíveis no *German Speaking Exiles Archives*, da *University of Southern California*, em Los Angeles.

Em termos estratégicos, a construção do nazismo foi resultado de um amplo processo que atingiu todas as classes da sociedade alemã e penetrou em algum grau em todas as instituições do Estado. No escopo de toda a repressão exercida pelos nazistas, o aspecto cultural foi parte central, o que implicou na tentativa de destruição da produção intelectual dos círculos universitários, artísticos e literários que vigoraram durante o período da República de Weimar (Chapoutot, 2023). Intelectuais e políticos foram perseguidos, seja pela origem judaica ou pela ideologia política. Anna Seghers ao lado de outros intelectuais como Thomas Mann, Bertold Brecht e Hannah Arendt, deixaram o país, enquanto outros que permaneceram na Alemanha nazista foram assassinados pelo governo:

A meta mais imediata da política cultural nazista era pôr fim ao “bolchevismo cultural” que vários órgãos e representantes do Partido Nazista haviam declarado que infestava o mundo artístico, musical e literário da República de Weimar. A maneira como as autoridades nazistas fizeram isso proporcionou ainda mais exemplos, se é que eram necessários, da amplitude e da profundidade do processo de coordenação que ocorreu na Alemanha como base fundamental da conformidade social, intelectual e cultural sobre o qual o Terceiro Reich seria criado (Evans, 2017. p. 482).

Neste sentido, uma grande onda de ataques a instituições e perseguições a indivíduos que pertenciam aos grupos opositores do nazismo se espalhou por todo o país. Sendo assim, homens e mulheres que sofreram com esses ataques seguiram rotas de fuga para fora da Alemanha nas décadas de 1930 e 1940 em busca de exílio em várias partes do mundo. Na medida em que o nazismo avançou nos países anexados pelo Reich alemão, outros grupos de fala alemã acompanharam esse movimento. É neste contexto de luta e resistência ao

nazifascismo que movimentos transnacionais de fala alemã se organizaram em torno de intelectuais estabelecidos no exílio, tendo as Américas como o principal destino.

Analisar o exílio de fala alemã durante o nazismo em perspectiva global e transnacional nos permite perceber as múltiplas interações, influências e desenvolvimentos culturais ao longo do tempo, demonstrando de forma perspicaz a intrincada tessitura e interconexão da experiência humana em grupos. (Seigel, 2005). Além disso, produz uma análise para além da limitação que o nacionalismo metodológico tradicional apresenta, demonstrando que os movimentos antinazistas representaram um espaço de circulação de ideias conectadas a partir da atuação destes grupos no exílio. A esse respeito, a História Global como perspectiva está implicitamente ligada a premissas sobre os efeitos que as estruturas transfronteiriças podem produzir nos acontecimentos e nas sociedades (Conrad, 2019).

É neste contexto que as perspectivas da cultura e da política se encontram, possibilitando o arrolamento de fontes de diversas naturezas, tais como os processos, a legislação, os periódicos, ou seja, tudo aquilo que produz significado para a compreensão da atuação política dos grupos e dos sujeitos na História. Por isso, a política não pode ser tratada como um elemento isolado que por si só produz significado, ela própria é resultante e resultado de diversos outros elementos:

[...] a história que não sabe o que são nem a diplomacia em si, nem uma política sem ligação com a economia, nem uma economia que não reflita, juntamente com a ação dos fatores físicos e naturais poderosos, o papel, não menos ardente, destas forças espirituais ou psicológicas que se vê (ou se sente) correr no meio de todas as manifestações de atividade humana, como o fogo entre as matérias explosivas, infatigável e estridente. (Febvre, 1989, p. 70-71)

O âmbito político está invariavelmente atrelado ao âmbito privado, pois aquilo que é político expande-se e transforma-se em social, refletindo nas atividades diárias dos indivíduos. O político não pressupõe fronteiras pré-determinadas, pois as ações dos indivíduos podem ganhar dimensões amplas ou fechadas. René Rémond alerta:

Lembremos apenas alguns dados elementares, que possam servir de critérios operatórios para o discernimento dos objetos. Se o político é uma construção abstrata, assim como o econômico ou o social, é também a coisa mais concreta com que todos se deparam na vida, algo que interfere na sua atividade profissional ou se imiscui na sua vida privada. (Rémond, 1996, p. 442)

Desta forma, o político não pode ser estabelecido a partir de fronteiras e grupos específicos, mas sim de cada atividade relacionada ao cotidiano dos sujeitos envolvidos e suas relações com os grupos sociais. É neste universo que nos debruçamos na análise da atuação política de Anna Seghers e a vigilância que o Departamento de Estado Americano realizou sobre a escritora.

OS TEXTOS E OS PERIÓDICOS: A ESCRITA POLÍTICA NO EXÍLIO

Anna Seghers foi um pseudônimo adotado por Netty Reiling a partir da publicação dos seus dois primeiros livros, *Grubitsch* (1927) e *Aufstand der Fischer von St. Barbara* (1928), rendendo a ela o prêmio Kleist de literatura. Neste período se filiou ao Partido Comunista Alemão (KDP). A partir de então, Seghers iniciou uma intensa atuação no cenário político alemão, passando a integrar também a Liga dos Escritores Proletário-revolucionários (*Bund Proletarisch-Revolutionärer Schriftsteller*). Junto com Seghers, a liga publicou um manifesto em 1934 intitulado *Hirne unter Stacheldraht: Schicksale deutscher Schriftsteller in Konzentrationslagern* (Cérebros sob arame farpado: destinos de escritores alemães em campos de concentração), cujo objetivo era denunciar os crimes que vinham ocorrendo nos campos controlados pelos nazistas, bem como a situação da censura e ataques aos opositores do nazismo.

Enquanto estudava História da Arte e Sinologia na Universidade de Heidelberg, Seghers conheceu o húngaro László Radványi, um estudante de filosofia e economia, com quem se casou aos vinte e cinco anos. Participou de diversos eventos antifascistas na Espanha e URSS, produzindo discursos com argumentos antifascistas. Após a publicação da obra *Die Gefährten* (Os companheiros) e a participação nos círculos comunistas e antinazistas da Alemanha, foi presa pela Gestapo em 1933, resultando na decisão de migrar com sua família para Zurich e logo em seguida para Paris.

Com a ocupação nazista na França, a família Radványi seguiu para Marselha, onde vários navios com refugiados do nazismo deixavam a Europa em meados de 1940. Em dezembro do mesmo ano, e contando com a ajuda financeira do grupo *League of American Writers*, Anna Seghers, seu marido e os dois filhos fugiram rumo aos Estados Unidos, mas foram impedidos de entrar no país pelas autoridades da imigração sob a alegação de não ser permitida a concessão de vistos para pessoas com problemas crônicos de saúde, como era o caso do filho mais novo do casal, que possuía graves problemas de visão. Partiram então para o México, onde fixaram residência na capital do país, lugar em que residiu durante todo o período da Segunda Guerra Mundial, encontrando ali um cenário efervescente de movimentos políticos de combate ao nazismo. Como parte da sua ação política no exílio, fez parte da fundação do *Heinrich Heine Club*, um grupo de ajuda e cooperação com os exilados de fala alemã nas Américas e Europa. Todas essas experiências no exílio influenciaram Seghers na escrita do seu romance intitulado *Transit* (Em Trânsito), publicado em 1941, com a temática da dificuldade e do sofrimento causado pela vida no exílio.

Neste espaço de organização de movimentos de resistência antinazista, fazendo parte de uma luta global contra o avanço do nazifascismo, um dos principais veículos de divulgação e circulação de ideias do movimento de fala alemã antinazista foi a revista *Freies Deutschland* (Alemães Livres), fundada em 1941, com circulação no México, Estados Unidos e vários países da América do Sul. O grande número de intelectuais que se estabeleceu no México no período fez com que a revista ganhasse cada vez mais importância com as contribuições de escritores como Heinrich Mann, Thomas Mann, Lion Feuchtwanger e Anna Seghers.

Vários dos participantes da revista fizeram parte da Brigada Internacional, na Guerra Civil Espanhola, e também membros antigos membros do KDP. Desde as primeiras edições da *Freies Deutschland*, os editores da revista destacaram a defesa da democracia e o combate ao fascismo como tema central do periódico. Logo na primeira edição, em novembro de 1941, o debate central foi em torno do desafio de como continuar a luta antinazista distante do cenário Alemão, ou seja, mesmo estando em outro continente. Thomas Mann, escritor exilado em Los Angeles, na Califórnia, propôs em seu texto intitulado *Fuer eine neue Volksfront* (Por uma nova frente popular) a ideia de formar uma frente popular contra o nazifascismo, em que o trabalho dos escritores no exílio seria de mobilizar a população por meio das ideias para que os movimentos de base pudessem ampliar a luta contra o nazismo pelo mundo todo. Na mesma edição Anna Seghers escreveu o texto intitulado *Das Obdach* (Refúgio), que algum tempo mais tarde seria utilizado em uma de suas principais obras, *Transit* (Em trânsito). O conto narra a história de um garoto da Alsácia que teve seus pais levados pela *Gestapo*, na França ocupada. Vagando pelas ruas, o alsaciano recebe ajuda de um casal francês que lhe concedeu refúgio dentro de casa, colando a família toda em risco. No decorrer do conto, o casal que abrigou o menino se vê tomado pela resistência antinazista, reconhecendo que deveriam fazer sua parte na luta contra o nazismo, abrigando os refugiados. Dessa forma, o conto de Anna Seghers segue a proposta de Thomas Mann na concepção de formar uma grande frente popular transnacional de combate às atrocidades do Partido Nazista. Em todo o conto, o que tornou-se uma marca da autoria, fica muito evidente a ideia de que a participação das pessoas comuns no combate ao nazismo seria crucial para a derrota de Adolf Hitler na Alemanha, assim como para conter o avanço do movimento nazista pelo mundo.

A temática da participação popular no debate público apareceu em outros textos de Anna Seghers, em edições do ano de 1942, da revista *Freies Deutschland*. Na edição de outubro, a autora publicou um texto com o nome *Volk und Schriftsteller* (O povo e escritores), destacando a relação dialética entre a produção literária e a circulação de ideias na sociedade. Para Seghers o povo não deve ser compreendido a partir da abordagem metafísica do “*Blut und Boden*” (Sangue e Solo), defendido pela propaganda nazista, mas sim entendendo o conceito

de povo como um fenômeno social, resultante dos aspectos culturais, das relações de trabalho, ou seja, a partir das experiências e das práticas do cotidiano, determinado por condições comuns. A autora destacou ainda a importância do trabalho dos intelectuais nesta relação, destacando a prática das discussões antifascistas na Rússia a partir dos debates provocados por escritores. Neste sentido, os escritores no exílio teriam um papel fundamental no combate às práticas de censura a que foram submetidos na Alemanha sob o regime nazista.

Em maio de 1943, Anna Seghers publicou um texto na revista em reflexão aos dez anos que se passaram desde a queima de livros promovida pelos nazistas, na Alemanha. A autora relacionou a censura imposta pelo regime nazista com o período de transição entre o medievo e a Idade Moderna, “quando intelectuais eram presos, torturados e mortos pelas ideias revolucionárias que tinham”. Para Seghers o efeito gerado pela queima de livros foi o fortalecimento da unidade entre os intelectuais que, ao reconhecerem-se como perseguidos, passaram a utilizar a escrita como arma contra o nazismo (Seghers, 1943.)

No texto publicado na edição de maio de 1944, com o título de *Aufgaben der Kunst* (Função da Arte), Anna Seghers buscou enfatizar a todo tempo a função dos intelectuais na luta contra os nazistas e na instrumentalização da arte para a conscientização da juventude que era a todo tempo atraída pelo fascismo. Em Seghers, os conceitos de indivíduo e povo devem ser articulados a partir da concepção de liberdade de escolha, confrontando com a ideia de predestinação desenvolvida pelos nazistas. Isto rebate a ideia de que o povo seria resultado da unidade de “raça”, mas sim fruto das construções sociais. Neste sentido, o trabalho dos artistas seria de “libertar as mentes dos jovens contra os nazistas”. Para ela, “a contribuição dos artistas está nos livros, dramas e imagens, lutando contra os insensatos” Afirmou ainda que “os artistas devem estar atentos aos discursos fascistas e ajudar a refutá-los” (Seghers, 1944).

O tema da reconstrução da Alemanha após a iminente derrota de Hitler, aparece de forma contínua nas edições da revista *Freies Deutschland*, principalmente a partir de 1943. Lion Feuchtwanger, Thomas Mann, Bruno Katz, entre outros, apresentaram reflexões sobre os rumos políticos que o país deveria tomar na busca da redemocratização e reconstrução institucional. Em outro aspecto, Anna Seghers demonstrava sempre a preocupação na reconstrução

intelectual e artística como projeto imprescindível para a reconstrução do país. A autora enfatiza que para além dos prédios, da economia e das instituições políticas destruídas pelo nazismo, era preciso pensar na recuperação das artes e das ideias que ajudaram a construir a Alemanha durante séculos e que os nazistas atacaram frontalmente. Além disso, a importante influência do universo intelectual estrangeiro também deveria ser retomada (Seghers, 1944).

Com o fim da guerra e a derrota nazista, em 1945, os movimentos antinazistas de exilados de fala alemã se dispersaram. A revista *Freies Deutschland* continuou circulando até meados de 1946, quando os organizadores fundaram a editora *Aufbau - Verlag*, que publicou diversos livros dos colaboradores do periódico. Durante toda a existência do movimento dos dos exilados em torno dos periódicos no México, as autoridades norte-americanas formaram uma rede de investigações para monitorar esses grupos. Dessa forma, várias das edições dos jornais, revistas e outros materiais produzidos viraram alvo dos dossiês e inquéritos organizados pelo FBI.

ANNA SEGHERS SOB A VIGILÂNCIA DO FBI

Desde a década de 1930 o governo dos Estados Unidos buscava monitorar as atividades políticas dos estrangeiros na América Central e do Sul por meio do envio de agentes infiltrados em diversos países. Desde 1934 o presidente Franklin Delano Roosevelt ordenou que o FBI investigasse o Partido Nazista em território americano. A partir de 1940 houve a expansão deste monitoramento para toda a América Latina, justificado principalmente pela presença numerosa de alemães expatriados em diversos países. Dessa forma, foi criado o SIS (*Special Intelligence Service*), com o objetivo de atuar diretamente infiltrado nos países latino-americanos.

A sede principal do SIS estava situada no 44.º andar do *International Building*, no *Rockefeller Center*, em Nova York. Diversas iniciativas foram realizadas para deixar o escritório operacional, mobilizando centenas de agentes para adaptação cultural e linguística para atuação em campo. Durante os sete anos de atuação, o SIS infiltrou 340 agentes disfarçados em diversos países da América Latina. Junto a isso, dezenas de escritórios clandestinos foram organizados em grandes cidades do Brasil, Argentina, México, entre outros.

O Departamento de Estado norte-americano produziu um dossiê contendo aproximadamente 833 páginas sobre as atividades de Anna Seghers no exílio. Assim como a maioria dos indivíduos que tornaram-se alvo das investigações do FBI, Seghers jamais soube que estava sendo monitorada por investigadores em solo mexicano. Na documentação produzida constam relatórios de agentes, correspondências oficiais e cartas interceptadas. Uma grande rede de mensagens codificadas também fora decifrada pelos órgãos de defesa dos Estados Unidos. Esse esforço todo fazia parte da política anticomunista adotada por J. Edgar Hoover à frente do FBI que foi responsável por construir um importante aparato de investigações não apenas no território estadunidense, mas em toda a América Latina.

No caso de Anna Seghers e do grupo antinazista *Free German Movement*, escritórios do FBI de Washington, Nova York e agentes de campo no México coletaram materiais com a assistência de Boston e Los Angeles, formando uma teia de investigações que monitoram as atividades cotidianas desenvolvidas pela escritora, bem como as suas publicações em jornais e revistas antifascistas como o *Daily Worker*, *New York Times*, *New Masses Magazine*, e *Freies Deutschland*. Investigações sobre sua atuação nos grupos de ajuda aos refugiados do nazifascismo, como o *Radvanyi Family*, em Nova Iorque, e o *Heinrich Heine Club*, no México.

A partir disso, o FBI buscava relacionar as atividades da escritora com os nomes que constavam nas listas das reuniões dos grupos do *Joint Anti-Fascist Refugee Committee*, grupo que atuava na formação de políticas de combate ao nazifascismo. Hoover em vários momentos atuou pessoalmente nas investigações contra a escritora. Em 1943, Hoover enviou um memorando para o setor de custódia estrangeiros, detalhando que, em 07 de novembro de 1942, Anna Seghers enviou uma mensagem “*greetings to Rússia*”, em ocasião do 25.º aniversário da revolução de 1917.

O interesse dos Estados Unidos por Anna Seghers iniciou em 1940 quando o governo investigava o pedido de vistos para alemães exilados na França que estavam entrando no México. Oito meses depois o FBI informou o escritório de Nova York que obtiveram uma “informação confidencial” indicando que Seghers e outros agentes comunistas disfarçados estavam vindo para os EUA.

Três meses depois a embaixada dos EUA em Londres reportou um documento classificado como “*top secret*” para Washington, acusando Klaus e Erika Mann, além do Dr. Radvanyi e a sua esposa, Anna Seghers, de estarem atuando como “agentes comunistas” disfarçados. A intenção era manter em alerta as autoridades de migração para impedir a entrada desses indivíduos no país. Neste sentido, as suspeitas do governo norte-americano era de que estava sendo organizado um grande grupo comunista no México, encabeçado por intelectuais de fala alemã exilados nas Américas. As suspeitas recaíam sobre toda a família de Anna Seghers, fazendo com que a escritora passasse a ser monitorada de forma contínua pelo FBI.

Originalmente, Seghers havia planejado refugiar-se nos EUA, mas após alguns problemas enfrentados com as autoridades norte-americanas, a família se estabeleceu no México. A primeira dificuldade enfrentada foi que tanto o *Joint Anti-Fascist Refugee Center* e a *League of American Writers*, apesar de fornecer gratuitamente passagens de navios para os refugiados na Europa com destino à América, não conseguiam fornecer vistos para entrada nos Estados Unidos. Além disso, Anna Seghers e seus companheiros haviam sido incluídos na lista internacional de “comunistas disfarçados”, disparando alertas oficiais em todos os portos e fronteiras, tornando impossível os pedidos de asilo político. Neste caso, o mais surpreendente é que essa não era a versão conhecida por Seghers e sua família. Em justificativa enviada para a escritora, as autoridades norte-americanas informaram que seu filho não poderia receber o visto para entrada em decorrência do problema de visão que ele tinha, acentuando que não seria possível fornecer os cuidados médicos e logísticos para os estrangeiros.

A escritora foi recebida em um jantar oferecido pelo escritor chileno Pablo Neruda, que estava no México para as reuniões com os escritores antinazistas no exílio. A partir de então diversos relatórios foram enviados pela embaixada dos EUA na Cidade do México para o FBI descrevendo “atividades suspeitas” de Anna Seghers. Como foi o caso do relatório enviado sobre uma palestra ministrada pela escritora no Teatro Belas Artes, cujo tema foi: “O olhar dos escritores alemães sobre a guerra”. Segundo o relatório, havia cerca de quinhentas pessoas no evento com grande quantidade de judeus norte-americanos. Junto a este relatório, foi informada a atuação da escritora junto

ao *Free German Movement*, informando sua intensa participação nas reuniões e atividades do grupo, bem como uma lista com diversos membros do movimento. Os investigadores demonstraram preocupação com as relações que a Seghers tinha com outros “intelectuais comunistas” em suas reuniões, ficando claro o quanto o FBI realizava cruzamento de dados sobre indivíduos de toda a América-Latina. Logo que a escritora chegou no México, Pablo Neruda ofereceu um banquete para recebê-la, reunindo um grande círculo de intelectuais antinazistas. Neste mesmo contexto, outros relatos alertaram que houve reuniões da escritora com grupos trotskistas, em abril de 1943, com Otto Katz, Leo Zuckermann e Hans Mayer.

Figura 2: Fotografia de Anna Seghers, passaporte, 1930.



Fonte: UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. Anna Seghers.
Los Angeles, s.d. FBI files. Box 07; folder 09.

Fica evidente que os primeiros anos do exílio de Anna Seghers no México foram acompanhados pelo FBI de forma rotineira, relatando encontros, reuniões e algumas atividades entre os movimentos antinazistas. A partir de meados de 1942 os relatórios tornam-se mais complexos e mais contínuos, iniciado pela descrição de vinte e quatro cartas com remetente de vários países da América Latina, além de outras enviadas para a Califórnia e Nova Iorque. Todas escritas em tintas invisíveis, as quais os agentes investigadores utilizaram de técnicas para decifrar os conteúdos. Os conteúdos das correspondências são descritos como “atividades suspeitas”, todos escritos em língua espanhola e em russo, indicando a possibilidade de que tratava-se de mensagens do NKDV (*Narodnyy Komissariat Vnutrennikh Del* - Comissariado do Povo de Assuntos Internos da URSS), discutindo a possibilidade de libertar Jaime Ramón Mercader del Rio Hernandez, apelidado de Frank Jackson, o assassino de Leon Trotsky.

A partir desta investigação, Anna Seghers foi tratada como alvo ainda mais importante do FBI, estabelecendo uma rotina de interceptação das correspondências recebidas e enviadas. A suspeita que recaía pela escritora era de que ela utilizava o codinome Anne Sayer, em um endereço diferente no México, registrado em nome de Lazlo Radvanyi. Dessa forma, pelos próximos dois anos as correspondências enviadas e recebidas por Anna Seghers passaram por laboratórios do FBI buscando códigos secretos nos materiais escritos. O escritório de investigação dedicou um bom tempo analisando as edições em Inglês, Espanhol e Alemão da obra *A Sétima Cruz*, amplamente lida nos Estados Unidos e América Latina, mas não encontrou nenhuma codificação, considerando inclusive analisar todos os livros em russo (cerca de quarenta mil) na biblioteca pública de Nova Iorque. Agentes entraram em residências de leitores das obras de Anna Seghers e apreenderam livros e cartas trocadas com a escritora.

Um agente do FBI visitou o apartamento da escritora, em maio de 1943, produzindo um relatório sobre as suas impressões pessoais sobre Seghers. Disfarçado de agente de propaganda, o investigador foi até Rio de La Plata, e ofereceu a ela um projeto editorial, o que gerou uma aproximação estratégica tanto à escritora quanto ao seu imóvel. “Cabelos bem grisalhos, anteriormente negros; Altura: cer-

ca de 5' 4"; "Peso: cerca de 120 lbs"; "Peculiaridades: extremamente nervosa e suspeita". Mais adiante, o investigador avança em suas impressões sobre Seghers:

É possível perceber que Anna Seghers não fica muito à vontade em receber pessoas em seu apartamento cuja ideologia política não seja muito clara. Quando ela foi entrevistada, sob pretexto, foi observado que a campainha tocou por três vezes em lugares distantes da porta. Em todas as ocasiões, ela levantou rapidamente e foi até o corredor para tentar interceptar a suposta visita antes que ela entrasse no apartamento. Suas ações demonstraram claramente que ela esperava por alguém. Ela claramente não queria que a visita entrasse enquanto o escritor estivesse lá. Constatou-se que a suspeita quase não guardava livros em seu apartamento no Rio de la Plata (UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. Anna Seghers. Los Angeles, s.d. FBI files. Box 07; folder 09.).

A alocação de recursos humanos e financeiros do FBI nas investigações acerca das atividades de Anna Seghers no México surpreende pelo fato de que, enquanto isso, havia grande mobilização do exército norte americano nas frentes de batalha da Europa e do Pacífico. Isso revela o quanto Hoover, e grande parte da cúpula do governo dos Estados Unidos, estavam completamente focados no intuito de conter qualquer possível ameaça comunista no país. Não havia barreiras financeiras quando as investigações detectaram qualquer "ameaça vermelha", mesmo que, claramente, o que movia Seghers e seu entorno era a luta antinazista por meio das organizações políticas e publicações que participavam.

As correspondências interceptadas pelo FBI, nos anos de exílio de Anna Seghers, foram traduzidas para o inglês e separadas por temas pelos investigadores. Apesar dos assuntos tratados girarem basicamente em torno de detalhes de negócios e projetos para publicações editoriais, é possível entender quais eram as condições do exílio da escritora.

Em carta interceptada, de 19 de janeiro de 1944, Seghers envia um agradecimento especial para a empresa cinematográfica Metro-Goldwyn-Meyer, pelo início das filmagens de sua obra *The Seventh Cross*, e pelas traduções de sua obra em português, sueco e francês.

Ela afirmou ainda que pretendia iniciar uma obra com a mesma temática, chamada *The Dead Stay Young*, nos próximos dias, oferecendo para a empresa a prioridade para uso. Os investigadores mostraram-se impressionados com a capacidade de articulação nos negócios e a capilaridade de atuação que Anna Seghers apresentava ao tratar dos seus escritos. E neste sentido, as preocupações do FBI estavam centradas nesta rede que os escritores no exílio formavam. Em um destaque dado pelos trechos extraídos de uma correspondência recebida da Organização para Ajuda dos Refugiados Europeus, dia 23 de abril de 1944, está o fato de que o grupo pediu permissão para publicar as anotações de Seghers, referindo-se a sua fuga da França, com a ajuda do *Joint Anti-Fascist Refugee Committee*, a gratidão que ela nutria pelo governo mexicano e o prazer que ela demonstrava na luta contra o fascismo ao lado de outros escritores, dando ênfase à Lion Feuchtwanger.

Uma das mais impressionantes correspondências interceptadas pelo Departamento de Estado Americano foi um manuscrito, enviado em 10 de maio de 1945, pelo General McClure, chefe da Divisão Americana de Psicologia de Guerra, na Europa, pedindo para que Anna Seghers escrevesse um texto, que seria publicado em diversos jornais da Alemanha, acentuando as atrocidades cometidas pelos nazistas para conscientizar o povo alemão do que havia ocorrido no país durante a ditadura hitlerista. Imediatamente o *The United States Office of War Information* (OWI) mandou uma correspondência interna exigindo que isso fosse impedido, justificando que Seghers pertencia ao *Free German Movement*, que era “pró-soviético”. O documento ainda afirma que seria um problema a autora escrever sobre o que ocorreria com a Alemanha no pós-guerra, em uma possível aproximação com a União Soviética.

Em meio às intercepções sobre as atividades políticas de Anna Seghers no México, o dossiê produzido pelo FBI buscou traçar um perfil da escritora sobre as suas percepções da América e as condições de vida no exílio. Em 27 de março de 1945 em carta endereçada para a Suíça, Seghers escreveu sobre as saudades que sentia de sua terra natal, enfatizando o plano de retorno assim que possível para a Alemanha. No entanto, ela deixou claro que, mesmo com as dificuldades do exílio, foi muito bem recebida no México, “em conclusão, embora ela goste do México, com toda essa riqueza cultural que ela

experimenta, ela se sente essencialmente europeia. Ainda adiciona, “é possível que quando eu retorne para minha casa, eu escreva algo que valha a pena, algo muito bonito sobre o México” (UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. Anna Seghers. Los Angeles, s.d. FBI files. Box 07; folder 09).


Até os últimos momentos da permanência de Anna Seghers no México, o FBI seguiu monitorando as correspondências e o círculo de atividades que a escritora frequentava. Os agentes adicionaram ao dossiê de Seghers um artigo publicado no *New York Times* sobre o grande êxodo dos alemães exilados no México após o fim da guerra. A partir daí o FBI jamais deixaria de vigiar a escritora, mesmo após seu retorno para a Alemanha em 1947. Prova disso é um flyer apreendido em 1972 com a escrita “Save Angela Davus”, assinado por membros da República Democrática Alemã, com Anna Seghers entre eles.

além da trajetória intelectual e política no exílio, Anna Seghers foi, sobretudo, uma alemã na luta contra o nazismo. Fez parte de um debate global que buscou esclarecer e denunciar as atrocidades cometidas pelo regime nazista, função que entendia como a principal do mundo intelectual, atuando diretamente nos movimentos políticos antinazistas. Neste sentido, a produção literária da escritora no periódico *Freies Deutschland* permite entendermos o sentido das ideias promovidas pelos grupos de intelectuais alemães que buscavam se conectar no exílio.

A análise da documentação produzida pelos escritórios do FBI revela a transnacionalidade deste debate, uma vez que as investigações ocorreram para além das fronteiras norte-americanas. Revela também que, apesar dos grandes esforços de guerra na luta contra as potências do eixo em território europeu, o anticomunismo institucional desviou não apenas a atenção, mas moveu um gigante aparato financeiro, laboral e político, muito antes do discurso público da Guerra-Fria. A fixação pelo monitoramento de uma intelectual exilada no país vizinho é o aspecto mais revelador desse processo.

Referências

- BAHR, Ehrhard. **Weimar on the Pacific**: german exile culture in Los Angeles and the crisis of the Modernism. [Los Angeles]: University of California, 2008.
- CHAPOUTOT, Johann. **A Revolução Cultural Nazista**. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2023.
- CONRAD, Sebastian. **O que é História Global?** Lisboa: 70, 2019.
- EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. São Paulo: Crítica, 2017.
- FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: presença, 1989.
- RÉMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
- SEIGEL, Micol. Beyond the Compare: comparative Method after Transnational turn. **Radical History Review**, 2005.
- UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. **Freies Deutschland**, México (DF), n. 1, 1941. Box D1, folder 78. Los Angeles, s.d.
- UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. **Freies Deutschland**, México (DF), n. 12, 1942. Box D1, folder 78.
- UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. **Freies Deutschland**, México (DF), n. 18, 1943. Box D1, folder 78.
- UNIVERSIDADE DO SUL DA CALIFÓRNIA. **Freies Deutschland**, México (DF), n. 24, 1944. Box D1, folder 78.



“AMOR, ESSE É O SANGUE DA NOSSA GENTE”: VIDAS INTERROMPIDAS E VIOLÊNCIA NO COTIDIANO EM DJONGA

JEFFERSON WILLIAM GOHL^[49]
BRUNA ANDRADE BENJAMIN SOUZA^[50]

O produtor de arte negro é, em si mesmo (isto é, independentemente da qualidade e da significação de sua poesia ou seja lá o que for), uma aberração de todas as normas e uma transgressão à rotina num mundo organizado por e para os brancos. De outro lado, acham-se as fronteiras que nascem da situação humana do negro na sociedade brasileira (FERNANDES, 1972).

Gustavo Pereira Marques, o artista e *rapper* conhecido como Djonga, com seus vinte e nove anos é antes de tudo um jovem advindo da periferia brasileira. Não que ele tenha saído do cenário mais adverso das quebradas de Belo Horizonte como Morro das Pedras, Morro do Papagaio e Aglomerado da Serra, mas nasceu na Favela do Índio, e foi criado nas ruas dos bairros São Lucas e Santa Efigênia, na Região Leste da capital. Longe está de ser um dos rapazes crescidos na Savassi, Lourdes ou Belvedere. Em sua trajetória de produtor de cultura, teve contato com o espaço acadêmico, iniciando e quase concluindo uma graduação em História na Universidade Federal de Ouro Preto, mas a vida acabou convocando-o para outras tarefas. No

⁴⁹ Doutor em história cultural pela Universidade de Brasília-UNB, professor adjunto do colegiado de história de na Universidade Estadual do Paraná UNESPAR campus União da Vitória.

⁵⁰ Mestre em História na linha Sociedade, política e cultura no mundo contemporâneo pela Universidade Federal de Santa Catarina – USFC.

entanto boa parte de seu trabalho poético atual, costura a iminente vida cotidiana aos elementos arcaicos da história do Brasil, aproxima a experiência da academia e nessa busca ilumina as questões da juventude e da constante violência em que está imersa a sociedade do início do século XXI com contributo de suas elites.

A aproximação da poesia dos *raps* de Djonga e a academia tem sido apontada por estudiosos contemporaneamente no ponto de confluência entre a razão crítica entendida como contracultural e que aproxima leituras acadêmicas como a de Achilles Mbembe que investiga o sentido das colonizações e a manutenção de dispositivos de dominação sobre populações negras e periféricas (Corraide, 2021).

Outros analistas (Ferreira; Souza, 2020) se valendo da circularidade que textos acadêmicos permitem entre os produtos da cultura, articulam proposições de teóricos como Franz Fanon e os temas quentes do *rap* no atrito das questões de raça e classe, bem como apontam a citação aos conceitos operativos usados pelos estudiosos que o próprio *rapper* traz em suas mensagens objetivas e *flow*.^[51]

Passaram-se mais de cinquenta anos desde que Florestan Fernandes, definiu o lugar dos produtores de poesia negra, se referindo a seja lá o que for dessa arte, apontava para a capacidade de subversão da norma das elites. Em nenhum momento de lá para cá foi mais efetiva na definição de uma arte que antes de mais nada vem das periferias do sistema capitalista. Reavaliar o século que findou e as questões da juventude que daí emergiram são fundamentais compreensão da expressão da rebeldia do *rap*.

O século XX foi, na definição de historiadores que vivenciaram e descreveram esta época, um período que inaugurou extrema brutalidade, com a emergência da guerra total que investia contra populações de civis, exemplificada na síntese das duas Grandes Guerras Mundiais (Hobsbawm, 1995). E que com relativo sucesso as nações consideradas grandes potências na segunda metade atingiram uma espécie de “Era de Ouro” banindo a guerra para nações subdesenvolvidas para ao final do século novamente desmoronar (Hobsbawm, 1995).

⁵¹ Em inglês, a palavra *flow* que significa “fluir” ganha significado nas letras de *rap* de acordo com a maneira que o *rapper* está cantando, incluindo voz, tom, sílabas usadas para rimar e principalmente, o encaixe das palavras dentro do instrumental, o beat.

No cenário em que os países periféricos do capitalismo se avolumaram os conflitos derivados dos embates nacionais, dentro dos espaços territoriais as questões da juventude e das oportunidades de realização profissional e de vida, se delinearão mais de uma vez nas preocupações de alguns estudiosos. A própria delimitação do conceito de *teenage* e de uma associação da juventude, sua rebeldia ou delinquência e que se relaciona com as mídias de massa surgiu no campo das explicações. Bem como uma interpretação de como a administração da violência de Estado se ocupou destes jovens nas suas guerras geopolíticas (Savage, 2009; Perrot, 1988).

Desemprego, crises ou depressões econômicas, foram citadas nestes trabalhos, como elementos de elaboração e de canalizações para uma vazão disciplinadora ou pela via do consumo, e claro no investimento de uma cultura de particularização da faixa etária da adolescência e início da vida produtiva. Ao jovem adulto a ausência de perspectivas de trabalho ou de um horizonte de realização pessoal dentro da sociedade, restava uma postura de rebeldia que via-de-regra se orientava para o exercício de uma cultura jovem criada na tensão entre o mundo do trabalho e o serviço militar como opção orientada para os homens jovens.

Robert Muchambled apontando as estatísticas seculares com fins de reconstruir o fio da historicidade da violência como fato ligado a virilidade masculina, com seus códigos de honra, nos aponta um arco de domesticação do assassinato como algo cada vez mais intolerável na sociedade contemporânea. Paralelamente do mesmo modo aborda os medos da sociedade burguesa dos bandos de jovens nos anos 1990 e sua cultura qualificada frequentemente pela imprensa como "delinquente" e que explora o medo das "novas classes perigosas" (Muchambled, 2012, p. 290) O jovem adulto aí que se rebela em um mundo de violência, fica descrito com um espaço de atuação muito mais simbólico numa dimensão de revolta contra a humilhação cotidiana:

O fim do século XX e o início do seguinte viram a paisagem modificar-se muito mais profundamente. A ausência frequente de emprego dos atores referidos, o ódio contra as instituições de enquadramento tendo acompanhado seu insucesso, em particular a escola, a vida de subúrbio sentida como um exílio longe de paraísos de

consumo, os conflitos étnicos e religiosos transformam o problema em temível abcesso. Instalado permanentemente no corpo social, ele explode a partir de então com a menor irritação. Os jovens que quebram o tabu do homicídio são, no entanto, muito pouco numerosos. A esmagadora maioria deles respeita os interditos mais poderosos. Quanto aos que utilizam a força ou a intimidação para chegar aos seus fins, não procuram nem destruir a sociedade nem contestar seus princípios fundadores, mas denunciar o bloqueio cujos efeitos eles se ressentem. Mesmo se eles exibem seu ódio com incivildades, provocações, e degradações, eles querem essencialmente encontrar seu lugar ao sol ou melhorar sua sorte em um universo de consumo perfeitamente assumido. Roubos, tráfico, e brutalidades visam tanto a apoderar-se de bens materiais inacessíveis extremamente valorizados quanto expressar simbolicamente um protesto muito forte (Muchambled, 2012, p. 294).

A individuação da juventude que Muchambled aponta, decorre deste deslocamento em que particularmente as lutas entre o espaço re-territorializado de violência que toma os corpos e existências nos lugares periféricos. Mas se Muchambled se ocupou do espaço europeu e eventualmente norte americano para desenvolver suas análises de declínio da violência, de modo pontual Mbembe situou a violência no espaço colonial escravista ou do imperialismo europeu como uma natureza em si das relações:

Violência, aqui, torna-se um componente da etiqueta, como dar chicotadas ou tirar a vida do escravo: um capricho ou um ato de pura destruição visando incutir o terror. A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte-em-vida. Em configurações como essas, a violência constitui a forma original do direito, e a exceção proporciona a estrutura da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto (Mbembe, 2018, p. 24).

Confirmando alguns vetores do que Mbembe, procurou conceituar para os espaços coloniais, se vê que a dimensão racializada das lógicas de exclusão e relegamento de determinados sujeitos é produtora de medos e fricções sociais nos lugares em que o capitalismo se reconfigurou. Particularmente a imagem do negro e da criminalidade das populações escravas no Brasil foram apontadas por Celia Azevedo (1987) como parte de um temor das elites políticas do século XIX que visando a novos projetos de manutenção de poderes assumiam o temor do “negro mau vindo do norte” oriundo do tráfico interprovincial de época. Elite que a par dos relatórios policiais da criminalidade escrava na transição abolicionista temia a possibilidade de uma “onda negra” e reforçava as ideias racistas dos novos projetos colonizadores imigrantistas. No contexto da transição para a liberdade da escravaria a violência concreta do roubo e das mortes de senhores, relatadas pelas autoridades policiais, se somava a experiência subjetiva de encaminhamento do problema do trabalho sentida pelas elites contratantes. Os projetos excludentes se somavam, ações de políticas imigrantistas e abolicionismo se complementavam, substituindo negros por brancos em atividades rurais e urbanas e concretizando em parte antigas proposições de controle social e sujeição do negro livre aos interesses dos proprietários (Azevedo, 1987). Seja como for tal trajetória foi moldada em medos reais, e outros subjetivos e interessados por parte das elites senhoriais amparados nos dispositivos policiais. A transição ao capitalismo com as relações restabelecidas dentro dos moldes do trabalho livre foi particularmente produtora de novos medos de lado a lado da sociedade

A emergência de um medo dos pobres e negros na tipificação das chamadas “classes perigosas” foi investigada no Brasil por Sidney Chalhoub (1989) e a demonstração do mundo social das resistências aos aparatos policíacos e “meganhas” que serviram no Brasil a determinados interesses é particularmente notável na subjetivação de uma percepção de lugares sociais de pobres e negros:

Na consciência popular, portanto, a desconfiança em relação a autoridade não se exprimia tanto por uma percepção de que as leis eram feitas para garantir os privilégios de uns poucos, mas sim pela constatação prática de que a autoridade mais visível o meganha, estava nas ruas e nos botequins da cidade para reprimir os homens

pobres, e não para arbitrar seus conflitos. A violência policial parecia tão generalizada e desmesurada na cidade do Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX que é impossível subestimar o papel do aparato repressivo policial, como elemento constitutivo essencial da estratégia de formação de um mercado capitalista de trabalho assalariado (Chalhoub, 2012, p. 282).

Já na iminência do século XXI, os medos por parte das elites dos pobres e negros que estão citados desproporcionalmente nos relatórios criminais, bem como a percepção de temor da população negra e em condições do acesso inicial ao mundo do trabalho, e de uma repressão iminentemente violenta. A forma do protesto em que estas relações ocorrem por parte daqueles que se atribuem a tarefa de denúncia de uma realidade, não vista por todos os lados da equação social.

Compreendendo algumas especificidades do cenário social no Brasil do capitalismo periférico, e desta forma testar a tese de que o protesto que emerge contra as relações racializadas, violentas e exploratórias de uma massa de jovens, no texto poético do *rap* de Djonga, se desdobra em torno de um drama da vida vivida, mas também na condição de “morte em vida” no dizer de Mbembe. Ao que parece, Djonga se ocupa de lidar efetivamente com algumas tipificações que a sociedade e autoridades policiais irão relatar de forma estigmatizada, a partir destes medos subjetivos sociais. Assim a violência e acesso ao mundo do trabalho, e aos bens de consumo que ele proporciona, estão intimamente ligadas nas várias circunstâncias em que o sujeito é relegado em sua situação racializada de objeto das relações cotidianas.

A VIOLÊNCIA SUBJETIVAMENTE SENTIDA E REPLICADA

O dado frio das estatísticas informa que a juventude, as causas e circunstâncias dos homicídios de jovens entre 15 e 29 anos sendo 94,6 % do sexo masculino são levadas em consideração nos dados do IPEA, e a demonstração de uma juventude perdida em que é assassinada com destaque para os Estados do Nordeste elenca o cenário de uma realidade tanto etária quanto racializada das mortes que acontecem cotidianamente:

Os dados trazidos pelo Atlas da Violência 2018 vêm complementar e atualizar o cenário de desigualdade racial em termos de violência letal no Brasil já descrito por outras publicações. É o caso do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, ano base 2015, que demonstrou que o risco de um jovem negro ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior que o de um jovem branco. Já o Anuário Brasileiro de Segurança Pública analisou 5.896 boletins de ocorrência de mortes decorrentes de intervenções policiais entre 2015 e 2016, o que representa 78 % do universo das mortes no período, e, ao descontar as vítimas cuja informação de raça/cor não estava disponível, identificou que 76,2 % das vítimas de atuação da polícia são negras (IPEA; FBSP, 2018 p. 41).

É referente a esses números e a uma significação da violência, que se relaciona aos medos das periferias, seus habitantes e a uma juventude, que pode até não vivenciar o pior da estigmatização social, mas que coexiste nesses meios quando o mundo do trabalho e de possibilidades de ascensão de classe ofertadas aos jovens.

A emergência de uma juventude entendida como uma categoria social específica no Brasil, que se relaciona com os conteúdos críticos do campo musical foi indicada por Marcos Napolitano recentemente como um visível fenômeno de retroalimentação que reafirma identidades (2022). Principalmente quando essa juventude comporta uma forte dose de crítica social por meio de uma mensagem de rebeldia que aponta para os desníveis geracionais e evidentemente de classe. Sobre o *rap* e sua reafirmação das questões de repressão geracional, dificuldades de condições de trabalho e acesso a bens culturais no caso brasileiro, indica que há uma justa denúncia das opressões sentidas nas experiências comuns de jovens que reatualizam a natural fonte de rejeição a cultura adulta em si mas que efetivamente se realiza no capitalismo excludente.

Inegavelmente desde fins do século XX em todo o mundo, uma das principais características do *rap* como gênero musical nascido nos Estados Unidos da América, são os relatos contendo críticas sociais em suas letras, e uma profunda conexão com os temas da juventude e das periferias urbanas.

Estes elementos a partir da virada dos anos 2000 adquiriram uma multiplicidade estética que vem acompanhada de novas abordagens, tecnologias, discursos e performances que confrontam inúmeros valores arraigados na sociedade interconectada. Em particular no cenário brasileiro o sucesso do álbum *Sobrevivendo no Inferno*, do grupo Racionais, no final dos anos noventas, inaugurou as possibilidades das vozes da periferia chegarem ao mercado musical.

A virada de fim de século assistiu à emergência de novas cenas neste gênero. Os destaques para além do grupo ligado a Mano Brown e Ice Blue, foram o *rapper* Sabotage, Dina Di, MV Bill, entre inúmeros outros. Já no começo da segunda década, a visibilidade chegou aos nomes como Criolo e Emicida, no qual o gênero *rap* obteve uma nova condição, expressa em reconhecimento social, que vem possibilitando a disseminação do gênero como um dos produtos culturais mais bem situados dos últimos anos. Inicialmente houve maior relevância de grupos e *rappers* do eixo Rio/São Paulo, bem como as oportunidades dentro da cena, em virtude do amadurecimento do sistema de produção fonográfico e mercado de circulação de bens culturais que em sua maioria estavam nesses estados até 2010.

O que vai se desvelando a partir de 2016 é o surgimento de novas cenas no país, como a visibilidade da periferia soteropolitana na voz do artista Baco Exu do Blues e também no entorno da cidade de Belo Horizonte. A exemplo do grupo DV Tribo de Belo Horizonte, integrado por Hot Apocalypse, Fabricio FBC, Clara Lima, Oreia, Coyote Beats e Djonga. Esse último ganhando maior relevância por sua maneira de rimar agressivamente — pelos seus temas — e na vocalização “gritada” aproximando o gênero de estéticas anteriores como o grito no Heavy Metal.

Depois de lançados alguns *singles*, o nome de Djonga ganhou maior destaque após seu primeiro álbum solo, *Heresia* (2017) e de lá pra cá, o artista vem lançando um álbum a cada ano. Observa-se que o *rapper* mineiro foi o único representante brasileiro indicado em um dos maiores prêmios de *rap* mundiais, o *BET Hip-Hop Awards*, premiação norte-americana ocorrida em 2020. Tendo isso em vista, como entender algumas das perspectivas narrativas do *rapper* Djonga vigentes em suas letras referente a violências vivenciadas por jovens negros.

Violências muitas vezes dirigidas a estes jovens, e denunciada como fonte de angústias e interdições de projetos ou planos de vida. Seja violência estatal, policial ou no cotidiano da troca interpessoal e interclassista, as letras selecionadas demonstram como o *rapper* trata dessa temática. Através de conceitos de violência, das políticas públicas, seus estigmas e aqueles derivados da própria experiência periférica presente em seu conteúdo que somada a abordagens de suas histórias nos permitirão refletir os meandros sociais de uma juventude que vive as tensões do mundo no início do século XXI.

AS QUESTÕES DA RACIALIDADE

Um dos importantes aspectos da música *rap* que fascina inúmeras audiências, está ligado ao paradigma que é adotado para interlocução com seu público. Essa forma de comunicação através do canto falado que confronta e interpela, possibilitou que o gênero se tornasse uma das maneiras mais acessíveis de interpretação contemporânea no meio musical principalmente no que se refere às críticas sociais dirigidas a este público. Sabe-se também que o *rap* não se reduz apenas a denúncias e relatos desses obstáculos que se interpõem aos artistas e as comunidades que eles representam. Nesse universo estão contidas diversas temáticas adotadas pelos praticantes, músicos e poetas e muitas vezes *rappers* eminentemente subversivos pelos seus conteúdos. Porém, é esse molde de comunicação que resiste ao modo de produção dominante, atualizando a *forma* de fazer sem alterar o *conteúdo*. Em outras palavras, no dizer de Félix o "paradigma" adotado através do confronto ainda é a forma de comunicar insatisfações, principalmente, de jovens negros periféricos.^[52]

Essa forma de comunicação funcionou como espaço contra-hegemônico questionando as estruturas sociais e suas exclusões. Uma dessas estruturas dominantes é a violência estatal, que se tornou um tema recorrente nas letras de *rap* por expressar perspectivas perante o tratamento do Estado, seja pelas mãos da polícia ou pela exclusão social em diferentes segmentos. Os aspectos dos processos

⁵² O antropólogo João Félix, em sua tese (2005) nos permite entender como lá no início da inserção do *rap* no Brasil, a inovação estava nessa forma e no paradigma que o hip-hop tomou para si: "Isto é, a novidade do *Hip Hop* não está no fato de seus praticantes atuarem no campo político, como demonstraremos mais à frente; a inovação está na forma e no paradigma que adotam" (Félix, 2005, p. 49).

de dominação e subalternização material e cultural do negro no Brasil é um mecanismo engendrado de diferentes formas contra a população negra, tornando o racismo algo central para compreensão das dinâmicas adotadas pelo Estado.

Um dos primeiros *raps* que caracterizou o estilo musical como música que contém críticas sociais estava na coletânea *Hip Hop Cultura*, lançado em 1988, demarcando essa característica com o som *Homens da Lei*, de Thaíde e Dj Hum, que apontaram a violência policial no estado de São Paulo, alegando que, "*policial é marginal e essa a lei do cão / a polícia mata o povo e não vai para prisão / são homens da lei, reis da zona sul*" demonstrando ainda como o Estado tentava mascarar essas contrariedades com "*sua boa imagem*" que gastava uma "*boa grana*" vislumbrando que "*São Paulo é um estado com muita segurança*" mas que por detrás "*o povo todo ela aniquila*". Nesse período o país enfrentava o fim do longo ciclo ditatorial que potencializou o teor crítico em diferentes segmentos das produções de cultura de massas e essa forte característica do *rap* emerge nesse contexto de expansão das lutas afirmativas bem como a mobilização de diversos setores sociais, sendo o movimento negro um do seus principais protagonistas.^[53] Os temas relacionados à violência contra corpos negros acabou ganhando espaço no estilo musical tornando as críticas sociais algo indispensável e pertinente, seja por esse período ou pela herança colonial que são alimentados pelo racismo.

O racismo como base das políticas de Estado ameaça esses corpos negros tornando em muitos casos as questões sociais um campo de atuação militar e jurídica. Dessa forma, a poética do confronto que moldou a música *rap* nesse período, renova-se ao longo dos anos mantendo sua legitimidade e demonstrando frequentemente desprezo por quem dentro desse meio não levanta essas questões em suas letras. As tantas gerações e deslocamentos temáticos dentro do

⁵³ O sociólogo Tiarajú D'Andrea atesta que a emergência do movimento hip-hop no Brasil aconteceu no fim do longo ciclo ditatorial com aumento do teor críticos em diferentes segmentos, como as telenovelas, programas humorísticos, escolas de samba, bem como o destaque fundamental do movimento negro reivindicando a inclusão de suas pautas nas causas políticas: "Luta esta que foi potencializada por três fenômenos históricos quase que simultâneos: o fim da ditadura militar, e a conseqüente possibilidade de visibilidade e extensão das lutas afirmativas; a constituição brasileira promulgada em 1988 e que mobilizou uma série de setores sociais preocupados em verem atendidas suas demandas, da qual o movimento negro foi um de seus protagonistas, e; o fato de no ano de 1988 ter sido o do centenário da abolição da escravatura no Brasil, data que potencializou publicamente ainda mais as demandas reivindicativas desse setor social" (Tiaraju, 2013, p. 77).

rap não deixaram para trás os ensinamentos passados por letras como Negro Drama, do grupo Racionais, ou Mun-Rá, de Sabotage, ou, ainda, o Brasil, cantado na perspectiva de Emicida, em Boa Esperança.

Renovando-se mais uma vez nas letras do rapper mineiro Djonga, que destacou-se desde seu primeiro trabalho, em 2017, com álbum de estreia *Heresia*, no qual ele levanta questões sociais em várias músicas do disco, assim como ressaltado em Esquimó, que "o morro tem sua própria polícia" pois "pretos precisam se defender / no final não temos de quem depender / por sinal, só temos quem vai nos prender", referenciando também o rapper Emicida no verso "gente, cês até hoje não entenderam aquela que o Emicida cita o Gil Vicente", fazendo alusão à canção intitulada 8, em que o rapper destaca ter "saudades de passar batido tipo a morte dos inocente".

A denúncia da atuação do Estado como modelo de controle desses corpos acompanha o trabalho de Djonga que evidenciou suas inquietações também nos álbuns posteriores com provocações desde a capa de seus discos que sempre são bem emblemáticas, como de seu segundo trabalho intitulado *O Menino Que Queria Ser Deus*. Neste disco, a capa retrata o rapper ao lado de uma mulher preta e gorda, enquanto ele está pisando em um homem branco de terno. Em uma das letras deste trabalho, Djonga demonstra que seu destaque na cena do rap nacional perde a significância quando "esse trono de rei do rap não vale nada / enquanto morrer o menor pra ser rei na quebrada / tipo enquanto alguém for escravo nenhum de nós é livre", fazendo uma crítica pontual ao período colonial, bem como as mortes em periferias. A música Corra mantém essa crítica que "brinca" com o tempo histórico e a herança do colonialismo referente ao tratamento do Estado, vejamos:

Amor, olha o que fizeram com nosso povo / Amor, esse é o sangue da nossa gente / Amor, olha a revolta do nosso povo / Eu vou, juro que hoje eu vou ser diferente / Éramos milhões, até que vieram vilões / O ataque nosso não bastou / Fui de bastão, eles tinham a pólvora / Vi meu povo se apavorar/E às vezes eu sinto que nada que/eu tente fazer vai mudar (Djonga, 2018. Faixa 07).

A canção se inicia, com refrão cantado pela rapper Paige, também mineira, alertando com "olha o que fizeram com nosso povo" no qual a palavra "amor" demonstra aproximação e o afeto em meio ao "sangue da nossa gente". O enunciador começa referindo-se a colonização porém coloca-se presente nos atos violentos daquele período com "fui"

e “vi” demonstrando a violência instrumental da ocupação colonial como possibilidades sentidas na própria carne. No jogo da circularidade de conceitos interpretativos presentes nas letras que perpassam as reflexões críticas e de protesto se adensa um conjunto de sentidos. Essas invasões, citadas bem como seus legados gerando a violência estatal são denominadas por Achille Mbembe como “necropolítica” fazendo com que essas políticas definidas como “a expressão máxima da soberania” acabasse residindo “em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5). Por conta disso, Djonga ainda ressalta:

Eles são a resposta pra fome / Eles são o revólver que aponta / Vocês são a resposta porque tanto / Einstein no morro morre e não desponta / Vocês são o meu medo na noite / Vocês são mentira bem contada / Vocês são a porra do sistema que vê / Mãe sofrendo e faz virar piada, porra / Eu vi os menor pegando em arma, pois cês foram silenciadores / Eu vi meu pai chorando o desemprego, desespero / Pra que isso, mano? / Eu não quero vida de pizzaiolo, e sim ser dono da pizzeria / Querem que eu me contente com nada / Sem meu povo o tudo não existiria / Eu disse: “Óh como 'cê chega na minha terra” / Ele responde: “Quem disse que a terra é sua?”.

Distanciando-se de seus representados algozes referindo a “eles” ou “vocês”, o *rapper* relata que como “eles são o revólver que aponta” ao mesmo tempo que são a resposta para problema sociais, como a fome e a falta de educação de qualidade fazendo com que tanto “Einstein no morro morre e não desponta” demonstrando como o controle do Estado sobre esses corpos negros são destinados à marginalidade, escassez da educação ou como definido por Mbembe a “instrumentalização generalizada da existência humana e da destruição material de corpos humanos e populações” (2018, p. 11). Uma outra interpretação aqui pode ser feita a respeito da interdição aos jovens que não se destacam na ciência ou cultura letrada, que pode ser entendida na chave em que a impossibilidade de dar certo e acessar as camadas superiores das sociedade pela via do esforço equivale também a uma morte em vida. A vida das potencialidades que não se realiza.

O medo do qual Djonga refere-se pode ser articulado com a violência instrumental da qual estamos falando, que na perspectiva de Mbembe, morte e liberdade estão entrelaçadas, bem como o terror ser uma característica que demarca o tratamento do Estado:

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os Estados escravistas quanto os regimes coloniais contemporâneos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de "viver na dor": estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação, interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando as ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias; soldados urinando nas cercas, atirando nos tanques de água dos telhados só por diversão, repetindo slogans ofensivos, batendo nas portas frágeis de lata para assustar as crianças, confiscando papéis ou despejando lixo no meio de um bairro residencial; guardas de fronteira chutando uma banca de legumes ou fechando fronteiras sem motivo algum; ossos quebrados; tiroteios e fatalidades — um certo tipo de loucura (2018, p. 54).

Tais circunstâncias apresentadas por Mbembe acima demonstram como o terror através dessas práticas definem a soberania dos Estados que fortalece as sociedades contemporâneas e dissemina as políticas de mortes. O terror e a morte desses corpos estão ligados à essa soberania, que pode ser entendida como aparelhamento do Estado que conseqüentemente possui um ideal de extermínio desses corpos específicos. A chave para compreensão do conceito empregado por Mbembe e como ele se apresenta nessa obra de Djonga e em

outras do artista está nas propostas de denúncias para diversas relações de poder existentes.

À luz da crítica de Michel Foucault à noção de soberania e suas relações, portanto a *biopolítica*, sendo a força que controla a população transformando o ser biológico em objeto da política que é controlado pelo poder do Estado, e o *biopoder*, cujo domínio da vida é controlado pelo poder no qual as micro relações são as “ferramentas” para que seja possível “ordenar e coordenar” quem vive e quem morre:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a “população” como tal, sobre o homem como ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de “fazer viver”. A soberania fazia morrer e deixava de viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer (Foucault, 1999, p. 294).

Essas tecnologias de poder e seus “dispositivos” como chama o autor, administram e controlam populações por meio de uma “rede” que possui a possibilidade de atuar em diferentes segmentos e escalas através dos “*discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas*” que tornam “o dito e o não dito” elementos desse dispositivo através dessa “*rede que se pode tecer entre estes elementos*” (Foucault, 2000 p. 243-27).

Com base no biopoder e seus dispositivos de controle da população, Mbembe formula o conceito de necropolítica concluindo que “*a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte*” por isso ele propõe a necropolítica e o necropoder “*para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar o ‘mundo de morte’.*” Entendendo que as análises de Foucault partem de uma esfera eurocêntrica, Mbembe defende que a ideia de “eliminação de inimigos do Estado” sempre esteve relacionada ao período escravocrata, demonstrando como regiões periféricas e genocídios não

européus seguem um padrão entendido pelo autor como algo que age através da morte como necessidade civilizacional submetendo as populações ao encadeamento de diversos poderes disciplinares, biopolíticos e necropolíticos.

Ao situarmos a necropolítica percebemos que a política de morte adaptada pelo Estado não deve ser entendida apenas como um episódio ou um fenômeno que foge à regra, ela é a regra. O uso legítimo da força, extermínio e da política de inimizade, separa quem é amigo e quem é inimigo e por reunir esses elementos que podemos pensar o conceito de Mbembe ou esses "dispositivos" através da realidade brasileira e das narrativas moldadas através desse cotidiano, por meio da arte de Djonga. Em outras palavras, as políticas de mortes são implementadas em direção aos grupos considerados "inimigos" em países marcados pelo colonialismo.

Alguns definiram o sentido do *rap* de Djonga como uma ferramenta de resistência da luta negra no Brasil na definição de um sentido identitário próprio. (Fernandes; Azevedo; Santos; Prata, 2019) No entanto os conceitos de identidades e soberanias que podem ser vistos e construídos a partir dos protestos vistos em Djonga, em um Estado-nação em desconstrução precisam ser relativizados. Manuel Castells (2002) indica a perda crescente da capacidade de monopólio da violência por parte do Estado e a emergência de redes transnacionais de poder e violência:

[...] quando grupos comunais, ou gangues locais, renunciam a sua participação no Estado-Nação, esse Estado torna-se cada vez mais vulnerável à violência subjacente à estrutura social da sociedade que o constitui, como se os Estados tivessem de se manter permanentemente engajados em uma guerra de guerrilhas (Castells, 2002, p. 351).

Nesse sentido, no Brasil as relações com as polícias, com as milícias, com o estatuto da violência interpessoal, de classe e racializada generalizada na sociedade, são a soma das percepções de medos que alimentam os sujeitos e suas conseqüentes soberanias. Os condomínios fechados da burguesia, via de regra branca, contra uma realidade periférica desprotegida e vulnerável alimentam a soma dos medos de lado a lado.

Por conta disso, ao retomarmos à música Corra, na segunda parte, Djonga alega que há uma “*cerca que nos separa*” e sua mente diz: “*get out, Gustavo, corra!*”^[54] no qual não cabe apenas sua persona, utilizando seu próprio nome para enfatizar como este medo do seu algoz é algo pessoal. Interpretando falas que poderiam ser ditas por essas pessoas que geram o medo da morte, ele versa mais adiante sobre a perspectiva “*de quem tá com controle do game*” os mesmos que dizem “*não treme, não geme, se cala, vadia / aqui é a porra do senhor de engenho*” e são “*a morte, o diabo, o capeta / a careta que te assombra quando fecha o olho*” que “*gozam com o choro*” desses corpos negros desde o período colonial, e em sua visão reatualizado na contemporaneidade.

A ideia de que frações da sociedade e Estado enxergam corpos semelhantes ao do artista como inimigos, nos faz refletir o quão a juventude negra carrega os sentimentos de medo e revolta; percebendo que a soma desses tratamentos à luz do racismo que despreza esses corpos. O protesto aqui, vem carregando tradições escravocratas, mas indicando o momento atual em que a burguesia sem aguentar ver um preto líder, como ele alega na faixa Julho de 94. Nessa mesma faixa, o artista em alguns momentos versa sobre como ele desafia a lei da gravidade por não estar preso ou morto, tendo em vista que vários jovens negros, retintos como ele, ocupam esses lugares. Ao dizer o nome de alguém possivelmente próximo, “*Pedro, eu volto pra te buscar / esses filha da puta nunca mais vai te atirar*” consegue traduzir o tom pessoal que há nesse medo das políticas de morte.

Podemos pensar também, o por que do artista mesmo não estando em um Estado da Federação — como Minas Gerais — com altos índices de mortes desses corpos negros se dispõe tanto para pensar sobre esses “dispositivos” do Estado? E a resposta consiste em entender que independente do lugar, o *corpo negro* nacionalmente como visto nos dados do IPEA, é o sujeito que mais morre nesse país, sem nenhuma justificativa plausível. Aquilo que Mbembe chama de topografia de crueldade demonstra como alguns *lugares* e nesse caso, todo o território brasileiro, frações do Estado tem licença para matar na constante guerra de guerrilhas sentida de modo subjetivo e

⁵⁴ Com esse título da música e frase, a referência que Djonga deseja demarcar é a respeito da obra cinematográfica de Jordan Peele, *Get out* (2017) traduzido no Brasil como “*Corra*” na qual, as existências negras, são abduzidas ou hipnotizadas para dentro de um mundo branco que ao mesmo tempo repele e deseja os atributos negros em sua materialidade.

que ganha cada vez mais concretude nas periferias. Se observarmos a necropolítica como tangível e o racismo como elemento estrutural brasileiro, chegamos a conclusão que a política de morte tem um endereço corpóreo específico.

Pode-se de articular ainda essa resposta ao *dispositivo de racialidade*^[55] pensado pela filósofa Sueli Carneiro, aproximando de forma concisa da realidade brasileira. À luz também do *biopoder* e dos "dispositivos" analisados por Michel Foucault, a autora considera a noção de "dispositivo" a natureza das práticas engendradas através do racismo e da discriminação racial na sociedade brasileira. Não só as políticas de morte pensadas por Mbembe, Sueli busca refletir como a organização da vida social brasileira é resultado de um complexo dispositivo que engendra leis, instituições, campos do conhecimento, modos de distribuição de pessoas e seus espaços:

Na branquitude se configura o vitalismo como signo que se consubstancia na maior expectativa de vida, nos menores índices de mortalidade e morbidade como consequência de seu acesso privilegiado aos bens socialmente construídos. Porém, o 'deixar viver e deixar morrer' define as condições de vida e morte a que a racialidade estará submetida em todos os seus vetores pelo poder de soberania que a informa e que decide sobre o valor de cada vida e de cada morte no âmbito da racialidade (Carneiro, 2005, p. 78).

Por isso, quando Djonga inicia a faixa Bené, de seu terceiro álbum, questionando, "*o que vale mais, um jovem negro ou uma grama de pó? / Por enquanto ninguém responde e morre uma pá*", notamos a preocupação do artista em demonstrar que a *necropolítica* não é o único problema, o descaso com esses corpos, além da associação ao tráfico que pode levar a morte, transforma esse corpo descartável em sua totalidade. Nessa mesma música, o enunciador reflete sobre como "*os homens maus destroem perspectivas*" e questiona mais uma vez o valor do corpo negro em "*aqui não tem quem vive muito igual Mun-Rá / se o beco é Faixa de Gaza, aguenta o boom, tá? o que tem mais, notas ou corpos pra contar?*".

⁵⁵ A filósofa explica que o **dispositivo** é fruto de um contrato racial que não é pactuado por todos, somente entre os brancos, se fundamentando na cumplicidade em relação à subordinação social e na eliminação de pessoas negras. Sueli utiliza o conceito para elucidar a dualidade entre positivo e negativo estabelecida através da cor da pele, tendo a branquitude como fator de identificação do "normal" (Grifo).

Resultado da colonização que engendra o dispositivo de racialidade pensado por Sueli como “instrumento disciplinar e normalizador das relações raciais” (Carneiro, 2005, p. 75), uma vez que essa *racialidade* é “compreendida como uma noção produtora de um campo ontológico, um campo epistemológico e um campo de poder conformando, portanto, saberes, poderes e modos de subjetivação, cuja articulação constitui um dispositivo de poder” (2005, p. 56). Devido a isso, o corpo negro perde seu valor muito antes da morte, seja judicialmente ou por políticas que excluem e desqualifica esses corpos por meio da soberania pré definida através da raça:

A definição dos corpos adequados para suportar esse processo de desenvolvimento capitalista num processo de industrialização nascente irá determinar no Brasil os estoques raciais adequados para essa tarefa. As predisposições raciais definidas para cada grupo humano irão suportar essas escolhas. (Carneiro, 2005, p. 75)

Para a autora, o racismo torna-se um mecanismo complexo que engloba diferentes práticas contra o negro, ora tentando discipliná-lo e domesticá-lo, ora excluindo-o ou meramente assassinando este sujeito. Para isso, é necessário afirmar a identidade negra pela negatividade construindo assim, uma identidade oposta à sua, ou seja, “uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será sua representação” (Carneiro, 2005, p. 42).

Conseguimos entrever a visão positiva e negativa do negro no terceiro álbum de Djonga, que ressignifica a palavra “ladrão”, apresentando como esse estereótipo foi construído historicamente de maneira equivocada, dado que, desde a ocupação colonial há uma usurpação de corpos, culturas, religiões das quais é meramente impossível recuperar esse estrago colonizador. Acreditando endereçar o verdadeiro inimigo, na primeira faixa do disco, intitulada Hat-Trick, o artista ressignifica “ladrão” demonstrando a importância da ancestralidade e do resgate antirracista desse termo, constatando que “*desde pequeno geral te aponta o dedo / no olhar da madame eu consigo sentir o medo / 'cê cresce achando que 'cê é pior que eles/irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo*” e por isso temos que pegar “de volta o que nos foi tirado” recordando que é necessária atitude de ressignificação pois “*ou você faz isso ou seria em vão que nossos ancestrais teriam sangrado*”.

Na faixa que dá nome ao disco, Djonga começa dizendo que vai *"roubar o patrimônio do seu pai/dar fuga no chevette e distribuir na favela"* demonstrando mais uma vez a ideia de positivo e negativo através da raça. Alegando que é ladrão por tomar *"dos boy"* dinheiro revestido em ingresso para seus shows, além de ter roubado dos *"playba o destaque na cena"*. Essas formas de apresentação do termo ladrão empregadas pelo artista demonstram a redefinição dessas dimensões e suas hierarquias, se reafirmando como "ladrão" só que conduzindo o ouvinte a direcionar os "roubos" como reparação histórica, dado que a burguesia instituiu o padrão do que é considerado roubo e/ou quem rouba.

Outro exemplo do dispositivo proposto por Sueli que demonstra a violência contra esses corpos, está posto no *epistemicídio*,^[56] que configura a racialidade através do domínio na produção de saberes, poderes e subjetividades, no qual há uma *"anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual"* (Carneiro, 2005, p. 97).

Na música O Cara de Óculos, do seu quarto álbum, Djonga mais uma vez faz a inversão de valores sobre estereótipos que são colocados em seus semelhantes alegando que *"consciência social era roubar playboy"* e como o epistemicídio está visivelmente presente quando ele viu amigos assinando artigos criminais como *"157, 33"*^[57] sem *"nem saber escrever"* e como isso fez *"muito cara certo entrar na vida errada"* e por isso ele reflete sobre *"dinheiro sujo compra roupa limpa / essa é a prova que os opostos se atraem / igual polícia e preto na parede / coisas que não entendo junto ainda"*. Nota-se aqui, como o *rapper* apresenta a falta de escolaridade como ponto norteador para negros entrarem no mundo do crime. As questões da juventude se apresentam, a circularidade conceitual movendo uma reflexão vinda de alguém que

⁵⁶ O termo foi analisado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos que definiu o epistemicídio como a outra face do genocídio, tornando-se um dos instrumentos mais eficazes da dominação racial: "O epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista, tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais)" (Sousa Santos, 2018, p. 200).

⁵⁷ O artigo 157 do código penal trata de furto e roubo e o artigo 33 trata do tráfico de drogas.

teve acesso ao ensino superior consegue perceber e denunciar que os processos de discriminação estão ligados a negação do conhecimento para alguns. É possível compreender aquilo que Sueli diz referente ao epistemicídio, que mutila a capacidade de aprendizado:

Pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Por isso, o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender (Carneiro, 2005, p. 97).

A marginalização desses corpos por meio do conhecimento nos levam a entender um dos “dispositivos” que torna o negro a representação da selvageria, no qual ele é incapaz de adquirir e produzir conhecimento. Se a necropolítica apresenta o extermínio desses corpos, o epistemicídio dispõe da capacidade cognitiva do negro e seus arranjos como produção de saberes, impactando na maneira que suas subjetividades são produzidas. Minar as expectativas desses sujeitos e inferiorizá-lo intelectualmente torna-se também uma maneira de matá-lo ainda em vida.

De acordo com as questões que estão sendo apresentadas até aqui, identifica-se a música que fez o *rapper* mineiro criar um dos gritos mais utilizados pela juventude atualmente, a letra de Olho de Tigre. A mensagem presente na música delinea com êxito o que falamos até este momento. Quando destacamos mais acima sobre o *paradigma* que é adotado pela música *rap* para comunicação com seu público, que em muitos casos, resiste ao modo de produção cultural dominante, observamos a potência da denúncia. Nota-se que Djonga consegue traduzir a atualização da maneira que é feita a comunicação, sem alterar o conteúdo de críticas que é consagrado no gênero musical. Com a Olho de Tigre, o *rapper* levantou o grito de “Fogo nos Racistas”, endereçando a branquitude e suas indignações perante o racismo, e as tipificações estereotipadas do sujeito negro, vejamos:

Um boy branco, me pediu um high five / Confundi com um Heil, Hitler / Quem tem minha cor é ladrão / Quem tem a cor de Eric Clapton é cleptomaniaco / Na hora do

juízo, Deus é preto e brasileiro / E pra salvar o país, cristão, ex-militar / Que acha que mulher reunida é puteiro/Machista 'tá osso / E até eu que sou cachorro não consigo mais roer / E esse castelo /vai ruir, e eles são fracos, vão chorar até se não doer / Não queremos ser o futuro, somos o presente / Na chamada a professora diz, "Pantera Negra" / Eu respondo, "Presente" / Morreu mais um no seu bairro / E você preocupado com a buceta branca / Gritando com a preta, "Sou eu quem te banca!" / Assustando ela, "Sou eu quem te espanca!" (Djonga, 2017).

No início da letra é possível notar a associação que Djonga faz quando um "boy branco" tenta forçar intimidade com ele, no qual ele associa ao gesto de cumprimento nazista, bem como a associação de "ladrão" a cor da pele, como vimos anteriormente, mas que demonstra mesmo antes do disco que contém este nome, o *rapper* já tentava levantar o questionamento sobre esses estereótipos. [58] Ao trazer referências também sobre o tratamento que a mulher negra recebe, percebemos a reflexão do artista não só como homem negro mas a cor da pele como aparelhamento desse racismo.

Versando ainda sobre o desprezo que ocorre quando morre um jovem negro no bairro e outros jovens desses lugares estão preocupados com mulheres brancas, o *rapper* centraliza a morte desses corpos como algo insignificante muitas vezes, até para pessoas vindas desse lugar, ou seja, nem todas as pessoas que vivem em lugares historicamente periféricos, estão preocupados com a morte de seus semelhantes. O refrão que simboliza a radicalidade do pensamento do *rapper*, cantando "*sensação, sensacional, firma, firma, firma, fogo nos racista*", demonstrando como essas políticas de mortes e seus dispositivos radicalizam a revolta de quem é excluído, desprezado e morto. Em um outro momento da música, Djonga demonstra essa revolta:

Melhor Tyga, *eye of tiger* / Estamos de olho / *Eye of tiger, eye of tiger*, eu sigo de olho / Olha eu olhando pros fascista / Igual Floyd olha pro McGregor / Se num entendeu o que eu tô falando / Eu devo 'tá falando grego, ó / Sou reflexo da sociedade, reflexo virou matéria / Os preto 'tá

⁵⁸ Olho de Tigre foi lançada pelo canal da PinneappleStorm, no Youtube, em 2017, dois anos antes do lançamento de Ladrão.

tão no topo / Que pra abater só um caça da Força Aérea
/ Seu time cometeu falta grave / Nós resolve no tapa / E
meu disco é a prova / Que se pode julgar o livro pela capa
(Djonga, 2017).

Fazendo alusão ao caso de George Floyd, que teve sua vida ceifada por um policial, em 2020, nos Estados Unidos da América, mantendo o joelho em seu pescoço por oito minutos, sendo que ele já estava imobilizado no chão. O assassinato de Floyd naquele contexto e situação gerou revolta social e uma onda de protestos antirracistas. Por isso, ao dizer que está “olhando pros fascistas” semelhante à forma que Floyd olhou para seu assassino, Djonga demonstra que há medo nas políticas de morte mas também há revolta e indignação, mostrando que podemos resolver “no tapa” essas falhas ou colocar em prática o que sugere no refrão.

Na dinâmica da circularidade conceitual seguindo ainda a cartilha do colonialismo, o extermínio do corpo negro segue estratégias de captura, aprisionamento, exploração e dominação. Por isso, está presente em Djonga e suas mensagens viéses da necropolítica implicadas com o “dispositivo de racialidade”, uma vez que esses corpos não apenas são mortos, mas há práticas que envolvem o corpo negro no desequilíbrio entre o poder de quem vive e quem morre. As estruturas racistas são questionadas pelos *rappers* como forma de conscientização desse lugar que o negro ocupa na sociedade. Diante disso, Djonga atualmente traduz em suas obras a radicalidade necessária para se pensar essas questões. Como jovem negro retinto, o *rapper* é atravessado pelas relações raciais de certo modo, como os intelectuais que trabalhamos aqui. Claro que não devemos reduzir o corpo negro apenas a violência, tanto ele, quanto Mbembe e Sueli, são corpos que independente do lugar, possuem a mesma cor de pele, fazendo com que suas experiências possam entrecruzar a fim de elucidar, seja para ouvinte ou para o leitor, como os parâmetros coloniais ainda hoje percorrem esses sujeitos, que são deixados para morrer, sendo escritos “sob o signo da morte”. (Carneiro, 2005, p. 94)

AS QUESTÕES DA JUVENTUDE

Junho de 94

Chegar aqui de onde eu vim / É desafiar a lei da gravidade / Pobre morre ou é preso, nessa idade / Saudade quando era chinelin no pé / E quase nada pra te provar, camará[...] / Nessa vida pouca coisa faz sentido / Só que ainda eu não tô pronto para a morte[...] / Virei a porra do vilão que vocês criaram / Cedo demais mirei as estrelas / E foi na porra da minha testa que eles miraram[...] / É pelo Neném e o Dieguin / Pedro, eu volto pra te buscar / Esses filha da puta nunca mais vai te atirar (não) / Nunca mais vai te atirar / Eu percebi que tava tudo errado / Quando esqueci/ que meu primeiro som chama Corpo Fechado / E que se eu pular daqui / Eu deixo vários pai e mãe desamparado[...] (Djonga,2018).

As trajetórias da juventude, seus anseios e suas comparações com os conhecidos que ficaram pelo caminho sem se integrarem ao mundo do trabalho quando não mortos efetivamente são valores que se reafirmam no espectro dos corpos preferenciais do alvo dos meganhas. O olhar policial, se confunde com o olhar da sociedade em Hat Trick:

O dedo, desde pequeno geral te aponta o dedo / No olhar da madame eu consigo sentir o medo / 'Cê cresce achando que 'cê é pior que eles / Irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo / Ladrão, então peguemos de volta o que nos foi tirado.

Mano, ou você faz isso / Ou seria em vão o que os nossos ancestrais teriam sangrado / De onde eu vim quase todos dependem de mim / Todos temendo meu não, todos esperam meu sim / Do alto do morro, rezam pela minha vida / Do alto do prédio, pelo meu fim / Ladrão / No olhar de uma mãe eu consigo entender o que pega com o irmão / Tia, vou resolver seu problema / Eu faço isso da forma mais honesta / E ainda assim vão me chamar de ladrão / Ladrão (Djonga,2019).

Hat trick, funciona como uma descrição densa das conexões entre a juventude estereotipada pelo medos burgueses das “classes

perigosas”, na qual o autor articula os conceitos do sangue e da ancestralidade e as expectativas sociais do “ser alguém na vida” e ao mesmo tempo dos limites que essa mesma juventude enfrenta.

No *rap* já visto anteriormente sob a ótica dos dispositivos racializados, intitulado Bené, o questionamento retórico expresso no trecho “O que vale mais, um jovem negro ou um grama de pó? / Por enquanto ninguém responde e morre uma pá / É que hoje *playboy* fala gíria e porta uma Glo” (2019) a tessitura do *flow* vocal assume uma dinâmica de ruptura da apresentação de abertura do diálogo que introduziu a necessidade de mais uma canção ou denúncia. Essa tessitura funciona como mote da tensão em que a narrativa segue de maneira a aconselhar aos jovens a partir da experiência adquirida. E ainda em Bené, em seu contexto mais amplo, “*Homens maus destroem perspectivas / Perplexo só fica quem crê em conto de fadas / No país onde a fachada que não aleija, elege / Atira em mim que eu mudo tudo, e conversa encerrada*”. Djonga nesse trecho sem se referir de modo direto a polícia, as milícias ou ao comando do crime organizado sugere a articulação entre poderes espúrios do Estado. A referência é clara no contexto de época: a fachada recebida por um candidato à Presidência da República, que teria contatos com o submundo das milícias. Desta forma ele aponta para a impossibilidade de manutenção da vida que vale a pena ser vivida e para a “destruição das perspectivas” que pode ser política e não só pela eliminação dos corpos negros alvos preferenciais.

Na música “Deus e o diabo na terra do sol”, os temas da narrativa se deslocam para a vontade de ascensão social, a valorização sócio profissional de artista auto referente, e os temas do amor que interessam tanto a juventude. Mesmo mudando o enfoque, não é menor o desejo do *rapper* de trazer um repertório de imagens em que uma determinada estética do combate é relevante. A começar pela nítida opção de realizar uma referência à icônica obra de Glauber Rocha, que traz os enfrentamentos tensos dos problemas nacionais. Na imagem dos glauberianos personagens no cenário do árido sertão empobrecido pelas tiranias da sociedade desigual no discurso ora crítico, ora denunciante.

A referência atua de forma a pautar uma juventude que disputa o espaço de conquista do sucesso, e essa linguagem se traduz nos jargões e imagens da violência histórica e cotidiana. Histórias

que alçam o anti-herói desejado como vencedor, principalmente se consegue vencer ou contornar os obstáculos que se interpõe e que podem interditar tanto a própria existência quanto as chances menores ainda, de uma escalada social. Com a "compra de casa na área dos *boy*" se chegaria a um lugar que a meritocracia liberal ou burguesa nesse contexto via-de-regra nega aos corpos e sujeitos negros, mas efetivamente aos jovens que se lançam no mundo do trabalho, ou do crime:

Nessa cena todo mundo é bandido / Mas quase ninguém
pegou num revólver / De fanbase aqueles menor que
paga na net / Querem ser tekashi, mas nunca fizeram um
meia nove [...]

Os preto nessa plateia, eu te digo que poucos vi lá / Vi-
lão, fudeu, já que meritocracia pa' pobre/ É só se a frase
for: morreu porque mereceu / Garota, não tema o novo /
Eu quero ser seu anti-herói / Vamo comprar uma casa na
área dos boy / Na área dos *boy*, livres na área dos *boy*

Eu vou renascer Canudos / Exércitos rivais se curvarão /
Quando querem novas ideias, me procuram/Então me
chamem Antônio Conselheiro [...]

AK Filipe Ret, saraivada paira papapapapa / Pra ir com as
unhas eu vim alicate / Literatura utópica livre, um liber-
tino de saia / Ouvindo chá de cigarrin com matte/ Nasce
mais um homem-bomba quando a polícia invade [...]
(Djonga, 2019).

O *rap* e sua conexão com a juventude interdita está presente na mensagem da letra já vista, *Ladrão*. O sucesso como *rapper* traz para si os desejos de consumo e ascensão mas que também proporciona modelos de atuação para outros, que como ele poderiam ter vidas impossibilitadas de fazer a mesma trajetória e trabalho.

Eu vou roubar o patrimônio do seu pai / Dar fuga no
Chevette e distribuir na favela / Não vão mais empurrar
sujeira pra debaixo do tapete / E nem pra debaixo da mi-
nha goela, eu sou ladrão! [...] Eu sou ladrão, e pros perre-
co é poucas / Um salve pra quem não desacreditou, uô /
Só guerreiro de fé, vida loka [...]

Eu tô atento, é que o *rap* é igual crime / Sempre que um vai, outro vem / Eu tô atento, é que o *rap* é igual o crime / Nunca se esqueça que o vento que venta aqui / Também venta lá, também venta lá / Eles chamaram pra guerra / Mas não tinha pra trocar, fala aí (Djonga, 2019).

Nos comentários críticos de um promotor cultural como Cleber Facchi, as ideias que ligam o artista à família e vida fragmentária periférica recaem sobre a ênfase de um ideal de superação entre os pertencimentos da negritude, reforçando o sentido que as próprias letras visam construir. Recorta das falas do *rapper*, e enfatiza os elementos sobre as condições de sua autoimagem entre o jovem adulto que se tornou e que deseja projetar em seu trabalho:

Quando eu era criança, eu andava na rua e me sentia ladrão. Mesmo quando nunca tinha roubado nada, as pessoas olhavam com medo. O tempo passou e eu entendi que tipo de ladrão eu devia ser, esse que busca e traz de volta pras minhas e pros meus. Aí eu fui lá e fiz o que eu sempre fiz: roubei, roubei e trouxe de volta (Djonga *apud* Facchi, 2019).

Seja na mensagem de Ladrão, seja no desabafo da trincheira interclassista, o *rapper* se recoloca como o jovem que não só sobreviveu mas se efetivou na vida possível de ser vivida. E não a morte em vida. As imagens da morte social — ou efetiva — pairam sempre entre o *flow* de densidade de reafirmação da própria voz:

Eu que só queria uma bicicleta, mano / Hoje posso comprar à vista o carro do ano / Dei voadora na cultura branca, corda no pescoço / Eles passam e eu rasgo o pano / Não sou querido entre a nata de apropriadores culturais, ó que onda! (Djonga, 2019).

No arcabouço da atual crítica decolonial, a instrumentalização de uma agenda global de reivindicações que o texto do *rap* traz, decorre de uma apropriação do enfrentamento racial típico norte americano (Nascimento, 2013, p. 353). No entanto a partir da posse dos instrumentos violentos de subversão da lógica da ordem naturalizada, existe uma inversão de papéis em que “caças”, se tornam os “predadores”, que buscam até por meios ilegais — representados nas letras e propostas —, o que lhes foi negado historicamente.

Assim, as imagens remanescentes de uma ordem senhorial são substituídas pelo confronto social contemporâneo, já que as relações estão sendo desfeitas a partir do encontro violento os dois mundos as duas cidades. A explicitação do passado, através do vocábulo *senzala*, remete a uma vingança de erros cometidos por ancestrais, ou seja, o estado atual de violência e insegurança, também para os poderosos é o reverso da moeda (Nascimento, 2013, p. 360).

Para Nascimento, portanto, resta ao discurso do rap, ao recobrir o crime comum de uma áurea de justiça histórica, é buscar a radicalidade na tentativa de ver através do outro lado, do foco do olhar daqueles que sempre estiveram do lado de fora dos muros das terras das benesses do consumo. (Nascimento, 2013, p. 360) Assim a superação das fronteiras, do mundo das elites brancas e dos jovens negros periféricos passa inevitavelmente pela revisão das próprias trajetórias, conexões com ancestralidade e o revirar das condições do mundo senhorial ainda vigente. *Senzala*, *favela*, *quebrada* ou *periferia*, estão ainda em um mesmo universo de sentidos e experiências possíveis.

Como se pode inferir na letra de *Bença*, Djonga aponta para suas conexões com o núcleo familiar, mas o que fica evidente é o teor de crítica sobre a impossibilidade dos garotos como ele não terem a chance de efetivar o mesmo caminho em direção da superação dos muros e trincheiras de classe, "É triste ver que os moleque da minha quebrada / Não teve a mesma sorte que eu / Um pai presente / No país onde o homem que aborta mais / Vai entender, né?" (Djonga, 2019)

Na longa letra do rap *Voz*, Djonga traz a nú o problema visível da periferia, sua juventude e as relações que o medo das mídias e das elites vivenciam de modo compartilhado na colisão de mundos:

Gente igual a gente morre, a mídia omite / De acordo com as pesquisa / Era pra esse som ser só o *beat* / Mas parece que eu não morro / Parece que pouparam minha vida / Pra contar história de morro / De rua e de gorro à noite, madrugada e seus açoites / Ouviram toc-toc com o cabo da Glock / Ao toque do X9, é um *touch-screen* (Djonga, 2019).

Em Voz habita o testemunho de um sobrevivente que na sua própria existência faz a narrativa de si e dos seus iguais, um libelo contra as pressões das necropolíticas que a violência subjetiva e concreta se apresentam. Diz Djonga se autodescrevendo, “*Aí, Gustavo Pereira, 24 anos / Douglas Eustáquio, mais de 30 / Vivos, surpreendentemente vivos*”. A existência como prova material da capacidade, não somente da sobrevivência ante o mundo da violência concreta, mas da auto afirmação contra os desníveis de classe e raça impostos pelo mundo social a ser denunciado:

Sua visão sobre mim ainda não mudou / Não vai ser da forma que tu quer / Sempre faço questão de ser quem sou / Mais honrado morrer sendo quem é e tamo aí / Sua visão sobre mim ainda não mudou / Não vai ser da forma que tu quer / Sempre faço questão de ser quem sou / Mais honrado morrer sendo quem é / E tamo aí, né? Né? (Djonga, 2019).

CONCLUSÕES

Como se pode ver não é a morte nua em si mesma que causa o móbil do protesto, afinal “tamo aí? né?” ainda, mas a visão do estereótipo e das humilhações cotidianas que trazem a revolta. Na descrição densa da realidade periférica a morte simbólica dos sonhos, trajetórias e das vidas que valem a pena ser vividas é que se destacam. As tentativas dos assassinios e da morte frustrada juvenil no combate que se apresenta. O “sangue de nossa gente” e a sobrevivência ante o vínculo de gerações é testado a cada métrica de rimas e *flow* disruptivo. Na circularidade de conceitos que a academia forja, e na dinâmica de apropriações culturais do artista, o apontamento de Florestan Fernandes se atualiza em sua lógica da subversão indicada dos produtores de cultura negros. O que se pode inferir a respeito dos temas heróicos do *rap* de Djonga é o grito da canção “Olho de Tigre” contra opressão racial, a denúncia, a interdição das vidas jovens, a auto realização profissional e claro advindo disso, o acesso aos bens de consumo se relacionam intimamente com o espírito radicalmente desumanizado e do conjunto dos medos compartilhados do início do século XXI. A despeito das interdições, Djonga vive e sobrevive do risco e do fascínio das chamadas “classes perigosas”. O grito *Fogo nos racistas* é em si e antes de tudo um desafio.

Referências

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra medo Branco**: o negro no imaginário das elites. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

BENÇA. Intérprete: **Djonga**. Compositor: Djonga. *In*: Ladrão. Intérprete: Djonga. [S.l.]: Ceia, 2019. [CD] Faixa 07 (3:44 min).

O CARA de Óculos. Intérprete: **Djonga**. Compositor: Djonga. [S.l.]: Ceia. *In*: Histórias da Minha Área. Intérprete: Djonga. 2020. [CD] Faixa 01 (4:10 min).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://negrasou-lblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-como-nc3a30-ser-co-mo-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 3. ed. Campinas: EdUnicamp, 2012.

CORRA. Intérprete: **Djonga**. Compositor: Djonga. *In*: **O Menino Que Queria Ser Deus**. [S.l.]: Ceia, 2018. [CD] Faixa 07 (3:39 min).

CORRAIDE, Marco Túlio. Exposição da necropolítica do Estado Brasileiro pelo *Hip Hop*: uma análise dos textos de Djonga e Mbembe. **Confluências**, Niterói, v. 21, n. 1, p. 93-108, abr.-jul. 2021.

DEUS e o diabo na terra do sol. Intérprete: **Djonga**. Compositor: Djonga. *In*: Ladrão. Intérprete: Djonga. [S.l.]: Ceia, 2019. [CD] Faixa 04 (6:27 min).

ESQUIMÓ. Intérprete: Djonga. Compositor: **Djonga**. *In*: Heresia. Intérprete: Djonga.[S.l.]: Ceia, 2017. [CD] Faixa 03 (4:16 min).

ETERNO. Intérprete: Djonga. Compositor: **Djonga**. *In*: O Menino Que Queria Ser Deus. Intérprete: Djonga. [S.l.]: Ceia, 2018. [CD] Faixa 10 (3:46 min).

FACHI, Cleber. Djonga "Ladrão". **Música Instantânea**, [s.l.], mar. 2019. Disponível em: <http://musicainstantanea.com.br/critica-ladrao-djonga/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, Rogério Leão; SOUZA, Fabio da Silva. E se fosse ao contrário? Djonga e Fanon um diálogo sobre o racismo e alienação. **Trilhas da História**, [s.l.], v. 10, n. 19, p. 51-67, ago.-dez., 2020. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/issue/view/627>. Acesso em: 17 nov. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. *In*: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p. 243-27.

HAT-TRICK. Intérprete: **Djonga**. Compositor: Djonga. *In*: Ladrão. Intérprete: Djonga. [S.l.]: Ceia, 2019. [CD] Faixa 01 (4:18 min).

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

HOMENS da Lei. Thaíde; DJ Hum. *In*: Hip-hop Cultura de Rua. São Paulo: Eldorado, 1988. [CD] Faixa 07 (4:28 min).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência**. Rio de Janeiro, 2018.

JULHO de 94. Intérprete: **Djonga**. Compositor: Djonga. *In*: O Menino Que Queria Ser Deus. Intérprete: Djonga. [S.l.]: Ceia, 2018. [CD] Faixa 02 (5:29 min).

LADRÃO. Intérprete: Djonga. Compositor: Djonga. *In*: Ladrão. Intérprete: Djonga. [S.l.]: Ceia, 2019. [CD] Faixa 06 (4:22 min).

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaio**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. Música e Juventude. *In*: PRIORI, Mary del. **História dos Jovens no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2022.

NASCIMENTO, Jorge. As margens nos meios: Rap, “literatura marginal”, mídias. *In*: ALMEIDA, Júlia; MIGLEVICH-RIBEIRO, Adélia; GOMES, Heloísa Toller (orgs.). **Crítica pós colonial: panorama de leituras contemporâneas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

OLHO de Tigre. Intérprete: Djonga. Compositor: Djonga. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado pelo canal Pineapple StormTV. 1 vídeo (3 min 58 seg) .Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=z8VwXV_M9JU. Acesso em: 13 nov. 2023.

PERROT, Michele. **Os excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**: antologia essencial. MENESES, Maria Paula *et al.* (comp.). Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. v. 1: para um pensamento alternativo de alternativas. 688 p. (Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño / Gentili, Pablo).

SAVAGE, Jon. **A criação da Juventude**: como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.



HISTÓRIA PÚBLICA E ATIVISMO FEMININO: EXPOSIÇÕES INCLUSIVAS E COLABORATIVAS

LIÊGE FONSECA BARROS ^[59]
MICHEL KOBELINSKI ^[60]

Fotografia

*Um papel esquecido no fundo da gaveta,
Amarelado, com as bordas corroídas,
Ali, solto, entre muitos outros,
Sem nenhuma importância,
Como se fosse algo sem valor.
Ao olhar pude perceber
Que aquilo representava muito mais
Que uma simples folha esquecida.
Na realidade, era uma vida
Que havia passado, mas deixado marcas,
Sorrisos, atos e saudades.
Era uma fotografia amarelada pelo tempo
Marcando uma época já passada
Distante, fugidia, talvez por muitos esquecida
Mas era uma vida que existiu
E eternizou-se no tempo
Naquela folha corroída
Edina Simionato, 2022^[61]*

⁵⁹ Mestre em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná, campus Campo Mourão. Professora da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso.

⁶⁰ Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista. Professor Assistente do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná, campus União da Vitória.

⁶¹ Edina Simionato participou do coletivo feminino que colaborou com o projeto *Cultura Visual e Representação Feminina no Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira*. Igualmente, Júnior Rocha colaborou conosco durante as atividades realizadas no Museu Deolindo Mendes Pereira, em 2022.

Exposições

*Hoje tem exposição artística da Priscila Brito
 É o poder feminino, esse brado, esse grito
 Reafirmando a grandiosidade da arte
 Tendo a mulher como o grande baluarte
 Vamos prestigiar no museu Deolindo Mendes Pereira
 Esse mundo sem fronteira
 É a exposição, Nós Mulheres Plurais
 De artistas sensacionais
 Um presente de Apolo para a humanidade
 Pois mulher é arte.
 É singularidade
 Liège, Priscila, Drielli, Hilda, Amália e Carolina
 Nelas, com esplendor, a arte se descortina*

Júnior Rocha

INTRODUÇÃO

Traçar a narrativa histórica de mulheres em museus implica refletir sobre as formas como elas são representadas nas exposições e o que fazem para romper com narrativas convencionais. A luta contínua contra os paradigmas do pensamento patriarcal desafia as estruturas curatoriais e introduz expressões femininas em espaços públicos. Essa modalidade de ativismo através da e pela história pública evidencia que os museus não são espaços neutros, mas refletem contextos socioculturais mais amplos, necessitando revisões constantes.

Figura 1: Pioneiros, década de 1940, Campo Mourão-PR



Fonte: Acervo do Museu Deolindo Mendes Pereira

Neste capítulo, analisamos a narrativa museológica do Museu Deolindo Mendes Pereira (MDMP), em Campo Mourão, Paraná. Fig. 1. O enfoque recaiu sobre a intersecção entre fotografia e gênero, com o desenvolvimento de exposições ancoradas nos princípios de gestão arquivística e mediação de públicos. Observamos a relação do público com a fotografia, reconhecendo-a como um meio de comunicação, documentação e expressão. Ao perceber a ausência feminina na cultura visual do museu, que destaca a história da cidade e a predominância masculina sob a temática “pioneiros” (imagem epígrafe), propomo-nos a responder a seguinte questão: Como esse espaço cultural tratou a presença feminina ao interpretar, expor e discutir seu acervo fotográfico? ^[62]

As iniciativas resultaram na formação de públicos para as exposições *Nós, Mulheres Plurais* e *Mulheridades e fazer histórico*. Essas exposições foram realizadas durante a Semana Nacional de Museus e a Primavera dos Museus, eventos promovidos pelo *Instituto Brasileiro de Museus* (IBRAM) em maio e setembro de 2022. A análise e o uso de acervos - institucional e pessoal — teve como propósito a elaboração de narrativas visuais, textuais e poéticas, realizadas em colaboração com um coletivo de mulheres, utilizando o protocolo *Pop Up Museum*, que prevê processos de inclusão colaboração e coautoria (Kobelinski, 2022; 2023; Grant, 2015). ^[63]

⁶² Entendemos que o termo pioneiros se refere aos primeiros habitantes ou fundadores de uma localidade, considerando a expansão territorial e o estabelecimento de novas comunidades em áreas não colonizadas ou pouco habitadas. Por outro lado, a partir de Butler (2017), masculinidade e feminilidade são entendidas como categorias social e culturalmente construídas.

⁶³ Os *Pop Up Museums* são exposições temporárias, realizadas em lugares públicos, praças, supermercados, etc. Trata-se de um protocolo aplicado em equipe, onde as exposições são concebidas pela e para a comunidade em processo colaborativo, onde o público traz seus objetos para exibição e decide como vai interagir.

Figura 2: Fachada do MDMP.



Fonte: Acervo institucional, MDMP, 2022

O MUSEU E SEUS PÚBLICOS

O MDMP tem uma história significativa na trama cultural da cidade de Campo Mourão. Fundado em 1984, sua existência reflete não apenas a evolução da história local, mas a importância da preservação arquitetônica. O prédio onde o museu está localizado tem valor histórico considerável, evidenciado pelo seu tombamento (Lei Municipal n. 1.362, de 8 de maio de 2001) e por ser o primeiro edifício em alvenaria da cidade. Ele serviu a múltiplas funções ao longo dos anos, reforçando seu valor intrínseco para a comunidade local. Até a década de 1990, o local serviu como Centro de Saúde do Município e, posteriormente, até 2003, como Secretaria do Planejamento. Em 12 de agosto de 2004, o prédio passou a ser a sede oficial do museu.

Com o seu *complexo expositivo* centrado na *cultura pública* do pioneirismo, abriga diversos ambientes: Sala dos Pioneiros, Sala das Maquetes Históricas, Salas e Salões do Acervo Indígena, dos Pioneiros, da Educação e Saúde, do Comércio e Educação, e da Evolução Política. Além disso, o museu conta com uma área administrativa, biblioteca, espaço para eventos, reserva técnica e a Sala do Arquivo do Museu do Cartaz. O fato de o museu estar atualmente fechado para reforma indica uma possibilidade de renovação e atualização.

Extraoficialmente novas exibições e recursos técnicos serão utilizados para atrair audiências.

O registro de público no MDMP ocorre desde 2004 com informações sobre data, nome, idade e cidade. Entre outubro de 2018 e setembro de 2022 registrou-se a presença de 2.295 mulheres e 2002 homens. Esses dados não levaram à reavaliação das abordagens curatoriais nem garantiram que as exposições fossem inclusivas e assegurassem a representatividade feminina. De acordo Martins, Contier, & Correia dos Santos (2013) conhecer o público é fundamental para capacitar educadores e mediadores diante de conteúdos complexos. Neste sentido, a ideia de curadoria educativa envolve:

[...] estratégias que permitem ao visitante entrar em contato com a perspectiva daqueles que conceberam a exposição; mas também permitem construir seus próprios significados sobre aquilo que se vê. Os educadores, por meio de suas ações e estratégias, têm o importante papel de dialogar com os diferentes públicos, negociando sentidos e ajudando na compreensão de novas perspectivas (Martins; Contier; Santos, 2013, p. 34).

Os museus devem apresentar aos seus públicos questões de natureza histórica e cultural, incluindo a de gênero. E se eles são voltados para a rememoração e o reencontro com as identidades de seus visitantes, tais situações provocam efeitos (Menezes, 2014). Nestes espaços se estabelecem trocas sociais e simbólicas, revisita ao passado e conexões com histórias e culturas. Por certo, os museus ganham vida e propósito quando são moldados por e para o público (Bauer, 2021). Mas, pelo fato de as coleções ou acervos serem intencionalmente direcionadas, há contestação por parte do público. Estas reivindicações de grupos sociais se ampliaram no século XX, exigindo visibilidade, reconhecimento e representação. A percepção dessas ausências também decorre da seletividade dos procedimentos. E é por este motivo que eles devem vincular teoria e prática, incentivar a interatividade e promover reflexões dirigidas para a diversidade cultural e equidade de gênero.

Atualmente a necessidade de ampliar as audiências, mobilizar públicos para interpretação e leitura de acervos através da colaboração e do compartilhamento é fundamental. Paulo Knaus (2018, p. 145)

afirma que “a história pública e os museus na atualidade podem ser considerados expressão do mesmo movimento, e não seria demais dizer que os museus se afirmam como um universo de exercício da história pública”. O caráter plural dos visitantes de museus exige que os conteúdos sejam relevantes e envolventes para todos.

Estabelecer processos dialógicos que atendam a essas necessidades, incentivar a formação de públicos e promover mediações, particularmente por meio da curadoria pública, é reconhecer que as experiências em museus são dinâmicas e exigem atenção:

Resulta que el concepto de comisariado [...] centrado en las intervenciones artísticas en los espacios públicos y en la valoración de la participación de la comunidad en los proyectos, puede ampliar sus límites y constituirse en una posibilidad de estudio y intervención” (Kobelinski, 2023, p. 37).

De toda maneira, os museus oferecem experiências enriquecedoras com o passado, promovendo interatividade e permitindo que o público interprete suas coleções, mesmo que tais experiências sejam, em certa medida, controladas (Groot, 2016, p. 291).

Os museus não são apenas locais neutros de exibição e educação. Eles são instrumentos de poder, lugares de formação de identidades e subjetividades profundamente entrelaçados com as formas de governança e as práticas de representação. Para Bennett (2018), a maneira como os objetos são exibidos e as narrativas são construídas implica na forma como o público os percebe e interpreta. Isto porque uma exibição pode reforçar estereótipos, desafiar e, simultaneamente, oferecer espaço para o debate público. A ideia de “culturas públicas” faz sentido quando consideramos os museus como espaços onde diferentes grupos sociais interagem, negociam e constroem significados. Ao mesmo tempo, eles projetam seus discursos, políticas governamentais, agendas culturais, criando e apresentando conhecimento, definindo o que valoriza e, por consequência, o que se marginaliza.

O conceito *complexo expositivo* é oportuno, na medida em que abrange a maneira como museus, exposições, galerias operam como locais de representação, de poder e de regulação do comportamento sociocultural. Assim, a organização de objetos, pessoas e conhecimentos em relações determinadas atua como uma ferramenta de governança:

Ao articular simultaneamente um senso de semelhança e diferença, a cultura inscreve nossas identidades na tensão que ela produz entre costumes e tradições herdados e compartilhados, por um lado, e, por outro, o esforço incansável de formas novas e distintas de individualidade (Bennet, 2018, p. 185, tradução nossa).

ACERVO, DIFUSÃO E PÚBLICOS

Os acervos fotográficos compreendem representações visuais, contextos e mecanismos de produção circulação e consumo. Processos estes imbricados na memória e na identidade local e nacional (Mauad, 2013). O MDMP possui uma vasta coleção de fotografias. Ao todo, o acervo fotográfico soma 4.500 imagens. Examinamos 560 imagens selecionadas e digitalizadas pela gestão do museu, com foco nos temas cultura visual e representação feminina.^[64] (figuras 3a e 3b). Essa limitação resultou em uma perda considerável, manifestando-se como desigualdade de poder nas relações de gênero. A disposição das imagens no MDMP não apenas espelha a sociedade campo-mourense, mas também as formas de controles, majoritariamente masculinos. O conceito de *agência* de Sherry B. Ortner nos é útil porque enfatiza a proatividade das pessoas e grupos sociais. Logo, podemos falar da intencionalidade direcionada para a busca de “projetos (culturalmente definidos)” e o atuar em “relações de desigualdade”, cujos efeitos se apresentam ambigualmente como poder exercido de cima para baixo e ações de resistência, praticados de baixo para cima (Ortner, 2007, p. 58).

⁶⁴ As imagens cedidas para este projeto foram categorizadas e digitalizadas pelo próprio museu e, deste modo, centrou-se na visibilidade de mulheres em espaços e eventos públicos, como por exemplo, igrejas, prédios comerciais, comícios, visita de políticos à cidade, festividades (do Bosque, Expo campo, Carneiro no Buraco entre outras) e prédios públicos. Neste trabalho não nos deteremos na análise dessas imagens.

Figuras 3a e 3b: MDMP – Mulheres
 a) Otília Peres mãe e avó de Edina Simionato e
 b) Primeiras professoras do município



Fonte: Acervo institucional, MDMP, 2022.

Para entendermos os papéis e relações de gênero em uma sociedade é crucial analisar as construções sociais e culturais, isto é, as características, comportamentos, papéis e relações atribuídos a homens e mulheres (Louro, 1997, p. 7). Nas imagens selecionadas, constatamos tanto a categorização do vestuário quanto o uso de pronomes femininos. A apresentação de marcadores sócio-históricos — “esposa de alguém” “pioneira”, “professora” e “mãe” — evidencia assimetrias de poder. Não se trata apenas da autoridade masculina em cargos de poder, mas de controle e manipulação do acervo fotográfico, interpretação da cultura visual da cidade e produção de conteúdo histórico na esfera pública. É importante ressaltar que, em 2022, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) redefiniu o conceito de museu, destacando que estes devem ser abertos, acessíveis e inclusivos, promovendo a participação da comunidade e oferecendo atividades educativas, reflexivas e de intercâmbio de conhecimentos (Soares & Bonilla-Merchav, 2022).

Avançar sobre essa dominação significa compreender que as fotografias possuem camadas de sociabilidade e representação, sendo que sua função política e ideológica envolve estratégias de poder. Ao estudar as relações entre fotografia e história, compreendemos melhor eventos, decisões e representações que moldam a cultura pública (Mauad, 2013). Com este propósito, priorizamos um ativismo

de caráter político-visual, baseado na noção de públicos concretos e contrapúblicos, para abordar a ausência feminina na narrativa museológica do MDMP.^[65] Isto porque, ao falarmos de públicos, levamos em conta situações ativas e de reconhecimento, tendo a consciência das práticas visuais e midiáticas incorporadas e empregadas nos espaços públicos e virtuais. Logo, diante da narrativa do MDMP, as pessoas comuns podem não se reconhecer e se identificar com a história do museu e, por conseguinte com a história da cidade. Apesar de considerar os públicos passivos e influenciar uma narrativa monolítica, a cultura visual mediada pode evidenciar tanto aspectos da vida social, política e cultural, quanto reivindicar novas formas de expressão, conduzir debate público e propor alternativas curatoriais.

Catálogo, curadoria e acessibilidade ao acervo fotográfico do MDMP são vitais para a arquivística e para a cultura visual de Campo Mourão. Iniciativas que democratizem esse acesso possibilitarão a pesquisadores e ao público obter informações visuais valiosas, incentivando a produção colaborativa de conhecimento, ao contrário de uma produção restrita a poucos entusiastas. O acesso ao acervo fotográfico, respeitando os cuidados necessários e normas éticas, poderia revelar processos curatoriais de períodos anteriores, possibilitar novas abordagens de indexação temática e habilitar a utilização desses resultados em exposições voltadas para o público feminino. Pesquisa, gestão e museografia estão intrinsecamente interligadas, uma vez que precisam atender às demandas sociais e à atualização das narrativas museológicas.

A divulgação do acervo fotográfico do MDMP é realizada através das redes sociais, mas com restrições. Elas são ferramentas importantes e preveem indiretamente a formação de públicos. No entanto, a narrativa é dirigida para seres passivos, uma vez que se ancora na museologia tradicional. Isto é problemático, pois condiciona a comunidade a uma única perspectiva e limita o acesso de seus bens públicos tutelados pela administração pública. No *Facebook* e no *Instagram*, há compartilhamento de fotografias, doações ao museu, ofi-

⁶⁵ Em Dean (2021), constata-se que a definição de público a é complexa e multifacetada, variando de acordo com o contexto social, político e cultural. Portanto, a partir de aproximações entre a história pública e pedagogia pública (Cf.: Gert Biesta), pode-se falar em esferas públicas (a partir de Habermas); contrapúblicos subalternizados (Nancy Fraser); contrapúblicos, vinculados a movimentos sociais e políticos; públicos concretos reunidos em uma experiência específica delimitadas por espaço, lugar e evento (Cf.: Warner); públicos circulatórios, dependentes de circulação de ideias, discursos e informações.

cinas, exposições e atividades culturais, além do acesso de públicos diversificados. Frequentemente, as imagens selecionadas retratam a paisagem urbana, com a presença de mulheres ocorrendo de forma esporádica, principalmente em datas comemorativas. Essa seleção precisa estar alinhada com um plano museológico e com um sistema de indexação de imagens que favoreça a produção de conhecimento.

Figura 4: MDMP-Facebook



Fonte: Facebook, 2022.^[66]

As postagens com fotografias femininas geram um número significativo de comentários, mesmo em uma cultura dominada por *likes* (Figura 5). A crescente demanda pela cultura visual de Campo Mourão reflete os interesses do público e a maneira como ela é divulgada. Frequentemente, o engajamento do público feminino provoca debates e questionamentos sobre sua presença na representação visual da cidade. Essa interatividade indica um claro interesse e envolvimento. Tais observações suscitam reflexões sobre a curadoria: a representação feminina no museu poderia oferecer discursos alternativos? A predominância de mulheres nos comentários realça a disparidade entre quem consome o conteúdo e quem é retratado nele, sinalizando a necessidade de repensar a narrativa do museu e considerar a elaboração de um plano museológico.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/MuseuDeCM> Acesso em: 31 de janeiro de 2024.

do museu. Assim, a curadoria do local não oferece ou apresenta atividades, interpretações alternativas ou projetos que abordem especificamente a temática feminina.

Nas atividades educativas e culturais do MDMP, a figura feminina é frequentemente retratada através de objetos como roupas, louças, joias, perfumes e equipamentos de higiene pessoal e domésticos, os quais servem como ilustração de sua historicidade. Esse quadro, somado à publicação do livro *Memória feminina: mulheres na história, história de mulheres* (2017), de Maria Elisabete Arruda de Assis e Taís Valente dos Santos, foi inspirador. A valorização de mulheres que atuaram em prol da cultura brasileira parecia um caminho viável, uma vez que incorporou atuações no campo da música, jornalismo, artes plásticas, política, ciências e patrimônio. Para o nosso projeto, não bastava compartilhar imagens no espaço público. Era preciso fazê-las circular, serem apreendidas e repensadas coletivamente (Miles, 2020, p. 1).

Em decorrência dessas ausências, organizamos uma abordagem pública de visibilidade como forma de ativismo político-visual. De acordo com Alberson (2020, p. 81, tradução nossa), que se detém no papel da fotografia como mediação entre governo, imprensa, ativistas e públicos no Reino Unido, o protesto “precisa se tornar publicamente visível para que seja eficaz na produção de contrapúblicos”. Neste sentido, nossas ações procuraram chamar atenção para a visibilidade de mulheres no e para os públicos do museu. Note-se ainda, no exemplo de Alberson, que o ativismo antinuclear na Grã-Bretanha, na década de 1960, estabeleceu um legado a movimentos posteriores através da circulação pública de imagens (Alberson, 2020, p. 80).

EXPOSIÇÕES INCLUSIVAS E COLABORATIVAS

Os museus, em geral, têm reproduzido normas e valores patriarcais. Nos museus de arte, antropologia e arqueologia, destaca-se, desde a Modernidade, diferenciações raciais e de gênero (Bennett, 2018, p. 187).^[68] No entanto, esta situação tem mudado significativamente, implicando em processos de decolonização com cole-

⁶⁸ Para Butler (2017), gênero, raça e classe e demais categorias identitárias possuem entrelaçamento complexo e não podem ser separadas.

ções e práticas museológicas, reavaliação e reinterpretação de como os objetos são interpretados e exibidos, além de discussões de quem tem o direito de interpretar e exibi-los:

Se, como estou sugerindo, o museu de arte pode ser entendido como um “movimentador de pessoas”, então isso tem sido mais verdadeiro em relação aos homens do que às mulheres. De fato, a capacidade do museu de arte de mobilizar identidades masculinas frequentemente dependeu de, ao mesmo tempo, fixar as mulheres em posições imutáveis. Refiro-me aqui à complexa história das relações entre o museu de arte e o modernismo estético (Bennett, 2018, p. 187, tradução nossa).

A presença das mulheres em museus pode soar como um mundo inteiramente feminino, embora que os cargos de diretores sejam majoritariamente masculinos e aparentemente menos perceptíveis. Segundo Schwarzer (2010, p. 13), trata-se de uma anomalia, pois os cargos mais altos dos museus “permanecem predominantemente masculinos”, além do fato de elas terem dificuldades em alçar a melhores cargos. Em seu trabalho sobre mulheres e museus da Jordânia, Marrocos e Kuwait, Carol Malt enfatiza o papel transformador e inclusivo que os museus podem desempenhar na promoção do empoderamento feminino. Levando em conta uma museologia representativa do colonialismo, inicialmente geridos por estrangeiros, financiada pelo turismo, focada na erudição da elite e dominada por homens, exposições feitas por homens e para a visitação masculina, a autora sugere uma visão progressista para os museus. Ela os vê não somente como guardiões de artefatos históricos, mas como agentes proativos de transformação social e cultural:

Museus podem proporcionar oportunidades e empoderamento para as mulheres de muitas maneiras: através do emprego, pela reinterpretação do viés patriarcal das coleções e atribuições, através do aumento de exposições de objetos criados por e relacionados a mulheres, utilizando a instalação do museu para ensinar sua história, através de programas de alfabetização, e proporcionando benefício econômico da venda de publicações e arte relacionadas ao museu feitas por mulheres. Museus devem fornecer modelos positivos para as mulhe-

res — modelos que ajudam a promover a identidade e individualidade positivas das mulheres, não apenas sua existência em relação aos homens — e reconhecer que as mulheres não são um grupo homogêneo ou estático, mas compreendem diferentes idades, classes, raças, etnias, religiões, formações educacionais e identidades econômicas (MALT, 2006, p. 11 , tradução nossa).

Atualmente o Museu Deolindo Mendes Pereira é dirigido pelo historiador Jair Elias dos Santos Júnior, que, com o apoio do prefeito Tauillo Tezelli, busca promover mudanças na estrutura física e incluir novas exposições a partir de sua atuação como pesquisador da história local (Santos Júnior, 2018). Por outro lado, é importante apontar que Edina Simionato, figura proeminente no campo cultural, literário e educacional, dirigiu este museu por vinte e sete anos. A pesquisadora, poetiza e escritora, integra a Associação Mourãoense de Escritores (AME), o Instituto de História e Geografia do Paraná, a Academia de Cultura de Curitiba e a Academia de Letras de Campo Mourão. Como diretora do MDMP fundou a Associação dos Pioneiros, proferiu palestras, organizou diversas exposições e as Rodas de Causos, onde, em cada encontro, pessoas eram convidadas a participar (Simionato, 2010). No entanto, apesar da influente atuação de Edina, é importante observar como o domínio masculino influencia e perpetua narrativas. Esta dominância pode atuar como um obstáculo, dificultando mudanças significativas nos padrões sociais estabelecidos e, conseqüentemente, na forma como a história é contada e preservada. Essa luta como a de muitas outras mulheres serve para nos lembrar da constante necessidade de uma representação mais equitativa, democrática e diversificada na esfera pública.

A falta de imagens de mulheres e de suas próprias narrativas no MDMP nos motivou a estabelecer conexões entre ativismo e visibilidade. Este, pode ser definido como o uso de imagens, artefatos visuais, performances e outras formas de expressão para promover, comunicar e provocar mudanças. Estabelecer conexões e diálogos com vários grupos sociais foi uma forma oportunidade para a mobilização política. Os coletivos acionados foram a Câmara da Mulher Empreendedora, estudantes de pós-graduação em história, a Associação de Artistas “Sou Arte”, professoras das Redes Estadual e Federal de Educação, Fundação Cultural de Campo Mourão, Escola Municipal de Arte Circense, Câmara Municipal e Associação Mourãoense de Escritores.

Neste processo de reconhecimento e visibilidade de mulheres, organizamos duas exposições. Em maio, durante a 20.^a Semana Nacional dos Museus, cujo tema proposto pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) foi *O Poder dos Museus: diálogos institucionais*, apresentamos *Em foco, Nós Mulheres Plurais!* Criamos dois *banners*, compostos por fotografias do acervo do museu (figura 6). Utilizamos o conceito de *performatividade de gênero* (BUTLER, 2017) como marcador social e estético que comunicam o sujeito “mulher” ou “mulheres”, isto é, com roupas consideradas próprias, nomes, posturas, entre outros.^[69] Considerando as imagens cedidas pelo MDMP, selecionamos imagens do período de 1940 a 2000, destacando mulheres em diversos contextos: nas artes, na indústria, no cotidiano, no campo, dentro de museus, no setor de saúde e na administração pública. Os coletivos também colaboraram enviando imagens e depoimentos pessoais. Esses fragmentos autobiográficos expressam a memória viva e a construção de uma imagem abrangente e dinâmica da experiência com coletivos femininos no espaço público, possibilitando narrativas complementares ao MDMP.

Figura 6: Divulgação em Foco, Nós Mulheres Plurais



Fonte: Liége F. Barros, s.d.

⁶⁹ Em Butler, o conceito de performatividade entende que o gênero é construído através de repetidos atos e performances, em vez de ser algo inerente ou biologicamente predeterminado. Para Butler, não somos um gênero, mas sim fazemos um gênero através de ações contínuas e repetidas.

O objetivo da exposição foi capturar a atenção dos visitantes e apresentar o acervo ao público através de curadoria pública. Exibimos em letras destacadas a pergunta: “Você reconhece essas mulheres?” Posicionamos banners na calçada do museu, permitindo aos pedestres responderem a pergunta manualmente ou por meio da leitura de um QR Code.

A interação com os públicos foi surpreendente. Muitas pessoas identificaram familiares, amigas e colegas de trabalho, emocionando-se e trazendo à tona memórias de momentos vivenciados através das imagens expostas. Outros visitantes, desejavam identificar aquelas mulheres que eram apresentadas ao público. Essa interação incentivou visitas a outras exposições e o envolvimento na pesquisa. Além das fotografias, expomos quadros, mandalas e poesias (figuras 7a e 7b).

Figura 7a e 7b: a) Pop Up Museum 2022 e b) Coletivos femininos. Depoimentos, poemas, portfólios



Fonte: Liége F. Barros, s.d.

Após o evento alguns participantes enviaram avaliações sobre os processos curatoriais e o formato da exposição:

“Eu fiquei surpreso com... as portas abertas do museu”; “homenagem as mulheres de diversos segmentos”; “influência das mulheres na sociedade, em diversos setores, que muitas vezes são esquecidas”. É preciso dizer que o sucesso da exposição não era apenas resultado do efeito que causava no público e dos atos performativos entre as pessoas, mas também da atividade curatorial coletiva dos participantes em divulgar nas mídias tradicionais e redes sociais. (Contribuição anônima, s.d.).

A segunda exposição ocorreu durante a 16.^a Primavera dos Museus, organizado pelo IBRAM, que teve como tema *Independências e Museus: outros duzentos, outras histórias!* Proferimos a palestra Mulheridades e fazer histórico, além de uma exposição fotográfica. Nela, procuramos problematizar a invisibilidade feminina. A iniciativa mobilizou professores e alunos de Pós-Graduação em História Pública, em ações voltadas para a interação, estímulo e ampliação de diálogos com a comunidade. Utilizamos o protocolo *Pop Up Museum* para aplicar formulários entre os participantes e, através das respostas, criamos um exposições real e virtual. As ações colaborativas incentivaram o público a ponderar sobre as adversidades enfrentadas, valorizando a ciência e questionando o propósito da vida. O objetivo era vislumbrar um futuro mais ameno, promovendo novos inícios através da expressão artística após a pandemia da covid-19.

Figura 8: Mulheridades e fazer histórico



Fonte: Michel Kobelinski 2022.

A principal pergunta que fizemos foi: “A história de quais mulheres de Campo Mourão você gostaria de ver no Museu Municipal?” As respostas foram diversificadas e reveladoras: “Mulheres pobres, gordas; da família Zanini; gostaria de ver mais professoras e profissionais operacionais, as que não têm palco, mas sem elas não haveria espetáculo (cozinheira, faxineira...)”; professoras; trabalhadora de fazenda como minha mãe” (Contribuições anônimas, s.d.).

Num segundo momento, organizamos a exposição *Pop Up Museum História, Públicos & Performances*, atividade vinculada ao Programa de Extensão Universitária *Artes, Histórias, Patrimônios e Públicos* e aos Programas de Mestrado em História Pública e Ensino de História – Profhistória da Unespar. Para a curadoria pública, selecionamos um recorte temático específico. Nosso objetivo era evidenciar as subjetividades e o papel central das mulheres, valorizando tanto a voz quanto a pessoa sobre a qual se discorre. Buscávamos desafiar e transformar conceitos, colocando as mulheres em destaque nas posições de poder.

Figura 9: Histórias, Públicos & Performances – Exposição virtual – Artsteps



Fonte: Michel Kobelinski, 2022.

Atualmente a condição das mulheres está presente em nossas experiências e na construção da representatividade, igualdade e participação em sociedade. A exposição teve ampla divulgação nas redes sociais e mídias tradicionais. A partir delas, elaboramos um material de divulgação em parceria com os coletivos envolvidos. Além das visitas temporárias e virtuais, constituímos um acervo fotográfico conciso, acompanhado de uma breve história de cada participante, com o objetivo de doá-lo ao MDMP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa do Museu Deolindo Mendes Pereira evidencia desigualdades de gênero, priorizando frequentemente os homens e resultando no silenciamento e invisibilidade das mulheres em suas exposições. Tal disparidade não se manifesta somente nas coleções, mas também na apresentação, acessibilidade do acervo fotográfico e na atribuição de posições de destaque. Ao nos debruçarmos sobre a representação das mulheres através da exibição de imagens, fomos desafiados a lidar com processos políticos e influências das narrativas tradicionais sobre os públicos do museu. Contudo, em processos de negociação, buscamos conjuntamente renovar práticas curatoriais,

incorporando expressões femininas em espaços tradicionalmente dominados por projeções e perspectivas masculinas.

Não bastava apenas reconhecer esses desequilíbrios. Foi essencial estabelecer mediações a fim de valorizar as culturas públicas da visualidade. Em nossa abordagem ativista, estabelecemos relações dialógicas que foram instigantes e empoderadoras. Foi uma tentativa deliberada de elevar a mulher de mero objeto sub-representado a agente ativo na formulação de potentes performances. Isso se tornou ainda mais pertinente quando consideramos a fotografia, um meio poderoso para lutar contra estereótipos consolidados.

Com a colaboração de um coletivo de mulheres, a diversificação das fontes através de acervos institucionais e pessoais ampliou a gama de perspectivas apresentadas nas exposições. Adotando uma abordagem ativista e colaborativa, buscamos ampliar as representações femininas, utilizando ferramentas como o protocolo *Pop Up Museum* e a curadoria pública. Assim, através da história pública, promoveu-se uma democratização do espaço cultural do museu, realçando a presença feminina na cultura visual de Campo Mourão.

Referências

- ALBERSON, Tom. Photography, Visual Activism and Counterpublics: the campaign for nuclear disarmament in post-war Britain. In: MILES, Melissa; WELCH, Edward. **Photography and Its Publics**. New York: Routledge, 2020.
- BAUER, Jonei Eger. **A Construção de um Discurso Expográfico**: Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner. UFSC: Florianópolis, 2014.
- BENNETT, Tony. **Museums, Power, Knowledge**. Selected Essays. New York: Routledge, 2018.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- DEAN, David. Publics, Public Historians and Participatory Public History. In: WOJDON, Joanna; WIŚNIEWSKA, Dorota (orgs.). **Public in Public History: GLOBAL PERSPECTIVES ON PUBLIC HISTORY**. New York: Routledge, 2021. p. 1-18.
- GRANT, Nora. Pop up museums: participant-created ephemeral exhibitions. **Exhibitionist spring**, [s. l.], v. 15, p. 14-18, 2015. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/58fa260a725e25c4f30020f3/t/594c4511bf629a9280f8e8a6/1498170694562/7+Grant+EXH+Spring+2015-7.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.
- GROOT, Jerome. **Consuming history**: historians and heritage in contemporary popular culture. New York: Routledge, 2016.
- KNAUS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? In: MAUAD, A. M.; SANTHIAGO, R.; BORGES, V. T (orgs.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 141-145.
- KOBELINSKI, M. Conservar y compartir conocimientos y experiencias en los espacios públicos. In: HIDALGO, María Elena Bedoya; POSADA, Jimena Perry; Manuel Slage Ferro. (orgs.). **Comunidades digitais, museos e historia pública**: experiencias en torno a América Latina. Bogotá-Quito: USFQ PRESS-Quito/Editorial Universidad Extremado de Colombia-Bogotá, 2023. v. 1, p. 31-49.
- KOBELINSKI, M. *et al.* O Pop Up Museum Brasil e a formação de Públicos. In: FÖETSCH, Alcimara Aparecida (org.). **Extensão Universitária na Unesp de União da Vitória**: ações, registros e perspectivas. Curitiba: CRV, 2022. v. 1, p. 153-164; 165-176.
- SCHWARZER, Marjorie. Women in the temple: gender and leadership in museums. In: LEVIN, Amy K (org.). **Gender, Sexuality and Museums**. New York: Routledge, 2010, p. 13-27
- LOURO, Guacira L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MALT, Carol. Women, Museums, and the Public Sphere. In: **Journal of Middle East Women's Studies**, 2006, v. 2, n. 2, p. 115-136.
- MARTINS, Luciana C.; NAVAS, Ana M.; CONTIER, D.; SOUZA, Maria Paula Correia de. **Que**

público é esse? Formação de públicos de museus e centros culturais. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo; Percebe, 2013.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, São Paulo, v. 2, p. 11-20, 2013.

MILES, Melissa; WELCH, Edward. Introduction: Photography's Publics. *In*: **Photography and its publics**. London; New York: Routledge, 2020.

ORTNER, Sherry B. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. *In*: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (orgs.). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/files/43_00148764.pdf. Acesso em: 27 set. 2021.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias dos. **Campo Mourão: a construção de uma cidade**. Campo Mourão: Midiograf, 2018.

SIMIONATO, Edina Conceição. **Mulheres que fizeram história**. Campo Mourão (PR): Kromoset, 2010.

SOARES, Bruno Brulon; BONILLA-MERCHAV, Lauran. **El proceso de actualizar la definición de museos del Icom: espacio para a nova definição de museu. Por qué esta nueva propuesta?** CECA LAC Comité Educación y Acción Cultural América Latina y el Caribe y el ICOM Latinoamérica y el Caribe, Jueves, 28 de julio, 2022. Disponível em: <https://twitter.com/IcomLac/status/1551699050696740866/photo/1>. Acesso em: 27 out. 2023.

SOBRE OS AUTORES

Alexandre Rodrigues de Souza é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Mestre em História pela mesma instituição. Graduado em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Tem experiência no ensino básico e superior, bem como atividades na área de pesquisa e educação em museus. Foi professor do curso de História da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente é professor do colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória.

Bruna Andrade Benjamim de Souza é licenciada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória e Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É membro voluntária do Centro de Educação em Direitos Humanos da UNESPAR, no Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais (NERA).

Everton Grein é Pós-doutor em Latim Medieval pela Universidade de São Paulo (USP). É Doutor e Mestre em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). É professor adjunto de História Antiga e Medieval no colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória. Atualmente cursa doutorado em Filologia e Língua Portuguesa na USP com pesquisa voltada para as áreas de etimologia e lexicografia.

Jefferson William Gohl é Doutor em História na linha de História Cultural da Universidade de Brasília (UnB), com tema voltado para a canção e história no contexto repressivo entre 1964 e 1985 e a trajetória da artista Rita Lee. Graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV). Mestre em História na linha Cultura e Poder pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor adjunto da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória, com experiência na área de Teoria da História, História do Brasil Contemporâneo. Atua com pesquisas relacionadas com a maçonaria, canção no Brasil e aspectos teóricos e práticos da cultura em sociedades contemporâneas. É coordenador do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOC) da UNESPAR/UV.

Kelly Cristina Benjamim Viana é graduada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente é professora adjunta do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória. É coordenadora do projeto PIBID dos cursos de História e Filosofia do

campus de União da Vitória e coordenadora da Pós-Graduação lato sensu Gênero, Diversidade e Violência ofertada pelo Colegiado de História da UNESPAR/UV.

Liége Fonseca Barros é Mestre em História Pública pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* Campo Mourão. Especializado em metodologias para o ensino superior. Graduada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS). Membro do grupo de pesquisas Histórias e Artes Públicos. Atualmente é professora da Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso. Historiadora pública com ênfase em museus, fotografias e gênero.

Michel Kobelinski é Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou pesquisa participante (Antropologia) e formou uma coleção de objetos antropológicos (Museologia) para o Museu Regional do Iguaçu. Professor titular do Mestrado em História Pública (UNESPAR) e do Mestrado Profissional e Doutorado em Ensino de História (UNESPAR/UFRJ). É editor da revista *Public History Weekly* (Brasil). Sua pesquisa se concentra nos temas: história pública, patrimônio, museus, monumentos e comunidades.

Naiara Krachenski é Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora do grupo História da África & Cultura Visual do CNPq e integrante do Laboratório de Estudos em História da África (LEHAF) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Suas pesquisas se concentram na área de História Contemporânea, fontes visuais, imperialismos e História da África. Atualmente é professora adjunta do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória. É coordenadora do Núcleo de Educação para Relações Étnico-Raciais (NERA) que integra o Centro de Educação em Direitos Humanos da UNESPAR/UV. É criadora do canal Debate-40 no Youtube.

Priscila Emanoeli Rodrigues Cozer é doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória. Atualmente é professora do colegiado de História da UNESPAR/UV. e também do ensino básico na Secretaria de Educação de Santa Catarina. Atua com pesquisas na área de História das mulheres e violências.

Wanilton Dudek é Doutor em História pela Universidade Federal de Passo Fundo (UFFS), com estágio de doutorado sanduíche pela University of Southern California em Los Angeles (EUA), com a pesquisa: *Freies Deutschland: o antinazismo na América em perspectiva transnacional (1933-1945)*. Mestre em História pela UFFS; Especializado em Sociologia

Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e graduado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV). É professor do colegiado de História na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória e professor do Centro Universitário da Cidade de União da Vitória (UNIUV). Atua principalmente nos seguintes temas: Segunda Guerra Mundial, Nazismo, Holocausto, exílios políticos, fascismos, história global e história transnacional.

Zuleide Maria Matulle é Mestre em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Especializado em História, Culturas e Patrimônios pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAFIUV) e graduada em História pela mesma instituição. Atualmente é professora no curso de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), *campus* União da Vitória e professora do município de Porto União (SC). Atua com pesquisas relacionadas a história local e regional, (i)migração, patrimônios e Estado Novo.

